



Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

SintraCascais Escritórios - Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó 2714-555 Sintra - Portugal
Tel. +351 21 910 40 00 Fax +351 21 910 40 01 www.somague.pt somague@somague.pt

Capital Social: 130.500.000 € Matrícula Nº 20 475 - Sintra - C.R.C. Cascais NIPC: 500 257 752 Sociedade Aberta

RELATÓRIO E CONTAS 2003

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGANOGRAMA DE EMPRESAS DO GRUPO

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanços Consolidados
Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas
Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Lista de Acções

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços
Demonstrações dos Resultados por Naturezas
Demonstrações dos Resultados por Funções
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO NO GRUPO SOMAGUE DAS PRÁTICAS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

EXTRACTO DA ACTA NÚMERO SEXTENTA – ABRIL 2004

CARTA DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

O ano de 2003 passou a ser um ano de referência histórica na vida da SOMAGUE, não apenas pela operação de troca de participações entre accionistas da SOMAGUE e da SACYR VALLEHERMOSO mas também por ser o quarto ano consecutivo de crescimento sustentado nas nossas actividades de construção e serviços, não obstante terem sido áreas fortemente afectadas pela descida do investimento público e pela grande competitividade nacional e internacional, com a consequente necessidade de dotarmos as nossas estruturas empresariais de mais e melhor gestão, mais formação profissional, mais produtividade e mais agressividade comercial.

De facto, a adopção pela SOMAGUE, desde há alguns anos, duma estratégia adaptada aos desafios internacionais em curso, inerentes a um caminho de globalização e liberalização de mercados, permitiu posicionar a nossa empresa em mercados internacionais de grande potencial e aproveitar a plataforma ibérica aberta no ano 2000 para entrar, também, no tradicionalmente difícil mercado espanhol, tirando partido do seu indiscutível dinamismo e dimensão, e que tem vindo a manter consistentemente ritmos de crescimento superiores à média da União Europeia.

A consciência do potencial de mercado do mundo hispânico e lusófono, e sobretudo a sua enorme complementaridade, representa hoje para nós, fruto da integração com a SACYR VALLEHERMOSO, um inequívoco caminho de expansão e desenvolvimento, particularmente evidente numa empresa com uma cultura forte, afirmativa, e que respira os valores da nossa “portugalidade”, ainda que integrada numa das maiores empresas europeias do seu sector de actividade.

É com particular satisfação que vemos as nossas equipas de gestão abraçarem em 2003 um grande desafio internacional, acreditando nas suas potencialidades e competências e esperando, por essa via, ir à conquista de mais e melhores mercados onde nos pretendemos afirmar com soluções completas e diferenciadas para os nossos clientes, assumindo um desafio de qualidade, competência e agressividade.

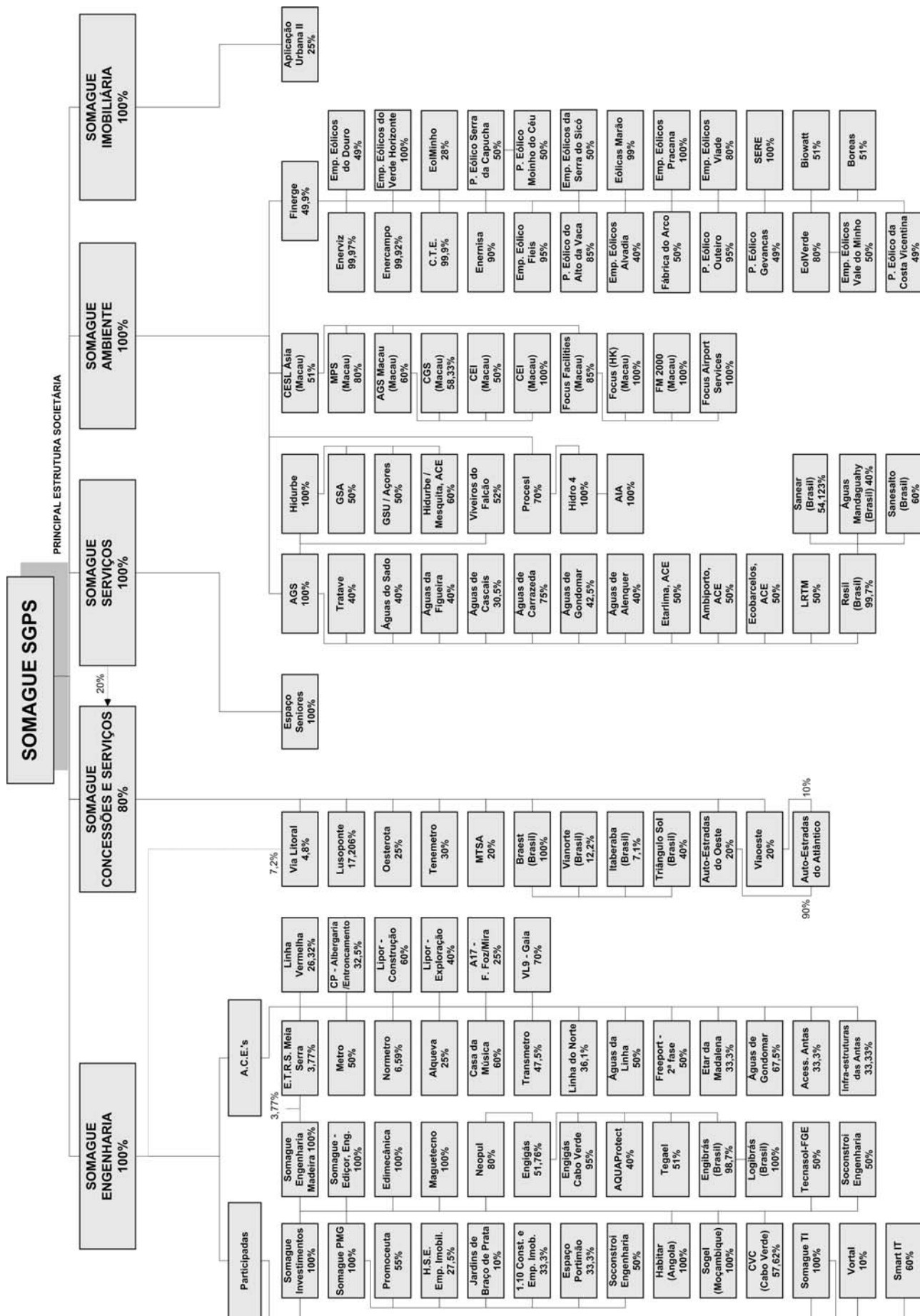
Somos dos que não têm medo do jogo da competitividade, do estímulo da globalização e liberalização de mercados, da dinâmica de fazermos parte de um grupo maior, mais abrangente e, consequentemente, mais preparado para os dias conturbados que hoje vivemos.

Fizemo-lo, também e principalmente, conscientes da nossa responsabilidade em continuar a sustentar uma lógica de criação de valor para o accionista e a defesa dos interesses dos nossos colaboradores, os quais podem hoje aspirar a desenvolver carreiras internacionais.

Somos hoje uma equipa mais forte, mais madura, com fortes índices de motivação, típicos de uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal e em que valores como o orgulho e a auto-estima têm estado e estarão, estou seguro, sempre presentes.

Definitivamente, queremos manter a tradição de construir o futuro, também fora do nosso País.

Diogo Vaz Guedes



ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, da SOMAGUE Engenharia, da SOMAGUE Serviços, da SOMAGUE Concessões e Serviços, da SOMAGUE PMG e da SOMAGUE Ambiente
Diogo Alves Dinis Vaz Guedes

Vice-presidente do Conselho de Administração e da SOMAGUE Serviços
José Seixas de Queiroz Vaz Guedes

Vice-presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)
José Manuel Loureda Mantiñán

Vice-presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)
Luis del Rivero Asensio

Vice-presidente da SOMAGUE Concessões e Serviços
João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães

Responsável pela Área Financeira do Grupo e Vice-presidente da SOMAGUE Engenharia (Não Executivo)
Luís Miguel Dias da Silva Santos

Vice-presidente da SOMAGUE Ambiente
Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços
Roberto Marques Pinto da Silveira

Vice-presidente Executivo da SOMAGUE Engenharia
Ricardo Martín Lucas

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A actividade da SOMAGUE no ano 2003 foi, mais uma vez, desenvolvida num contexto macroeconómico adverso, que se mantém neste início de 2004.

A economia portuguesa voltou a não crescer em 2003, a inflação média anual manteve-se acima dos 3% e a taxa de desemprego aproxima-se dos 6,5% (5,1% em 2002). Tudo isto se passa num contexto mais lato, em que as economias americana, japonesa e europeia cresceram, respectivamente, 3.1%, 2.7% e 0.4%, sendo de realçar que, de acordo com os inquéritos de opinião da Comissão Europeia e divulgados pelo Banco de Portugal, a confiança dos consumidores europeus em Janeiro de 2004 se mantinha a um nível inferior à média dos últimos 10 anos.

Apesar de ser evidente a dependência da retoma do crescimento económico em Portugal da existência de uma retoma global ao nível da União Europeia, que ainda hoje não é segura, é também verdade que o não crescimento da economia europeia é muito influenciada pela estagnação da economia alemã, ao mesmo tempo que outros países da União têm conseguido manter ritmos de crescimento acima de 2%, como o Reino Unido, a Espanha ou a Irlanda.

Tal não tem sido possível em Portugal, em parte devido ao desequilíbrio estrutural das finanças públicas, o que foi agravado em 2003 pelo não crescimento da economia e que resultou numa evolução negativa das receitas fiscais, antes de contabilizadas as operações extraordinárias efectuadas no final do ano para cobertura do défice, ano em que a despesa continuou a crescer a um ritmo próximo dos 3% apesar da redução de 6% alcançada na aquisição de bens e serviços.

Esta complexa situação da economia portuguesa torna indispensável a conjugação favorável de uma retoma global ao nível da União Europeia e a vontade política de avançar com reformas estruturais que permitam, a prazo e na globalidade da economia, melhorar a utilização dos recursos disponíveis, designadamente pela via de menos consumo e melhor investimento por parte do Estado.

No que às áreas de intervenção da SOMAGUE diz respeito, este melhor investimento por parte do Estado corresponderá um conjunto de oportunidades que exigem, para além das competências técnicas indispensáveis, a disponibilidade e a capacidade de acesso a recursos financeiros significativos, o que motivou, em larga medida, a operação de integração acordada com a Sacyr Vallehermoso.

Nos mercados internacionais onde a SOMAGUE opera, merece especial destaque o comportamento favorável da economia brasileira, cujo caminho de estabilização conduziu a uma redução significativa do risco país e das taxas de juro, em simultâneo com a criação de perspectivas de crescimento sustentado para a globalidade da

economia que poderá propiciar um novo ciclo virtuoso para o investimento estrangeiro, designadamente nas áreas de intervenção da SOMAGUE. Ainda relativamente ao Brasil, é de referir a redução da volatilidade da moeda local relativamente ao dólar, indispensável à retoma da confiança dos investidores, sendo que, no caso do Euro, tal não aconteceu mas por via do comportamento desfavorável da moeda americana.

Neste contexto, tem assim especial significado o crescimento da SOMAGUE em 2003, quer em actividade quer em resultados, o que ocorreu sem crescimento do activo consolidado e do endividamento.

1.2 ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

No relatório de 2002 afirmava-se explicitamente, no início deste capítulo, que “A SOMAGUE pretende ser uma empresa portuguesa de referência no domínio da Engenharia e dos Serviços, com uma base accionista ibérica liderada por portugueses e desenvolvendo a sua actividade especialmente nos mercados de Portugal, Brasil, Angola e Macau/China”.

No final do mesmo capítulo podia ainda ler-se “ (...) não deixa de ser previsível que num horizonte de relativo curto prazo, o Conselho de Administração terá de equacionar diferentes alternativas de financiamento do crescimento da SOMAGUE e de as apresentar, se for caso disso, aos Accionistas”.

De facto, todo o desenvolvimento da SOMAGUE foi orientado pelo objectivo claro de a tornar uma empresa líder, em dimensão e excelência, na Engenharia e nos Serviços, estratégia ambiciosa e que resultou, ao longo dos últimos 10 anos e em virtude dos sucessos alcançados na área dos serviços, na insuficiência permanente dos fundos gerados pelas operações no financiamento do crescimento da empresa.

As alterações ocorridas no mercado de capitais após 1998, levaram a que empresas com as características da SOMAGUE vissem reduzidas as capacidades de recorrer directamente ao mercado primário, obrigando-as a encontrar no seu núcleo accionista, no crescimento do endividamento ou em associações com outras empresas a solução para o financiamento de quem queria e podia crescer a um ritmo acelerado.

Acreditando sempre na insustentabilidade de estratégias de crescimento não alicerçadas numa estrutura financeira saudável, a SOMAGUE veio a celebrar uma parceria estratégica com participação accionista da Sacyr em 2000, seguindo um caminho de colaboração conjunta e de integração operacional que resultou, no final de 2003, na celebração, ao nível dos accionistas de referência, de um acordo de integração das duas sociedades.

O acordo celebrado foi, assim, a solução alcançada para a questão do desenvolvimento da SOMAGUE e, por essa via, só faz sentido nessa mesma óptica, isto é, na continuação do crescimento acelerado de uma empresa portuguesa que foi capaz de se tornar referência nas actividades e mercados onde actua.

Isto significará:

- 1) Na construção, consolidar a liderança da SOMAGUE Engenharia no mercado interno, desenvolver a sua presença nos mercados de Angola e Brasil e, em áreas de especialidade, desenvolver os negócios já hoje existentes nos mercados de Espanha e Chile;
- 2) No Ambiente, especialmente águas, resíduos e energia, para além de reforçar o envolvimento no mercado nacional, deverá esta área centralizar, ao nível de todo o Grupo Sacyr Vallehermoso, os investimento e a operação nestes domínios também em Espanha, América Latina e Brasil, para além de se manter a tradicional permanência no território de Macau;
- 3) Na SOMAGUE Concessões e Serviços, será mantida inalterada a estratégia de participação em todos os novos concursos de concessões rodoviárias em Portugal e no Brasil, a disponibilidade para a ampliação das posições detidas em concessões já existentes e o interesse na montagem de negócios ao nível das parcerias público/privadas ou através de outras formas que possam incluir financiamento e operação, relativamente a outras infra-estruturas, designadamente ferroviárias.
- 4) No Imobiliário, área onde a SOMAGUE vinha mantendo uma presença mais discreta baseada na participação em projectos articulados com outros promotores, irão ser criadas as condições para o desenvolvimento de uma nova sociedade, SOMAGUE Imobiliária, que irá assumir-se como promotor independente e que, também baseada na experiência da Vallehermoso – maior promotor de Espanha - terá como objectivo vir a tornar-se uma empresa de referência no mercado português.

1.3 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SOMAGUE NO ANO 2003

1.3.1 SOMAGUE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

O desempenho da SOMAGUE SGPS em 2003 centrou-se, nos termos do seu objecto, no acompanhamento da evolução das suas participadas, tendo procedido ao financiamento, através de suprimentos, dos planos de investimentos da SOMAGUE Ambiente, SOMAGUE Concessões e Serviços e SOMAGUE PMG.

Chegou a ser criada de uma nova unidade de negócios, a SOMAGUE Serviços, que iria concentrar, por fusão, a SOMAGUE Concessões e Serviços, a SOMAGUE Ambiente e a SOMAGUE PMG.

Posteriormente, veio a ser deliberado não avançar com tal fusão, mantendo-se a SOMAGUE Concessões e Serviços e a SOMAGUE Ambiente independentes e procedendo-se à criação de uma nova unidade para o sector imobiliário – SOMAGUE Imobiliária.

Para esta nova sociedade imobiliária transitarão os activos imobiliários da SOMAGUE PMG, tendo-se procedido à integração, ainda em 2003, desta última sociedade na SOMAGUE Engenharia, onde manterá a tradicional actividade relacionada com a habitação a custos controlados e passará a coordenar a intervenção da SOMAGUE na área da reabilitação urbana.

1.3.2 ENGENHARIA

No ano de 2003, o sector da Construção conheceu um forte decréscimo da actividade que se traduziu em quebras extremamente significativas no número de fogos concluídos e nos concursos de obras públicas adjudicados. Em consequência, praticamente todos os indicadores de actividade registaram quebras acentuadas, reaparecendo simultaneamente fenómenos típicos de uma conjuntura adversa que se repercutiram, em cascata, sobre a totalidade do tecido empresarial, e dos quais merecem destaque pela sua relevância, a intensificação dos atrasos de pagamento por parte do Estado, o aviltamento de preços e o crescimento do desemprego.

A origem dos problemas existentes, bem retratada nas análises efectuadas pela ANEOP, e que aqui reiteramos, é simultaneamente conjuntural e estrutural. Os problemas conjunturais, dadas as características próprias deste sector, só se combatem com instrumentos de dinamização do crescimento económico, entre os quais ressalta o investimento público selectivo, pela via do efeito multiplicador que ele exerce sobre um considerável número de outras variáveis económicas.

Do ponto de vista estrutural o sector português de construção tem de avançar para um modelo centrado na concentração e na especialização, tal como já vêm fazendo desde há muito outros países europeus. A lógica de concentração é um poderoso instrumento de clarificação e disciplinador dos mercados, pois permite uma estratificação mais eficaz e uma rentabilização a todos os níveis. Para além deste aspecto fulcral, a concentração é incontornável se se quiser continuar a apostar na internacionalização onde o atributo “dimensão” é condição fundamental para se ter a possibilidade de aceder aos grandes mercados mundiais.

O enquadramento legislativo do sector terá, também e obrigatoriamente, que ser melhorado de modo a premiar os mais capazes, a promover o aumento da produtividade e a incentivar os que pretendam aceder a este patamar. A legislação terá por isso de ser revista de forma a consagrar soluções que visem a criação de um clima de confiança entre as partes contratantes e conter mecanismos que estratifiquem o mercado, garantindo que as obras mais volumosas e mais complexas sejam executadas pelas empresas melhor apetrechadas.

4.3.2.1 SOMAGUE ENGENHARIA – SIMPLES

a) ACTIVIDADE COMERCIAL

Apesar de se terem confirmado, no ano de 2003, as piores expectativas para a evolução do sector de construção civil e obras públicas em Portugal, foi possível angariar obras no valor de cerca de 500 milhões de Euros, como resultado de uma política selectiva e agressiva, mas confortados pela forte capacidade produtiva que a empresa continuamente vem adquirindo com os recentes desafios em que, com sucesso, se tem envolvido.

Destacam-se, para além das que mais à frente se referem, as seguintes contratações:

- BRISAL – Litoral Centro (em consórcio);
- GOP – Reformulação do Nó do MARP na VCI;
- ÁGUAS DO CENTRO – Conduto elevatória e ETA do Cabril;
- ÁGUAS DO ZEZERE E COA – Conduto e ETA Sabugal/RR Tapada;
- CONCESSÃO DE AGUAS – Paços de Ferreira;
- METRO DO PORTO – Passagens desniveladas;
- ESTADIO LOULÉ FARO – Bancadas provisórias;
- IMOGERIL – Edifícios 3 e 4 de Miraflares;
- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – Alargamento da Estrada do Autódromo do Estoril.

Das contratações conseguidas e das extensões de contratos existentes, como resultado da duração plurianual de obras já tratadas, resulta como carga contratada para o Continente, para os anos de 2004 e seguintes, o valor de 800 milhões de Euros, o que nos garante hoje um volume de negócios para 2004 de perto de 600 milhões de Euros, objectivo fixado para a actividade no território continental no ano de 2004.

Da análise actual do mercado, o subsector de obras públicas denota alguma movimentação, com a inventariação já conhecida de importantes investimentos, nomeadamente no IEP, na REFER, na EIA, no ML e MP, onde a programação de projectos nos permite olhar para o futuro com alguma confiança, cientes no entanto de que 2004 será ainda um ano de forte contenção no sector.

No subsector do investimento privado identifica-se alguma animação, não muito significativa, mas que permite prever alguma actividade do sector imobiliário.

Com a recente incorporação da SOMAGUE PMG na SOMAGUE ENGENHARIA, resultam fundadas expectativas de que também aqui se possa criar um sector de geração de actividade nos domínios da Habitação a Custos Controlados, bem como de importantes projectos de Reabilitação Urbana das grandes cidades.

A aposta continuada na privatização de sectores tradicionalmente de investimento público, bem como os projectos estruturantes em parcerias público-privadas, nomeadamente em Hospitais e Concessões (IC16/30, SCUT AÇORES, DOURO LITORAL e IP4), associados à implementação das ligações ferroviárias de Alta Velocidade entre Lisboa/ Porto e Lisboa/ Badajoz, permitem antever o futuro com mais serenidade.

É também de realçar a actividade comercial das nossas participadas internacionais, nomeadamente em Angola e Cabo Verde, onde as recentes contratações nos permitem abordar estes mercados com alguma tranquilidade. Referimo-nos em Angola à adjudicação das obras da Cooperativa do Cajueiro, da Maternidade Lucrecia Paim e da Biblioteca Agostinho Neto que coloca esta participada com uma actividade contratada para os dois próximos anos de 160 MUSD. Em Cabo Verde, a recente contratação do Hotel RIU FUNANA bem como a actividade angariada para o Grupo Tecnical, permitem ter uma actividade tratada de 65 milhões de Euros para esse mesmo período.

b) PRODUÇÃO

Na Região Sul conseguiu-se, no corrente ano, o maior valor de actividade registado até à data, destacando-se os seguintes contratos:

- Acabamentos, instalações especiais, acessos e topo norte do Estádio Municipal de Leiria;
- Acessibilidades do Estádio do Sport Lisboa e Benfica;
- Remodelação do Hotel Coríntia Alfa;
- Empreendimento Campo Real no Turcifal;
- Freeport – Construção do empreendimento lúdico-comercial em Alcochete;
- IEP – Construção da Variante à Sertã;
- Construção do Hotel Bensaúde em Lisboa;
- Refer – Remodelação da Linha do Norte entre Vila Franca de Xira e a Azambuja.

Na Direcção Regional Norte, e com a evolução organizativa da autonomia já concretizada no ano anterior, além da actividade desenvolvida ter aumentado significativamente em volume, foi possível melhorar a capacidade de resposta da empresa perante o mercado e correspondentes melhorias de produtividade.

No ano de 2003 a SOMAGUE Engenharia colocou-se no mercado como empresa multi-disciplinar e que ao reforçar a interligação das empresas do Grupo na sua área de intervenção geográfica permitiu conjugar várias valências, estando presente em posição liderante em todos os tipos de obras concursadas.

As principais obras iniciadas e em curso foram:

- Estádio das Antas (F.C.Porto)
- Estádio do Bessa (Boavista)
- Acessibilidades ao Estádio de Aveiro
- Complexo Antas - Hotel e Centro Comercial (Aplicação Urbana II)
- Portinho de Vila Praia de Âncora
- REFER - Duplicação e electrificação do troço Nine-Tadim
- REFER – Reconversão em via larga e electrificação do troço Lordelo
- Ponte de Armamar e ligação à EN 313
- Variante Nascente de Famalicão (Consórcio)
- Estabelecimento Prisional de Sta. Cruz do Bispo
- Labicer
- Piscinas/Gimnodesportivo Sabugal
- Passagens Inferiores de Ozanam e Ramalde (Metro do Porto)
- Arranjo Urbanístico do Rio Fervença (Bragança Polis)
- Metro do Porto

e em ACE:

- Casa da Música
- Águas e Saneamento de Gondomar
- LIPOR III
- Acessibilidades às Antas – Modelação do terreno e escavações
- Acessibilidades às Antas – Construção de Viadutos V2 e V3
- Infra-estruturas, Urbanismo e Paisagismo (Antas)
- Nó do Mercado Abastecedor (Porto)
- VL9 – Ponte D. Henrique –IC23

Em termos de projectos especiais, o ano de 2003 foi caracterizado pela estabilização do “Projecto, Construção, Equipamento, Financiamento e Operação por um curto período de tempo de um sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto”, na sequência da tomada da posição de líder do ACE pela SOMAGUE.

Os principais projectos iniciados, e/ou em curso, em 2003 foram:

Metro Ligeiro do Porto (em ACE)

Metro de Lisboa – Linha Vermelha (ACE)

Metro de Lisboa – Estação Santa Apolónia (ACE)

Terminal de Granéis Sólidos em Aveiro (Consórcio)

A1 – Alargamento do sublanço Aveiras de Cima/Santarém

Refer – Linha do Norte Sub-troço 2.1 Entroncamento/Albergaria (Consórcio)

IEP – Ponte Europa no rio Mondego (Consórcio)

EDIA – Venda Nova II (ACE)

TA – Terminal de GNL em Sines (Consórcio)

4.3.2.2 PARTICIPADAS DA SOMAGUE ENGENHARIA

4.3.2.2.1 SOMAGUE – EDIÇOR, ENGENHARIA, S.A.

A SOMAGUE – Ediçor, cujo capital é, desde 1999, totalmente detido pela SOMAGUE, exerce a sua actividade exclusivamente na Região Autónoma dos Açores, ocupando uma posição de grande relevo nos sectores da Construção Civil e das Obras Publicas.

A actividade da empresa, caracterizada pelo início de algumas empreitadas de grande porte, desenvolveu-se, pela primeira vez desde a sua existência, em sete das nove ilhas da Região tendo facturado cerca de 48,2 milhões de Euros.

Para este volume de negócios contribuíram particularmente as áreas de habitação a custos controlados, da reconstrução de habitações afectadas pelo sismo que ocorreu na Horta em 1998 e as obras marítimas.

Apesar do investimento público na Região ser determinante na actividade do sector da construção, a SOMAGUE – Ediçor continua a desenvolver uma parcela significativa da sua actividade no âmbito de contratos privados, fundamentalmente na área da hotelaria.

Os resultados operacionais totalizaram cerca de 1,23 milhões de Euros e os resultados antes de impostos 1,07 milhões de Euros ultrapassando, consequentemente, os objectivos previstos no Orçamento aprovado.

Estes resultados confirmam os condicionalismos que afectam o mercado Nacional, admitindo-se que a Região continue a apresentar-se como uma alternativa para as empresas com sede no Continente, com consequente agravamento das condições de concorrência.

Foi assim desenvolvida uma significativa actividade comercial tendo sido apresentadas 130 propostas que se traduziram na contratação de 15 empreitadas totalizando cerca de 51 milhões de Euros, valor que proporciona, em 1 de Janeiro de 2004, uma carteira de cerca de 56 milhões de Euros.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	8.425.997	9.434.945	10.005.488
ACTIVO LÍQUIDO	47.655.326	52.910.642	42.919.308
VOLUME NEGÓCIOS	59.752.966	56.487.242	48.198.416
RESULTADO LÍQUIDO	2.884.448	1.912.316	747.681
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

4.3.2.2.2. SOMAGUE ENGENHARIA MADEIRA, S.A.

A actividade da SOMAGUE Engenharia Madeira engloba todo o tipo de empreitadas, mas o volume de negócio na área das obras públicas tem sido tradicionalmente superior ao da construção civil.

Tendo em atenção o fim do III QCA em 2006, é expectável que o volume de obras públicas venha a decrescer, pelo que é fundamental o reforço sustentado da capacidade produtiva de obras de construção civil.

No ano de 2003 as obras públicas representaram 83% da actividade global, em que o peso das obras marítimas foi de 42% o das obras terrestres de 58%. As empreitadas de construção civil contribuíram com 17% para a actividade global.

A carteira, no final de 2003, cifrava-se em 86 milhões de Euros, tendo o volume de negócios da SOMAGUE Engenharia Madeira atingido, nesse ano, 69 milhões de Euros, o que representou um acréscimo de 18% face ao ano anterior.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	6.770.546	17.475.032	20.612.902
ACTIVO LÍQUIDO	28.744.148	36.283.838	51.025.398
VOLUME NEGÓCIOS	39.282.729	58.492.603	69.023.156
RESULTADO LÍQUIDO	178.251	1.731.919	3.177.812
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

4.3.2.2.3 TECNASOL - FGE, Fundações e Geotecnia, S.A.

No subsector Fundações e Geotecnia assistimos 2003 ao culminar de uma série de projectos iniciados em anos anteriores, não tendo havido por parte dos investidores privados e públicos o lançamento de novos projectos que pudessem evitar o decréscimo acentuado da actividade que se verificou em Portugal. Esta situação provocou desde logo uma insuficiente ocupação de equipamentos e pessoas, tendo como consequência, entre outras, o esmagamento de margens entre as empresas concorrentes, que assim tentaram evitar impactos mais negativos resultantes do decréscimo de actividade.

Graças à política de diversificação em novos negócios e actividades, foi possível atenuar a redução do volume de negócios da Empresa, facto comprovado pelo valor gerado na nova actividade de Obras Subterrâneas e pelo reforço ocorrido na mais recente, o Jet-Grouting.

Neste ano de grandes dificuldades e de escassas oportunidades de negócio, confirmou-se que muito do sucesso e da afirmação da Tecnasol FGE se deve à acção conjugada dos factores capacidade técnica e versatilidade das suas pessoas. Estes factores têm permitido inovar, “inventar” e diversificar, quer em novas soluções de projecto, quer em novas tecnologias de execução e são o garante da manutenção e reforço da posição de liderança da Tecnasol FGE no mercado de Fundações e Geotecnia em Portugal.

No que diz respeito às Actividades - Não Geotécnicas, voltámos aos níveis de negócio de 2001, devido essencialmente ao facto de termos realizado obras de pré esforço em Espanha.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros.

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	10.685.982	12.197.974	12.942.050
ACTIVO LÍQUIDO	40.084.492	45.024.961	45.019.804
VOLUME NEGÓCIOS	51.269.173	62.657.251	53.026.959
RESULTADO LÍQUIDO	760.645	1.185.560	878.060
PARTICIPAÇÃO	50%	50%	50%

4.3.2.2.4 NEOPUL, Sociedade de Estudos e Construções, S.A.

A Neopul – certificada para todas as novas áreas de negócios pela ISO 9001-2000 – opera preferencialmente em dois segmentos do mercado das obras públicas; construção e manutenção ferroviária (trabalhos de Via e de Catenária) e obras de infra-estruturas de águas e saneamento.

Durante o ano de 2003, as obras pertencentes ao segmento ferroviário angariadas em anos anteriores tiveram efectivo desenvolvimento apenas no segundo semestre, por motivos de planeamento das obras civis que as antecederam, mas geraram resultados de acordo com o orçamentado. A produção do primeiro semestre ocupou-se do acabamento de obras plurianuais do segmento ambiente, já que a angariação de obras novas nesse segmento tem sido conjunturalmente muito adversa.

Perante este estado do mercado, a Neopul optou pela redução do volume de negócios, salvaguardando a rentabilidade da empresa, tendo sido possível incrementar o resultado líquido.

O esforço comercial foi muito elevado, tendo a Neopul apresentado propostas no valor global de 374 milhões de Euros no mercado interno e de 74 milhões no internacional. A carteira total em 31 de Dezembro 2003, directa e em consórcio, cifrava-se em 78 milhões de Euros, dos quais 45 milhões de sua produção específica e quase na totalidade de obras de via e catenária. A angariação no ano foi de 33 milhões de Euros, mas corresponde a trabalhos de produção plurianual.

Os bons resultados alcançados permitem encarar com segurança a continuação dos investimentos efectuados, tanto em equipamento pesado de alta especialização ferroviária, com vista à expansão desse ramo do seu negócio e de forma a enfrentar com determinação o desafio da construção das novas linhas de alta velocidade, como na participação financeira em negócios de complementaridade estratégica.

Atenta à necessidade de optimização de recursos e enquadrada numa estratégia de grupo, a SOMAGUE Ambiente SGPS cedeu à Neopul a sua posição accionista na Engigás. Animados do optimismo que a sinergia da gestão conjunta de empresas com afinidades de mercado e de tecnologias desperta, deu-se início à sua reestruturação começando pela aquisição de acções aos diferentes accionistas de modo a permitir à Neopul deter a maioria do capital da Engigás. Está actualmente em curso um aumento de capital na Engigás, com a incorporação de activos da Neopul e acompanhada de uma gestão integrada dos segmentos de mercado de infra-estruturas de água, saneamento, gás, construção e manutenção industrial.

A Neopul, completada a operação, passará a deter 70% do capital da Engigás, e por seu intermédio, a maioria no capital da Tegael e da Engibras (Brasil), para além de outras participações na Aquaprotect, e nas filiais estabelecidas em Cabo Verde, Marrocos e Irlanda.

Por via directa, a Neopul participa também nas sociedades Ferropor e Satepor, dedicando-se esta última ao fabrico de travessas para o caminho de ferro, e ainda no ACE Neorail destinado a trabalhos no Metropolitano.

A integração deste novo “subgrupo” de empresas de “MULTISERVIÇOS DE ENGENHARIA” sob a égide da Neopul está a desenvolver-se com grande empenho e será certamente uma valência importante para a criação

de valor dentro da SOMAGUE, representando em 2003 um volume de negócios de 78 milhões de Euros, e ambicionando-se, para 2004, uma aproximação aos 100 milhões de Euros.

Consideramos este passo estratégico, e de grande alcance, aumentando a competitividade global das empresas envolvidas, permitindo-lhes potenciar a sua actividade como prestadores de serviços em actividades menos dependentes das obras públicas e ligadas ao ambiente, à energia, à indústria e aos transportes ferroviários, tanto em Portugal como no estrangeiro, com principal destaque para a Espanha, onde a Neopul enquanto empreiteiro de via férrea já é hoje “Fornecedor acreditado Renfe”. Mas também no Brasil, onde o bom desempenho empresarial da Engibras na área do gás natural já se expandiu para além de São Paulo, onde iniciou actividade em 2000, dispondo de delegações em diversos Estados e com resultados muito encorajadores.

O futuro é encarado com optimismo, pois têm sido tomadas medidas de potenciação dos negócios que fazem minimizar a situação conjuntural negativa em que Portugal se encontra, perspectivando o crescimento pela internacionalização, racionalizando os meios pela integração de estruturas corporativas e alavancando novos mercados pela junção de competências técnicas e sinergias de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	7.066.219	8.424.466	9.240.127
ACTIVO LÍQUIDO	22.030.052	25.605.997	42.718.045
VOLUME NEGÓCIOS	25.744.737	35.153.772	24.097.821
RESULTADO LÍQUIDO	701.440	262.110	815.661
PARTICIPAÇÃO	-	80%	80%

4.3.2.2.5 ENGIGÁS, Tecnologia Multi – Serviços de Engenharia, S.A.

A Engigás disponibiliza serviços de engenharia e contracting a clientes institucionais de primeira linha, nos sectores de actividade em que actua: na energia, no ambiente, na indústria e nas telecomunicações.

Em Portugal, mesmo considerando o contexto económico de recessão, o volume de negócios cresceu para 30.6 milhões de Euros e os resultados cifraram-se em 0.8 milhões de Euros, aumento significativo relativamente aos 0.3 milhões de Euros atingidos no ano anterior.

Em termos consolidados, o volume de negócios atingiu cerca de 55 M. Euros, ligeiramente abaixo dos 56,8 milhões de Euros alcançados no ano anterior mas, em sentido contrário, os resultados líquidos superaram os de 2002, tendo os capitais próprios sido significativamente reforçados.

No Brasil, a Engibras confirmou a sua prestação junto de algumas das maiores empresas Sul-Americanas e do mundo tais como a Comgas (BritishGas/Shell), Gasbrasiliano (ENI), Bahiagas e Petrobras. As 700 pessoas que emprega e a diversificação geográfica em que actua – São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Ceará – são um sintoma muito significativo do potencial de crescimento consistente que tem pela frente.

Na Irlanda, através da Tegael está em curso um grande contrato de renovação de linhas de transporte de electricidade para a ESB – Electricity Supply Board e em Marrocos manteve-se a actividade nas telecomunicações móveis.

Perante uma conjuntura desfavorável, a Engigás perspectivou atempadamente a necessidade de encontrar uma nova fórmula de desenvolver os negócios, com o objectivo permanente de valorizar a empresa, e nesse sentido, pode dizer-se que os resultados da sua estratégia foram positivos. Em linha com a proactividade habitual, a migração para o mercado do ambiente, colmatando a fase de maturidade do mercado do gás em Portugal, conduziu à aproximação à Neopul, que já operava nesse mercado, e as duas sociedades juntaram competências, dando inicio a uma nova era na vida da empresa.

A solução encontrada, entusiasticamente apoiada por todos os Accionistas, permitirá dar continuidade a um desenvolvimento mais sustentado, fortalecendo a actuação em mercados cada vez mais agressivos e competitivos. A nova sociedade, detida maioritariamente pela SOMAGUE, encontrará na realidade dos sucessos alcançados e na confiança no futuro, razões bastantes para estimular a criatividade de novas soluções e ser melhor em cada dia.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	2.935.467	3.197.179	4.009.684
ACTIVO LÍQUIDO	11.559.094	18.979.196	21.176.413
VOLUME NEGÓCIOS	23.938.147	29.000.904	30 520 888
RESULTADO LÍQUIDO	423.236	261.712	812.505
PARTICIPAÇÃO	40%	40%	51,76%

4.3.2.2.6 ENGIBRAS

A Engibras é uma empresa Brasileira constituída em Janeiro de 2000, controlada integralmente pela Engigás, para apostar no desenvolvimento e diversificação da matriz energética Brasileira.

A Engibras presta serviços que englobam soluções estruturadas, individuais e integradas de engenharia, construção, instalação e manutenção de infra-estruturas e equipamentos, desenvolvendo e implementando soluções completas, inclusive na modalidade EPC (Engineering, Procurement & Construction) para os principais sectores das “Utilities”, com especial relevo para o gás natural.

O posicionamento estratégico da Engibras está orientado para permitir à empresa um crescimento e desenvolvimento em duas dimensões: a dos mercados geográficos e a dos mercados técnicos.

O desempenho da Engibras traduziu-se numa actividade de 50.5 milhões de Reais, o que representa um crescimento de 30% em relação a 2002, o lucro operacional passou dos 5,5% apurados em 2002 para 16,3% este ano. A incidência dos custos financeiros sobre as vendas baixou de 4,5% para 3,3% em 2003, e a margem líquida aumenta de 5,6% para 7,4%. O resultado líquido de 3.43 milhões de Reais representa um crescimento de mais de 70% face ao ano anterior.

Foram apresentadas 57 propostas comerciais no valor de 225 milhões de Reais, tendo sido adjudicadas 31 que representam uma carteira potencial de 120 Milhões de Reais para os próximos 3 anos.

No vector comercial, de destacar a expansão da actividade para a diversificação de clientes. Em 2002 a empresa apenas operava no Estado de São Paulo e dependia em 90% de um único cliente, a Comgas, tendo actualmente clientes como a Petrobras, a Gás Brasileiro, a Bahiagas e a SCGas, e trabalhando em 4 estados Brasileiros.

No vector produtivo, foram alcançadas metas de melhoria da produtividade, recorrendo a tecnologias alternativas e à optimização dos seus recursos e processos.

Especial atenção foi prestada ao vector higiene e segurança, tendo a empresa superado duas auditorias que resultaram num plano de acção para enquadrar as suas práticas dentro do sistema da norma ISO 18 000. Na Gestão da Qualidade foi estabelecida a meta de 2004 para a certificação ISO 9001.

Os sistemas de informação, já de raiz de elevada performance, foram alimentados e agilizados na óptica de cada vez maior fiabilidade do reporte e controlo de gestão para todas as áreas operacionais.

Nos recursos humanos houve um claro desenvolvimento e simplificação das estruturas em resultado de uma optimização dos processos e de um investimento de 0,5% da receita em formação profissional, sendo objectivo para 2004 atingir 1% de investimento em formação.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	764.543	949.915	1.982.586
ACTIVO LÍQUIDO	5.907.284	4.705.736	6.813.516
VOLUME NEGÓCIOS	14.227.761	10.475.281	13.861.990
RESULTADO LÍQUIDO	983.838	542.504	1.015.378
PARTICIPAÇÃO	98,70%	98,70%	98,70%

4.3.2.2.7 TEGAEL – Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A.

A Tegael é controlada pela SOMAGUE através da Engigás, que detém 51% do respectivo capital.

A Tegael é uma empresa prestadora de multi-serviços nas áreas da Electricidade e Telecomunicações, capacitada para um crescimento sustentado e um alargamento de competências, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Nas telecomunicações móveis, conta com um terço do mercado dos investimentos previstos pela TMN para remodelação e instalação de infra-estruturas GSM/UTMS. Esta adjudicação só ocorreu no final do ano, pelo que a alocação dos recursos especializados só foi conseguida graças à prorrogação, por mais um ano, do contrato de manutenção das infra-estruturas da TMN, com um grau de cobertura de mais de metade do território nacional e ilhas.

Nos Sistemas de Energia – Alta Tensão (“AT”), Média Tensão (“MT”) e Baixa Tensão (“BT”); Subestações e Parques Eólicos, prosseguindo a estratégia lançada em 2002, a Tegael foi qualificada pela REN como fornecedor de Linhas de Alta Tensão, e registou já algumas encomendas, em parceria com fornecedores e grandes projectistas de Subestações. Foi dedicada larga atenção às actividades de instalação de Redes de MT e BT retomando uma das actividades iniciais da empresa, e dirigida ao seu cliente estratégico EDP Distribuição. As necessidades de renovação das redes de MT e BT na Área de Santarém e a crescente capacidade de resposta da Tegael, conduziram a um significativo aumento do volume de negócio na Empreitada Continua.

O ano findo constituiu uma grande aproximação ao mercado das Energias Renováveis – Energia Eólica; para isso valeu o reconhecimento pelos clientes das competências e qualificações da empresa. A Tegael tem capacidades para gestão completa de obras desta natureza, englobando a instalação de redes de transmissão de dados, rede de MT, subestação e linha aérea de ligação ao sistema de distribuição e transmissão nacionais.

O reconhecimento de um mercado nacional com potencial de crescimento limitado e as experiências bem sucedidas da Tegael no exterior, Marrocos e Palop’s, e dando seguimento à orientação estratégica para continuar a sua internacionalização, veio a resultar no envolvimento num projecto piloto de renovação de Rede de Media Tensão na República da Irlanda para a ESB Networks, congénere da EDP Distribuição, tendo em Dezembro firmado já um contrato de renovação de 4 000 km de Rede de MT nos próximos anos 2004 e 2005, o

que implicará uma operação naquele país com o envolvimento de 150 pessoas, equipamentos e logística associada.

A actividade da Tegael foi, no contexto desfavorável de 2003, fortemente afectada. Os anunciados investimentos nas telecomunicações móveis só deram tímidos sinais no 4º trimestre, não permitindo à empresa atingir o volume de negócios esperado, mantendo a Tegael, apesar disso, resultados líquidos positivos de 0,7 milhões de Euros para um volume de negócios de 8 milhões de Euros.

O ROA e o ROE foram de 6,43% e de 14,48%, respectivamente, mantendo-se o número de empregados em 185 pessoas.

A empresa é certificada ISO 9001-2000, ISO NP 14001 e OSHAS 18 000.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	4.836.466	4.994.410	5.140.182
ACTIVO LÍQUIDO	14.872.670	10.585.544	11.571.182
VOLUME NEGÓCIOS	15.775.224	13.764.460	9.316.190
RESULTADO LÍQUIDO	1.122.711	756.502	744.328
PARTICIPAÇÃO	-	51%	51%

4.3.2.2.8 SOMAGUE PMG – Promoção e Montagem de Negócios, SA

O ano de 2003 foi caracterizado por uma actividade muito centrada no desenvolvimento de empreendimentos de habitação a custos controlados, tendo-se atingido um volume de negócios de cerca de 19,1 milhões de Euros, aquém do valor inicialmente previsto.

A manutenção da quebra de actividade nesta área de negócios deveu-se, mais uma vez, não apenas ao diferimento do início de alguns empreendimentos mas, fundamentalmente, à não concretização do início dos trabalhos dos empreendimentos previstos para o Município de Loures.

O ano de 2003 ficou ainda marcado positivamente pela resolução com sucesso de diversos problemas pendentes com as Autarquias no âmbito da Habitação a Custos Controlados, nomeadamente a celebração das escrituras com os Municípios de Matosinhos e da Covilhã.

A manutenção do abrandamento da economia nacional e internacional que se vem a verificar desde o ano de 2002 e o excesso de oferta provocado por anos de euforia e grande especulação imobiliária nos diversos

segmentos de mercado, habitação, escritórios e comércio, mantiveram o arrefecimento no mercado da promoção imobiliária. A redução, pelo Governo, do imposto de Sisa em Junho de 2003 não foi suficiente para alterar esta tendência.

Apesar desta situação, os promotores e proprietários de terrenos continuam a não reagir com a redução dos valores de mercado, muito provocado também pela manutenção das taxas de juro em mínimos históricos.

Espera-se que, com a continuação desta conjuntura, os valores de mercado desçam e se possa verificar uma ligeira reanimação do mercado imobiliário, nomeadamente no sector da habitação, já que o mercado de escritórios está praticamente estagnado e o comércio está cada vez mais indexado a investidores institucionais internacionais ou fundos de investimento.

A SOMAGUE PMG manteve a estabilidade da sua estrutura organizacional existente no ano de 2002 e o princípio do recurso a “outsourcing”.

As perturbações que ainda se fazem sentir, em resultado das importantes mudanças políticas ocorridas nas eleições autárquicas do fim de 2001, aliadas à manutenção dos cortes na despesa pública traduzidos na inibição do endividamento das Autarquias e à eliminação do crédito bonificado para aquisição de casa própria, têm sido, juntamente com as recentes recusas de visto do Tribunal de Contas às propostas de aquisição de fogos por parte dos Municípios com alegado fundamento na ausência de concurso público, os principais factores explicativos do decréscimo de actividade e, consequentemente, do resultado esperado para o ano de 2005 na vertente da Habitação a Custos Controlados.

Ainda assim e fruto de legislação com carácter transitório decidida pelo Governo Central em Julho de 2003, foi possível até final do ano concretizar escrituras de venda de 174 fogos e diverso equipamento, cuja construção se encontrava concluída desde 2002, com os Municípios de Matosinhos e da Covilhã.

Também concluídos desde Abril de 2003, estão os 146 fogos do Tortosendo, na Covilhã, cujas escrituras aguardam a resolução de um diferendo judicial da responsabilidade da respectiva autarquia. Em fase de construção manteve-se o empreendimento das Laranjeiras em Matosinhos, composto por 106 fogos e equipamentos respectivos, prevendo-se a concretização das escrituras em 2004.

Na área da Promoção Imobiliária, a SOMAGUE PMG consolidou a sua estratégia de parcerias e presença no mercado nos segmentos de habitação, escritórios e centros comerciais.

a) PALMELA – GOLF DO MONTADO – LOTE 2 – 30 MORADIAS

De modo a rentabilizar o activo patrimonial da SOMAGUE Engenharia no Golf do Montado em Palmela, a SOMAGUE PMG obteve o parecer favorável da Câmara Municipal para o desenvolvimento imobiliário de 30 moradias, estando o projecto de licenciamento praticamente aprovado.

Ficaram acordadas as condições de venda do terreno com a sociedade detentora do Campo de Golfe do Montado para assinatura de Contrato Promessa de Compra e Venda no início de 2004.

b) SINTRA CASCAIS – ESCRITÓRIOS

O projecto de 16.302 m² de área bruta de construção acima do solo para escritórios a desenvolver na 2ª fase do empreendimento no Linho do Grupo SOMAGUE, está a ser comercializado pela Healey & Baker e Knight Frank e coordenado pela SOMAGUE PMG.

Dada a situação de excesso de oferta de escritórios para venda e arrendamento no eixo Oeiras, Sintra-Cascais, aguarda-se a concretização de ocupação para se poder dar início à construção. O projecto encontra-se licenciado.

c) LISBOA – JARDINS DE BRAÇO DE PRATA

A SOMAGUE PMG participa em 10% no capital da sociedade promotora da operação de recuperação urbana de toda a área das antigas instalações militares da Fábrica de Braço de Prata, Freguesia de Poço do Bispo, em Lisboa, contemplando um empreendimento com uma área bruta de construção acima do solo de cerca de 135.000 metros quadrados que abrange habitação, comércio, escritórios e estacionamento. O arquitecto responsável pelo loteamento, arquitectura e arranjo paisagístico é o consagrado Arquitecto Italiano Renzo Piano.

A Autarquia aprovou uma alteração simplificada do Plano Director Municipal que permite a alteração de usos nesta zona para uma forte componente de habitação, mas os trabalhos de construção do empreendimento mantiveram-se parados durante todo o ano, aguardando-se a aprovação do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

Acresce que esta mesma sociedade celebrou em Dezembro de 2001, com a Feira Nova, Hipermercados, S.A. um contrato de promessa de compra e venda para aquisição das fracções autónomas que vierem a

corresponder aos lotes 6, 7, 9, 10, 12 14 e 15, totalizando 384 apartamentos e 2.995 metros quadrados de escritórios, no empreendimento Bela Lisboa (Quadra de Chelas), cujos trabalhos de construção se concluíram este ano.

d) LISBOA – ALCÂNTARA RIO

A participação de 15% detida pela SOMAGUE PMG na sociedade que tem como objecto a promoção do empreendimento imobiliário “Alcântara Rio”, na freguesia de Alcântara em Lisboa, para habitação, escritórios, comércio e estacionamento, foi vendida ao outro accionista detentor de 85% da Sociedade, retirando-se a SOMAGUE do desenvolvimento do empreendimento e realizando com isso o resultado respectivo.

e) LISBOA – PARQUE DAS NAÇÕES – PARCELA 1.10

No início do ano de 2003, não tendo havido acordo possível com a cadeia VIP Hotéis sobre o valor de venda e as alterações do programa do hotel, a operação gorou-se, obrigando a sociedade 1.10 a abandonar o projecto do Hotel e reequacionar o programa do empreendimento

Em Janeiro de 2003 foi analisada a possibilidade de relocar os serviços de uma outra entidade na parcela 1.10, tendo a SOMAGUE PMG liderado uma proposta que veio a ser formalmente apresentada a um Fundo de Pensões.

Entre Março e Julho de 2003 foi desenvolvida, com a equipa projectista de Arquitectura e com a própria equipa técnica da entidade interessada, a total adaptação do Projecto Especial de Referência da parcela 1.10 às novas instalações, incluindo a totalidade dos 40 000 m2 de área bruta edificável, para colocação da totalidade do empreendimento, expectativa que, porém, se veio a frustrar.

Assim, a sociedade está a desenvolver cenários alternativos para o empreendimento.

O volume de negócios da SOMAGUE PMG situou-se em cerca de 19 milhões de Euros, mas apesar da redução de actividade, o resultado líquido foi de 1.440.217,49 Euros, valor acima do verificado em 2002, para o qual contribuiu também a venda da participação financeira detida na sociedade detentora do empreendimento Alcântara Rio.

Apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros de 2001 e 2002 e 2003

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DA SOMAGUE PMG
(Milhares de euros)

DESCRIÇÃO	2001	2002	2003
1- ACTIVIDADE			
Volume de Negócios	24.649,2	25.261,3	19.060,0
2- RENTABILIDADE			
Resultados Líquidos	1.122,7	815,1	1.440,1
Resultados antes de Impostos	1.450,6	1.122,6	1.721,2
Resultados Operacionais	1.606,9	2.947,9	1.345,9
Meios Libertos	1.197,6	1.023,8	1.521,2
3- ESTRUTURA FINANCEIRA			
Capitais Próprios	8.861,9	9.290,5	10.692,1
Activo total	68.681,1	54.832,7	38.620,5

4.3.2.2.9 SOMAGUE TI – Tecnologias de Informação, S.A.

A actividade da SOMAGUE TI em 2003 decorreu de acordo com o planeado, seguindo a estratégia definida nos anos anteriores.

Os trabalhos realizados incidiram principalmente na implementação de sistemas de informação noutras empresas do Grupo SOMAGUE com vista ao objectivo de ter todo o Grupo a funcionar com as mesmas soluções. Estas implementações tiveram essencialmente duas vertentes: a tecnológica, com a implementação das infra-estruturas de comunicações e servidores e a vertente funcional, com a implementação de aplicações próprias e de terceiros, a redefinição dos processos e a formação dos utilizadores.

Embora em 2003 a preocupação da SOMAGUE TI tenha incidido nos projectos internos houve ainda alguma actividade externa ao Grupo SOMAGUE de onde se salienta o desenvolvimento de programas e a comercialização de aplicações próprias.

Iniciou-se no 2.º semestre o desenvolvimento da nova versão da aplicação de controlo de projectos (SLIGO), que estará concluída no 1.º semestre de 2004, que permitirá melhorar a capacidade de gestão do Grupo SOMAGUE. Esta nova versão irá posteriormente ser lançada no mercado da construção e será a grande aposta no mercado externo ao Grupo.

Numa perspectiva de futuro, a SOMAGUE TI estabeleceu duas parcerias estratégicas com produtores de software ERP (SAP e PHC) com o objectivo de, em conjunto com os seus produtos, oferecer aos seus clientes soluções completas de gestão. A área da gestão de informação e documentação passou a ser mais uma aposta

da SOMAGUE TI, tendo para isso constituído uma nova empresa (SMARTiT) à qual caberá a dinamização desta área de negócio quer no Grupo SOMAGUE quer fora dele.

Relativamente à Vortal, a sua contribuição para o resultado foi ainda negativa mas do ponto de vista operacional a sua actividade registou melhorias significativas, prevendo-se que em 2004 possa contribuir positivamente para os resultados.

Dos objectivos para 2004 salientamos: O fim do desenvolvimento do SLIGO; a extensão da implementação das ferramentas do Grupo às empresas que ainda não as utilizam; a implementação de uma solução de *“Business Intelligence e de Reporting”*; a aposta nas parcerias SAP e PHC para, conjuntamente com o SLIGO, estender a actividade para fora do Grupo SOMAGUE.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	2.395.724	2.760.792	3.080.640
ACTIVO LÍQUIDO	4.671.954	4.871.946	5.387.028
VOLUME NEGÓCIOS	2.872.381	3.212.541	3.804.815
RESULTADO LÍQUIDO	570.145	363.809	365.021
PARTICIPAÇÃO	100 %	100 %	100%

4.3.2.2.10 SOMAGUE ENGENHARIA BRASIL

O exercício de 2003 foi muito marcado pela mudança do Governo Federal, com fortes impactos no investimento público e no investimento privado. Efectivamente, após as eleições, e na sequência da reavaliação do programa de investimentos do Governo anterior, foi decidida uma forte contenção das despesas públicas e uma redução substancial do orçamento, o que veio provocar uma acentuada redução dos concursos públicos e a derrapagem temporal das oportunidades até então identificadas. Também o investidor privado, numa postura de avaliação do novo Governo, decidiu-se pela retracção dos seus investimentos sendo, ainda assim, neste sector que se sentiu maior movimentação e mais oportunidades de negócio.

Pelos motivos expostos, uma grande parte dos dossiers que vínhamos acompanhando foram desactivados e outros foram adiados, tais como os lotes complementares do Sistema Adutor do Castanhão, o Metro de Portalegre, o Metro do Recife e a rodovia BR 101, o que nos obrigou a direccionar a nossa estratégia comercial para o investimento privado e para a montagem de negócios. E assim, assinámos um contrato com o Grupo CSN para a construção de um Píer – Berço 301 – no Porto de Sepetiba no valor de 7.000.000 de Reais e estamos em negociações finais para assinatura de um outro no valor de 21.000.000 de Reais, também com um grupo privado, no Terminal do Guarujá. Demos também início ao desenvolvimento de acções de ordem

comercial visando a montagem de negócios nas áreas do Ambiente, das Infra-estruturas Rodoviárias e Ferroviárias e da Energia.

No próximo exercício espera-se um declarado aumento do investimento público e uma retoma dos dossiers entretanto estagnados, bem como uma animação do mercado no que respeita à área de Concessões e de PPP – Parcerias Público/Privadas, aguardando-se neste momento a definição dos respectivos quadros normativos.

No quadro que se segue espelha-se a evolução dos principais indicadores da Empresa.

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PROPRIO	-	1.649.333	3.145.246
ACTIVO LÍQUIDO	-	5.638.462	5.352.110
VOLUME NEGÓCIOS	-	9.487.680	7.589.231
RESULTADO LÍQUIDO	-	2.040.539	1.465.887
PARTICIPAÇÃO	-	100 %	100%

4.3.2.2.11 CVC – Construções de Cabo Verde, S.A.R.L.

A actividade internacional da SOMAGUE Engenharia foi reorganizada no último trimestre de 2003, passando a actividade de Cabo Verde a estar ligada à estrutura da Direcção Geral Norte.

Esta reestruturação permitirá certamente durante os anos seguintes não só uma melhoria significativa da produtividade e da eficácia, por via da integração numa estrutura de maior dimensão e com maior número de valências, como ainda potenciar de forma elevada as possibilidades de troca de experiências e uma mútua aposta de formação de quadros.

Foi reiniciado um processo de ligação profunda da empresa ao mercado de Cabo Verde, não só pelo elevado potencial e juventude da grande maioria dos quadros da CVC, como pelo conjunto de iniciativas desenvolvidas junto das entidades públicas e privadas cujos frutos começaram a aparecer.

As principais obras em curso e iniciadas no ano de 2003, foram:

- Reabilitação e Ampliação da Estrada de S. Domingos/Assomada
- Ponte dos Órgãos
- Urbanização da Cidadela, Achada, Palmarejo
- Construção da ATS na FIR-AIAC, no Aeroporto do Sal
- Ampliação do Porto de Pesca 2ª Fase
- Construção Torre Morro do Curral

Entretanto foram ganhos os seguintes concursos cujas obras se irão iniciar no ano de 2004:

- Conjunto Habitacional “Ondas do Mar” (Santiago)
- Conjunto Habitacional “Miramar” (Santiago)
- Riu Hotels (Sal)
- Torre de Pedra Rachada (Santo Antão)

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	2 279 977	420.440	854.049
ACTIVO LÍQUIDO	17 565 205	15.152.632	15.109.232
VOLUME NEGÓCIOS	12.237.392	16.180.871	14.766.903
RESULTADO LÍQUIDO	(837.456)	(1.770.990)	409.102
PARTICIPAÇÃO	57,62%	57,62%	57,62%

4.3.2.2.12 HABITAR – Sociedade de Construções, LDA. / SOMAGUE ENGENHARIA S.A. – Sucursal de Angola

As expectativas criadas com o mercado Angolano ainda não tiveram em 2003 os reflexos esperados, embora tenha sido um ano em que se notaram já, em termos do investimento público e privado, claros sinais das grandes oportunidades de negócio que aquele país vai criar.

Aproveitou-se, assim, para em 2003 se uniformizarem critérios de funcionamento entre a Sucursal e a SOMAGUE Engenharia, bem como para proceder a uma reorganização de dependências entre aquelas entidades.

Estando hoje enquadrada a gestão das duas organizações, importa reanalisar o mercado Angolano à luz da sua realidade, da sua vivência passada e das suas necessidades mais prementes e reforçar na gestão da Sucursal um sentido comercial e de responsabilidade social que se traduzirá, estamos convictos, numa implantação da marca com resultados positivos a curto e médio prazo.

Encontram-se assim em discussão novas bases programáticas de abordagem a tal realidade de forma a que, neste período de consolidação da actual situação política se ganhem vantagens competitivas significativas.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa e da sucursal:

Unid: Euros.

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	(2.279.240)	(1.067.851)	8.191.110
ACTIVO LÍQUIDO	33.942.592	38.281.301	51.327.029
VOLUME NEGÓCIOS	14.298.068	23.621.860	25.611.294
RESULTADO LÍQUIDO	(334.654)	418.765	(93.276)
PARTICIPAÇÃO	50%	100%	100%

4.3.2.2.13 SOGEL – Sociedade Geral de Empreitadas, LDA.

A Sogel, empresa que actua no mercado Moçambicano, tem registado nos últimos exercícios um desempenho medíocre, fruto do abrandamento da actividade verificado neste mercado, nada fazendo prever que esta situação venha a registar alterações significativas a curto prazo. Está-se, por isso, a dar continuidade à política de redução significativa dos meios ao serviço da empresa, de forma a adequá-los à actividade existente.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2001	2002	2003
CAPITAL PRÓPRIO	159.112	4.076.324	719.449
ACTIVO LÍQUIDO	7.458.548	7.011.639	6.472.428
VOLUME NEGÓCIOS	8.981.232	5.901.970	1.712.759
RESULTADO LÍQUIDO	(374.556)	(1.440.122)	(2.535.601)
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

4.3.3 SERVIÇOS

4.3.3.1 AMBIENTE

4.3.3.1.1 SOMAGUE AMBIENTE, SGPS, S.A.

A SOMAGUE Ambiente, enquanto holding da SOMAGUE para o sector, prosseguiu o seu trabalho de afirmação da empresa nacional com maior protagonismo nos serviços ambientais, quer em termos de estrutura e activos, quer sobretudo a nível de técnicos especializados.

Dentro das oportunidades que o mercado nacional proporcionou, as empresas da SOMAGUE Ambiente consolidaram as suas carteiras de negócios, sendo de destacar que:

- A AGS obteve duas novas concessões de abastecimento de água e águas residuais nos Municípios de Paços de Ferreira e de Barcelos;

- A FINERGE efectuou a montagem de seis novos parques no mercado da energia eólica, e realizou algumas parcerias estratégicas com vista à consolidação da carteira de projectos.

A nível interno, procedeu-se à reorganização das participações detidas directamente pela SOMAGUE Ambiente na Hidurbe, Viveiros de Falcão e Engigás, tendo transitado as duas primeiras para a área de coordenação da AGS e a Engigás para a SOMAGUE Engenharia, passando essa participação a estar integrada e coordenada pela Neopul.

As duas participações da AGS em concessionárias de água e saneamento no Brasil, Sanear e Águas de Mandaguahy, entram pela primeira vez em 2003 no consolidado da SOMAGUE pelo método integral, dado o aumento de participação ocorrido no capital dessas empresas.

4.3.3.2 ACTIVIDADE DAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE AMBIENTE

4.3.3.2.1 ÁGUAS E SANEAMENTO

AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, S.A.

O ano de 2003 foi um ano de grande actividade para a AGS, que viveu um período de crescimento assinalável.

A empresa chegou ao final do ano com mais contratos de prestação de serviços e com a adjudicação de dois novos contratos de concessão (Paços de Ferreira e Barcelos), os únicos dois que foram decididos durante o ano em 2003 a nível nacional. A AGS ficou ainda com posições comerciais muito fortes em mais outros quatro concursos cuja decisão não é ainda conhecida.

A expectativa de que em 2003 se viveriam profundas alterações que possibilitariam uma intervenção das empresas privadas mais intensa revelou-se gorada, mantendo-se, pelo contrário, uma acesa concorrência por parte das empresas públicas (Aquapor e algumas empresas multimunicipais) que em muito têm dificultado a actividade da AGS e das outras empresas privadas. No que toca à prevista privatização do sector não houve quaisquer alterações.

A política seguida tem, aliás, tido graves repercussões ao nível da actividade de prestação de serviços, uma vez que as Câmaras Municipais tenderam a adiar decisões de lançamento de concursos por aguardarem a concretização de novas empresas multimunicipais que, em princípio, lhes adquiririam as infra-estruturas de tratamento. A actividade de prestação de serviços da AGS cresceu assim, fundamentalmente, por ampliação dos actuais contratos e por apresentação de propostas no sector privado.

Já no que toca às concessões, tendo os novos executivos autárquicos entrado em funções no princípio do ano de 2002, e tendo já passado o período inicial de estudo e preparação dos Planos, verificou-se uma actividade interessante, tendo sido lançados vários concursos nos quais a AGS esteve presente.

Em 2003 a AGS passou a concorrer em posição de liderança a todos os concursos para concessão tendo sido alterada a parceria que mantínhamos, desde há vários anos, com a Aquapor.

Ainda em 2003, a empresa esteve envolvida na negociação e montagem do contrato de Alenquer, operação que veio a iniciar-se no final do ano.

Internamente, foram promovidas alterações muito significativas na estrutura da empresa, adaptando-a ao crescimento verificado e ao elevado número de empresas operacionais em que actualmente participa. Assim, foi criado o Sector de Apoio às Concessionárias (SAC), cujas funções são, fundamentalmente, o acompanhamento da gestão das Concessionárias e a gestão de serviços comuns, além da dinamização de projectos comuns (controlo de fugas, cartografia e cadastro, telegestão, contadores, facturação).

Para 2004, prevê-se mais um ano de intensa actividade uma vez que se deverá negociar e implementar um número significativo de contratos de concessão. Estes contratos manterão toda a equipa do Sector de Projectos de Concessão (SPC) em grande esforço, sendo também solicitada a equipa do Sector de Engenharia e Operações (SEO) uma vez que, além da actividade regular que certamente crescerá durante o ano, está prevista a subcontratação àquela equipa de parte significativa das funções de operação e manutenção de algumas das concessionárias.

No que toca à actividade comercial manteremos a nossa atenção focalizada nos seguintes aspectos:

- Intervenção comercial junto dos Clientes onde se detecte alguma propensão para os processos de concessão, dinamizando o lançamento deste tipo de concursos;

- Intervenção das direcções regionais e seus responsáveis na actividade comercial promovendo a gestão comercial dos contratos em vigor e promovendo o seu desenvolvimento, actualização sistemática e aumento da sua rentabilidade;
- Dinamização dos contratos na área da Indústria e grandes concursos de Concepção/Construção/Exploração para os casos de prestação de Serviços;
- Nas autarquias onde existam já contratos em curso, bem como em autarquias vizinhas, para o caso de actividades a desenvolver pelos responsáveis regionais.

A AGS é hoje a empresa que lidera o mercado privado de prestação de serviços e de concessões na área do ambiente. Estamos cientes de que tal posição de liderança nos traz responsabilidades acrescidas e grandes solicitações dos nossos Clientes e do mercado em geral, desafio para o qual a AGS está preparada.

4.3.3.2.2 ENERGIA

FINERGE – GESTÃO DE PROJECTOS ENERGÉTICOS, S.A.

A energia eólica confirmou-se como a grande aposta da Finerge, com 32 MW em exploração, 91 MW em instalação e 420 MW em desenvolvimento, para uma potência total a instalar (eólica + cogeração) de 586 MW (dos quais 326 MW pertencem directamente à Finerge). Face aos 300 MW instalados e em operação até à data no país, a Finerge detém 11% da quota de mercado, sendo a quota de mercado potencial de 19% (assumindo os 3.000 MW a instalar em Portugal até 2010).

Para a afirmação da Finerge como uma referência no mercado da energia eólica, contribuiu a montagem de seis novos parques, num investimento total de 22.500.000 Euros para 19,6 MW:

- Parque Eólico Sra. do Castelo I – 1,2 MW – Cinfães
- Parque Eólico Sra. do Castelo II – 4 MW – Cinfães
- Parque Eólico de Viade – 0,6 MW – Montalegre
- Parque Eólico do Alto da Vaca II – 1,2 MW – Vieira do Minho
- Parque Eólico do Alvão II – 12 MW – Serra do Alvão
- Parque Eólico do Arcipreste – 0,6 MW – Cinfães

Estabeleceram-se ainda algumas parcerias estratégicas com vista à consolidação da carteira de projectos – exploração em parceria com a Catavento, Lda. de 21,2 MW em Ansião, Cinfães e Celorico de Basto; reforço em 8% da participação nos Empreendimentos Eólicos da Alvalá, Lda. cuja potência instalada é de 22,8 MW; aquisição dos 20% de participação da Aurélio Martins Sobreiro, S.A. na EoVerde – Energia Eólica, S.A.,

reforçando para 40% a participação indirecta nos Empreendimentos Eólicos do Vale do Minho, S.A., cuja potência total a instalar é de 255 MW.

A cogeração continua a desempenhar um papel primordial nos resultados e na actividade da Finerge, correspondendo a cerca de 50% da potência actualmente instalada. Mesmo sendo um dos maiores promotores ao nível da cogeração, a quota de mercado não ultrapassa os 3%. Este fenómeno ocorre dadas as dezenas de promotores existentes, o que se explica porque o promotor é muitas vezes o cliente da cogeração.

Ainda que em 2003 não se tenha iniciado a exploração de qualquer nova central, deu-se sequência à exploração das cinco existentes, com performances claramente positivas. Para 2004 a Finerge espera arrancar com 2 novos projectos num total de 7.750.000 Euros, os quais se encontram em plena construção:

- Carvemagere, Lda. – Central a gás, com uma potência de 2 MW a instalar na Carvema Têxteis, S.A., sendo a nossa participação de 65%.
- Powercer, S.A. – Central a gás, com uma potência de 7,5 MW a instalar na Central de Cervejas, sendo a nossa participação de 30%.

Face ao exposto, em 2003 a Finerge atingiu um volume consolidado de vendas de 10.789.284 Euros, tendo os capitais próprios chegado aos 3.069.089 Euros, fruto de um resultado líquido positivo de 1.390.346 Euros.

4.3.3.2.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

HIDURBE – GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A.

Em 2003 a Hidurbe obteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a NORMA NP EN ISO 9001-2000. Trata-se de um passo importante na vida da empresa, que irá reforçar a política de melhor servir os clientes.

A nível comercial foram apresentadas 13 propostas que, considerando a percentagem de participação da Hidurbe, representam um valor anual de 3.264.000 Euros. Verificou-se a manutenção do número de propostas apresentadas bem como do valor anual global, confirmando-se assim a estagnação do mercado, resultante essencialmente do baixo investimento público nesta área. Salientam-se as principais propostas apresentadas em 2003:

- Prestação de serviços “Alvalade XXI”, para a Estádio José de Alvalade, S.A.;

- Apresentação de um projecto de financiamento em regime de parceria público-privada, para a Câmara Municipal de Tavira;
- Empreitada de concepção e execução da estação de triagem da RESITEJO;
- Projecto de Gestão de Resíduos Sólidos no novo estádio do Sport Lisboa e Benfica, para a SOMAGUE Engenharia, S.A.;
- Selecção de parceiro privado para participar na constituição de uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, para os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Faro.

Realça-se que algumas destas propostas foram efectuadas em parceria com empresas do Grupo SOMAGUE (AGS e SOMAGUE Engenharia), otimizando desta forma as sinergias de grupo.

A Hidurbe coordenou e preparou ainda, em conjunto com a EDP, a candidatura ao Fundo de Coesão da AMISM, para a nova ETRS da Ilha de S. Miguel, orçada em 107 Milhões de Euros.

O licenciamento do aterro de Resíduos Industriais Banais de Rio Maior, pelo Instituto dos Resíduos, foi obtido durante o ano 2003. Mantêm-se, no entanto, os constrangimentos para formalizar o contrato de arrendamento do terreno com a Câmara Municipal de Rio Maior, por dificuldades daquela entidade relacionadas com a disponibilidade do mesmo.

Em 2003 os trabalhos em curso nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira passaram a ser integralmente efectuados pelas empresas participadas locais da Hidurbe, GSU e GSA, respectivamente, com os consequentes reflexos na facturação da Hidurbe, SA.

Nos trabalhos em curso em 2003 merecem destaque os seguintes:

- Operação e manutenção da ETRSU da Meia Serra, incluindo a operação da Estação de Tratamento de Lixiviados;
- Operação e manutenção do aterro sanitário de S. Miguel, incluindo o ecocentro e a EPTAL;
- Limpeza, recolha e transporte dos resíduos do MARL;
- Limpeza e varredura de auto-estradas para a BRISA (A9, A2, A12) e Auto Estradas do Atlântico (A8);
- Gestão de resíduos nos estádios Alvalade XXI e do Dragão.

O volume de negócios da Hidurbe em 2003 ascendeu a 2.807.287 Euros, sendo na sua totalidade relativa a prestação de serviços, verificando-se um decréscimo de 24% em relação ao ano anterior.

Para o ano de 2004 irá manter-se a política de restrição orçamental imposta pelo governo português, pelo que o investimento público no mercado dos resíduos sólidos deverá registar níveis reduzidos e semelhantes aos verificados nos dois últimos anos. A excepção, será o lançamento dos concursos públicos para as instalações

de valorização orgânica, já que os investimentos na construção destas instalações terão de ser realizados até 2006.

Face a estes condicionalismos orçamentais, que também afectam o sector privado, a HIDURBE deverá apostar na promoção e montagem de negócios chave na mão para o cliente. Assim, para além de desenvolver a concepção, construção e exploração, deverá também assegurar o financiamento do investimento. Outra área de negócios a desenvolver pela Hidurbe passará pelo estabelecimento de parcerias público-privadas com entidades institucionais que passem, designadamente, pela participação no capital social de futuras empresas municipais e intermunicipais.

A Hidurbe manter-se-á atenta à evolução da política de privatizações do sector, designadamente a abertura ao capital privado das empresas multimunicipais de gestão de resíduos, embora não sendo previsível que esta alteração de estratégia se venha a consumir em 2004, a avaliar pelas mais recentes declarações dos responsáveis políticos que tutelam a área do Ambiente.

4.3.3.2.4 ESPAÇOS VERDES

VIVEIROS DE FALCÃO – EMPRESA DE AGRICULTURA E JARDINAGEM, S.A.

O exercício de 2003 caracterizou-se pela reestruturação e reorganização interna da Viveiros do Falcão, nomeadamente ao nível da estrutura humana, afecta às áreas Comercial, de Produção e Logística de apoio à produção, através da reorganização da equipa de trabalho, da procura de novos Métodos e Produtos e da reorganização do Viveiro de plantas, do Armazém e da Oficina.

A Viveiros do Falcão apresentou uma evolução dos indicadores comerciais muito positiva, verificando-se que a Direcção Comercial fez um esforço significativo no sentido de aumentar o volume de propostas apresentadas. Como consequência desta estratégia comercial, o aumento do volume de adjudicações, bem como da taxa de sucesso, deve-se exclusivamente ao aumento das adjudicações de obras, em detrimento das adjudicações de manutenções.

De entre as adjudicações de 2003 salientam-se as obras de construção do Centro de Estágios do Sport Lisboa e Benfica, a construção do Campo de Golf de Porto Santo, os Arranjos Exteriores do Palácio da Justiça de Sintra, a Recuperação e Valorização do Parque de Serralves (cujos valores ascendem em conjunto a 3.422.808 Euros).

No que respeita a manutenções houve uma estabilização do nível de carteira da empresa.

No que se refere à execução de empreitadas, houve uma mudança significativa na proporção de trabalhos realizados para clientes Privados e Públicos, passando de 51% e 49% para 74% e 26%, respectivamente, tendo havido igualmente um aumento significativo da subcontratação.

A Viveiros do Falcão apresentou um volume de negócios de 4.418.150 Euros, o que representa uma variação negativa de 20.06% relativamente ao orçamentado e que resultou, fundamentalmente, de atrasos não controláveis na execução de alguns trabalhos que transitaram para 2004.

Os custos com pessoal foram muito superiores ao previsto, em virtude da reestruturação efectuada na empresa durante o presente ano e que teve, como consequência, o pagamento de indemnizações por rescisão de contratos.

As perspectivas para 2004 são bastante animadoras, uma vez que se prevê um crescimento significativo do volume de negócios.

4.3.3.2.5 CONSULTORIA

PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL LDA

O ano de 2003 foi condicionado por uma má conjuntura económica nacional e internacional, tendo-se mantido na linha de 2002, a retracção de investimentos públicos e privados em geral.

Este estado das coisas continuou a afectar, como seria de esperar, a maioria dos sectores económicos, e o mercado da consultoria, estudos e projectos não constituiu excepção, especialmente porque está fortemente dependente dos investimentos públicos em infra-estruturas.

Sem uma explicação plausível, a aplicação dos fundos comunitários continuou a deslizar no tempo, apesar de todas as declarações do governo que mantém que os mesmos serão integralmente utilizados a 100%, até ao final do período abrangido pelo III QCA.

A acrescer a um quadro económico desfavorável, o mercado privado de consultoria sofreu recorrentemente a concorrência das universidades e institutos públicos, numa situação de concorrência imperfeita, muitas vezes sem se sujeitarem a concurso ou, nos casos em que se sujeitam, com a apresentação de preços claramente inferiores ao custo, situação só possível por se tratar do sector público.

No meio deste clima adverso, a Procesi manteve a actividade e a rentabilidade do ano transacto, em grande parte devido a um controlo muito rigoroso de projecto e dos recursos, atingindo um volume de negócios de 5 milhões de Euros e uma rentabilidade de 14%.

Em consonância com a cultura da Procesi, manteve-se um forte investimento na área tecnológica, com especial relevância para a aquisição de variado software para a produção e modernização, através de novas aquisições do parque informático.

Em Fevereiro de 2003, a Procesi obteve a certificação pela nova versão da Norma ISO 9001, a ISO 9001-2000, e durante o 2º semestre foi implementado o sistema de gestão ambiental.

Apesar de se prever apenas uma ligeira melhoria da economia portuguesa no corrente ano, admite-se que a Procesi em 2004 apresente um nível de negócios similar ao de 2003, por via da necessidade das instituições públicas não poderem adiar a execução dos projectos que irão servir de base às obras que terão de ser concluídas até 2007, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

4.3.3.2.6 MACAU/CHINA

CESL ASIA, Investments & Services, Limited

O exercício de 2003 correspondeu na CESL ASIA a um período de interessante expansão das suas actividades em todas as frentes.

A MPS registou um acréscimo substancial da facturação e da dimensão da equipa técnica devido ao grande envolvimento da empresa no projecto e construção do novo Casino da Venetian em Macau. Este envolvimento num projecto de grande dimensão à escala de Macau (MOP 900.000.000) constitui uma diversificação importante das suas actividades, uma vez que, até à data, o único grande cliente da empresa era o Governo de Macau.

Na AGS Macau há a registar no exercício dois acontecimentos relevantes. As operações das ETAR's da Taipa e Coloane foram transferidas, por ocasião do termo do prazo do contrato anterior, para uma nova sociedade detida a 100% pela AGS Macau, duplicando o seu interesse nesta operação e proporcionando-lhe o controle da mesma. Tal aconteceu na sequência do processo de falência do nosso anterior parceiro (a Seghers) e da necessidade de proceder à liquidação da sociedade operadora, detida a 50/50 entre a AGS Macau e a Seghers. De referir, ainda, que na esfera da CGS, foram iniciados os estudos relativos ao processo de ampliação da Central de Incineração de Lixos de Macau, que esperamos se venha a traduzir na apresentação ao Governo de Macau de uma proposta para a sua concretização até ao final do 1º semestre de 2004.

No âmbito da Focus, releva-se a recuperação do contrato de Programação e Marketing do Centro Cultural de Macau, após um interregno de 2 anos e na sequência de um concurso público internacional, promovido pelo IACM.

Prosseguiu-se também durante este ano a integração das operações do Aeroporto e do Centro Cultural, num processo que, claramente, vem reforçar as capacidades operacionais da empresa na área de “Facilities Management”.

A nível corporativo prosseguiu-se o desenvolvimento dos serviços centrais da sociedade, reforçando as áreas de Controlo e Gestão Financeira, de Sistemas de Informação e de Recursos Humanos, e iniciou-se um processo de ampliação dos escritórios centrais da empresa que viria a terminar nas primeiras semanas de 2004.

4.3.3.3 CONCESSÕES E SERVIÇOS

4.3.3.3.1 SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS, SA

O longo interregno do programa das Concessões em Portugal foi, na segunda metade do ano em apreço, alterado com o lançamento das Concessões Rodoviárias (IC16/30 e IC24) e ainda com o anúncio das parcerias público privadas para dez novos Hospitais. No entanto, na área das concessões ferroviárias, os poucos projectos equacionados não foram concretizados e nos sistemas prisionais aguardam-se ainda as eventuais modificações no sistema legal que possam dar corpo ao primeiro projecto com intervenção do sector privado.

Também no estrangeiro, os principais concursos públicos para concessões Rodoviárias e Ferroviárias não sofreram evolução, referindo-se que no Brasil e na Grécia se espera a finalização do processo de concurso nos projectos elegidos (novas rodovias no Estado de São Paulo – Brasil e Corintos-Tripoli-Kalamata e Central Greece Motorways na Grécia).

A SOMAGUE Concessões e Serviços consolidou, nos últimos anos, a estrutura de gestão para as diversas áreas de actividade mantendo assim uma estrutura funcional capaz de acompanhar as suas diversas participações como também de liderar os novos projectos.

Em carteira a Empresa tem o seu envolvimento no projecto rodoviário do IC11, aguardando a convocatória para a retoma das negociações, e ainda a SCUT Açores onde também foi indicada como finalista para o processo da BAFO (“Best and Final Offer”).

Na área ferroviária o ano de 2003 ficou marcado pela concretização da participação da SOMAGUE Concessões no Metro Ligeiro de Tenerife, resultante do sucesso no concurso para o efeito promovido no início do ano pelo

Cabildo Insular de Tenerife (CIT). Esta constitui a primeira participação na área ferroviária e foi realizada em parceria com a operadora francesa Transdev (igualmente parceira da SOMAGUE Engenharia no Metro do Porto) e com a empresa de engenharia espanhola Ineco. Estas três empresas, especialmente associadas para este projecto, constituíram uma empresa privada sediada em Tenerife, na qual a SOMAGUE Concessões detêm 30%, e que participa, conjuntamente com o CIT, na empresa MTSA, que tem como objecto a construção e a operação do Metro Ligeiro de Tenerife. A participação do agrupamento privado na MTSA é de 14%, correspondendo-lhe grande parte da responsabilidade da operação do sistema. A construção deverá iniciar-se em Março de 2004, prevendo-se o início da operação para o final de 2006.

No plano interno português e contrariamente ao que era expectável, não se concretizou o lançamento do concurso para o Metro Ligeiro do Mondego, processo que tem sofrido sucessivas reavaliações por parte das várias entidades públicas envolvidas na sua concretização, com o consequente atraso no lançamento do concurso.

O ano de 2003 foi, igualmente, o ano em que, em termos de decisões políticas, se verificou um impulso significativo naquele que será o maior projecto ferroviário da próxima década em Portugal – a Alta Velocidade.

Todos os desenvolvimentos que se verificaram neste projecto foram sendo acompanhados pela SOMAGUE Concessões e Serviços, em interligação com as outras áreas do Grupo com potencial intervenção neste empreendimento. Atendendo à sua importância e dimensão, este será um projecto decisivo na estratégia da Empresa para a área ferroviária e que deverá ter, em 2004, um conjunto de desenvolvimentos e decisões significativos.

No que se refere aos projectos internacionais e para além dos desenvolvimentos verificados no projecto do Metro de Tenerife, foi realizado um trabalho de identificação e avaliação das intenções de lançamento de projectos ferroviários no Brasil, tendo merecido especial atenção o Expresso de Guarulhos – ligação ferroviária entre o centro da Cidade de S. Paulo e o aeroporto Internacional de Guarulhos. Atendendo ao enquadramento legal para programa de Parcerias Público Privado, apresentado no final do ano e em vias de aprovação, é de esperar o desenvolvimento deste e de um conjunto de outros projectos de infra-estruturas, durante o ano de 2004.

Na área dos novos Hospitais em Parceria Público/Privada, foi constituído um grupo de trabalho interno com a missão de identificar e promover o melhor posicionamento da SOMAGUE nos projectos de concepção, financiamento, construção e operação de dez Novos Hospitais, no quadro do programa estabelecido pelo Governo.

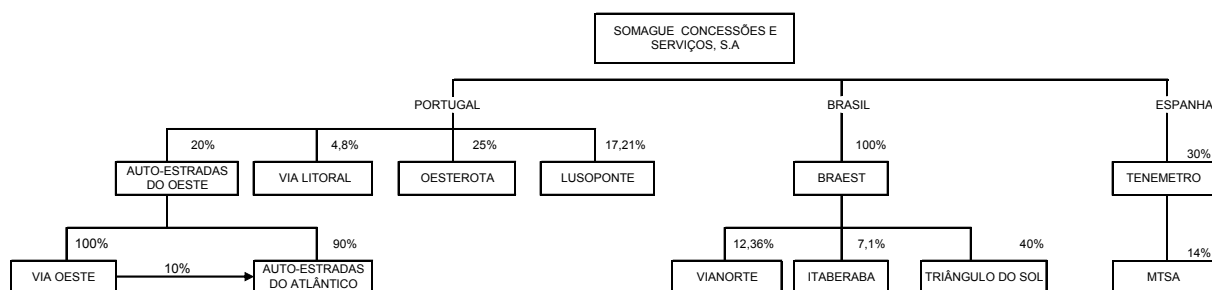
No decurso da segunda metade de 2003 e no sentido de constituir um agrupamento forte e dinâmico, com parceiros de elevado valor acrescentado nas áreas respectivas de intervenção e que pudessem aportar

competência e capacidade contribuindo sinergicamente para o sucesso esperado desta iniciativa, estabeleceram-se os termos de associação com a José de Mello Saúde – operador de renome e experiência no mercado nacional – tendo sido assinado um Memorando de Entendimento com o objectivo de regular a constituição de um veículo corporativo específico e os consórcios concorrentes a cada um dos projectos a lançar pelo Estado Português.

Foi ainda decidido, já conjuntamente, chamar para este agrupamento mais uma construtora com relevante experiência em construção de hospitais em território Nacional, sendo para o efeito sido escolhida a Edifer. As três entidades constituíram no início de 2004 a empresa PPPS – Consultoria em Saúde, SA, na qual a SOMAGUE detém 30,4% do capital através da SOMAGUE Concessões e Serviços (16%) e da SOMAGUE Engenharia (14,4%).

Em Dezembro de 2003 o Estado Português lançou o concurso referente ao Hospital de Loures, cujo prazo de entrega de propostas terminará em Junho de 2004, sendo expectável que venha a ser lançado pelo menos mais um concurso durante o corrente ano.

A SOMAGUE Concessões e Serviços detém, directa ou indirectamente as seguintes participações em sociedades de direito Português, Brasileiro e Espanhol:



De salientar que em Setembro de 2003 foi finalmente concretizada a concentração accionista na Auto-Estradas do Atlântico, Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., com a redução dos onze accionistas iniciais para um núcleo de cinco accionistas (SOMAGUE Concessões e Serviços, MSF, Construtora do Lena, Novopca e Banco BPI). Cada um destes accionistas passou a deter 20% da Concessionária, através de veículos criados para o efeito (Auto-Estradas do Oeste, S.A. e Via Oeste, S.G.P.S., S.A.).

Também no início de 2003 foi adquirida a posição detida originalmente pela Edifer na Lusoponte, por rateio entre os accionistas remanescentes, sendo que a participação da SOMAGUE Concessões e Serviços naquela Empresa é agora de 17,21%.

Já no final de 2003 foram agrupadas as posições accionistas no Brasil na Braest, por incorporação da Somest.

Os principais indicadores financeiros e económicos são os seguintes:

Valores em milhares de Euros*	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	24.713	22.801
Activo Líquido	69.467	59.829
Endividamento Bancário	13.271	14.415
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	2.219	2.581
Resultados Operacionais	65	(1.191)
Resultados Líquidos	1.043	76
Resultados Financeiros	646	733
* Contas simples com equivalências patrimoniais		

4.3.3.3.2 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS

4.3.3.3.2.1 CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NACIONAIS

4.3.3.3.2.1.1 LUSOPONTE – CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO, S.A.

A Concessionária para a travessia rodoviária do Tejo em Lisboa foi, no ano de 2003, fortemente penalizada pela crise económica do País, tendo, em termos gerais, tido um desvio negativo nos resultados em relação ao orçamentado, claramente em linha com a redução de tráfego. Este desvio foi respectivamente de 4,6% na Ponte 25 de Abril e 3,4% na Ponte Vasco da Gama. De referir, no entanto, que em relação ao ano anterior houve um ligeiro crescimento do número de travessias (1,05%).

Apesar desta situação, a Empresa conseguiu minimizar aqueles efeitos por forte compressão dos custos operacionais apresentando Resultados Líquidos cerca de 38% superiores aos do ano transacto como se depreende do quadro seguinte:

Valores em 10 ³ de Euros	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	47.389	43.232
Activo Líquido	983.867	1.003.338

Endividamento Bancário	409.522	417.822
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	58.804	57.231
Resultados Operacionais	21.709	19.240
Resultados Líquidos	5.064	3.661
Resultados Financeiros	(25.390)	(24.029)

4.3.3.3.2.1.2 AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO

Indicadores económico-financeiros

Num ano em que a conjuntura económica nacional e internacional se caracterizou por um ambiente recessivo, os proveitos de exploração da concessionária cresceram 6,6% relativamente ao ano anterior, atingindo os 51,8 milhões de Euros. Este valor excede, simbolicamente (+ 0.3%), o valor orçamentado para o ano, havendo no entanto que salientar um comportamento diferenciado nos dois semestres: enquanto que na 1ª metade do ano se verificou um desvio negativo de 2%, já no 2ª semestre esse desvio positivo, sempre em relação às estimativas orçamentais, foi de 2.4%.

O tráfego anual na rede concessionada teve um crescimento de 2,2% quando comparado com o ano anterior, havendo, também aqui, comportamentos diferenciados: esse valor foi fortemente influenciado pela A8 (Sul) – Loures/Bombarral – que representa cerca de 2/3 das receitas da AEA, e que teve uma evolução negativa no tráfego de – 0.8%, enquanto que os novos lanços da A8 (Caldas/Leiria) e a A15 tiveram crescimentos de tráfego de, respectivamente, 9% e 9.5%.

A Concessionária continuou, como previsto, a apresentar resultados negativos (16.7 milhões de Euros), o que representa um agravamento de 22% relativamente ao ano de 2002.

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores de actividade de AEA nos últimos dois anos:

	2003	2002
Prestações de Serviços (10 ⁶ Euros)	51,8	49,9
EBITDA (10 ⁶ Euros)	30,3	31,0
Margem EBITDA (%)	59,1	64,5

EBIT (10 ⁶ Euros)	7,5	9,2
Margem EBIT (%)	14,6	19,2
Resultados Financeiros (10 ⁶ Euros)	(28,3)	(30,1)
Resultados Líquidos (10 ⁶ Euros)	(16,7)	(13,7)
Cobertura do Imobilizado (%)	0,97	0,96
Autonomia Financeira (a) (%)	0,04	0,07
Quadro Pessoal (b) – Em 31DEZ	338	316
– Efectivo Médio Anual	333	317
Custos com Pessoal (10 ³ Euros)	7,0	6,7
Investimento (10 ³ Euros)	4,8	11,1

- (a) Se considerarmos o “quasi capital” constituído pelos Empréstimos dos Accionistas, este ratio sobe para 0.15 e 0.17 em 2003 e em 2002, respectivamente.
- (b) Em 2003 foram integrados nos quadros de pessoal da Empresa 28 empregados do sector de portagem que eram colaboradores contratados em regime de “outsourcing” a uma empresa de trabalho temporário.

Relações com o Estado Concedente

Relativamente às relações com o Estado Concedente há a salientar que estão em curso três importantes processos:

- Em articulação com o ACE Nova Estrada, construtor da A8 (Norte) e da A15, o processo de negociação dos montantes devidos por trabalhos a mais da responsabilidade do Estado. O total do valor reclamado é de 18,7 milhões de Euros;
- Também em articulação com o referido ACE, decorre um processo em Tribunal Arbitral referente a uma petição de sobrecustos durante a fase de construção e decorrentes de circunstâncias de força maior e de atrasos, por parte do Estado, em processos expropriativos. O valor reclamado é de 56 milhões de Euros;
- O terceiro processo teve origem no regime discriminatório de descontos, suportados pelo Estado, nas taxas de portagem dos veículos pesados que circulem na rede BRISA. Resultando claro que tal prática retira tráfego desses veículos das auto-estradas concorrentes, como é o caso da A8, AEA tem reclamado um tratamento igual para todas as concessionárias.

AEA foi, no entanto, confrontada com um despacho governamental de Março de 2003 recusando a extensão do regime em causa a outras concessionárias.

Perante isto, foi interposto recurso de anulação desse despacho junto do Supremo Tribunal Administrativo, e foram feitas duas exposições sobre esta situação: uma à Provedoria de Justiça e outra à Autoridade da Concorrência, aguardando-se os resultados dessas iniciativas.

Aspectos Operacionais

Foi realizada a beneficiação e pavimentação total do sublanço Torres Vedras (Norte)/Torres Vedras (Sul)

Importa destacar que continuam em curso os processos de elaboração e de aprovação pelo IEP dos projectos de alargamento dos sublanços da A8 CRIL/Loures (em fase de projecto de execução) e Loures/Malveira (em fase de estudo prévio).

Na área das tecnologias da informação, é de salientar a participação activa de AEA em diversas iniciativas, a nível nacional e internacional, relacionadas, sobretudo, com a telemática nas portagens, área onde estão em curso e se perspectivam alterações da maior relevância a nível europeu.

Refinanciamento de AEA

Arrancou em 2003, com o objectivo de estar concluído em 2004, o processo de refinanciamento, operação fundamental para a concessionária e para os seus accionistas, e que tem como objectivos fundamentais:

- a) alterar o perfil da dívida ajustando-o às previsões actualizadas dos *cash-flows* da Empresa;
- b) repor a rentabilidade accionista nos níveis previstos no “base case” inicial;
- c) reduzir os custos financeiros e agilizar o relacionamento com as entidades financiadoras.

4.3.3.3.2.1.3 VIA LITORAL

O principal eixo rodoviário da Ilha da Madeira (designado por ER 101), com uma extensão total de 44,198 km entre a Ribeira Brava e o Caniçal, constitui o objecto da operação e manutenção da concessionária, que já iniciou o seu quarto ano de actividade.

No âmbito do contrato celebrado com a Vialitoral em 1 de Junho de 2000, ao abrigo do qual a SOMAGUE Concessões e Serviços mantém um contrato de prestação de serviços, foram desenvolvidas diversas actividades de apoio à operação, entre as quais se destacam as relacionadas com a instalação dos elementos mais adequados de vigilância e segurança da circulação rodoviária.

Ao longo do ano 2003 foram realizados os trabalhos de construção da sede social da Vialitoral, estando a sua inauguração prevista para o final de Março de 2004, o que permitirá centralizar e organizar com carácter definitivo os vários serviços da concessionária.

As principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, comparadas com o exercício anterior, apresentam-se seguidamente:

Valores em 10 ³ de Euros	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	16.070	17.145
Activo Líquido	388.536	397.950
Endividamento Bancário	334.389	330.133
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	40.969	39.422
Resultados Operacionais	17.863	18.162
Resultados Líquidos	(1.075)	(1.588)
Resultados Financeiros	(19.272)	(20.280)

4.3.3.3.2.1.4 OESTEROTA

A OesteRota, empresa criada em Janeiro de 1997, para preparar, produzir e acompanhar as propostas que a SOMAGUE Concessões e Serviços, em conjunto com oito empresas construtoras, apresentou nos diversos concursos para Concessões Rodoviárias em Portugal Continental, foi em 2003 objecto de reestruturação accionista. Dos nove iniciais accionistas, cinco decidiram cessar a sua participação na Empresa, tendo os outros quatro – SOMAGUE Concessões e Serviços, MSF, Construtora do Lena e Novopca – adquirido as participações dos restantes, ficando estas quatro empresas com participações accionistas paritárias. Da actividade desenvolvida em 2003, há a destacar os seguintes pontos:

- As reuniões de negociação com o Estado Concedente relativas à Concessão Lisboa Norte (IC11) mantiveram-se suspensas durante todo o ano; espera-se que venham a ser retomadas durante o presente exercício;

- O Estado Português decidiu adjudicar ao concorrente Brisal a Concessão Litoral Centro (IC1), maugrado todos os esforços realizados para fazer valer a proposta preparada pela OesteRota;

- Concluiu-se o estudo de viabilidade, encomendado por Auto-Estradas do Atlântico, relativo ao alargamento da A8, entre a CRIL e a Malveira, e à eventual construção de uma auto-estrada alternativa;
- Deu-se início à preparação da proposta que a OesteRota vai apresentar, em Março de 2004, em conjunto com o Grupo Brisa, para a Concessão Grande Lisboa (IC16 / IC30);
- Durante o corrente exercício será ainda preparada e apresentada proposta para a Concessão Douro Litoral (IC24 / IC29 / IC2), com entrega prevista para o mês de Junho de 2004.

4.3.3.3.2 CONCESSÕES RODOVIÁRIAS BRASIL

4.3.3.3.2.1 BRAEST/TRIÂNGULO DO SOL/VIANORTE

No final do 3º trimestre de 2003, a SOMAGUE Concessões e Serviços concretizou a operação de fusão das suas duas participadas no Brasil (BRAEST e SOMET) na ora denominada BRAEST Participações, Lda., concentrando assim num único veículo as participações que detém na Triângulo do Sol – Auto-Estradas, S.A., Via Norte, S.A. e Itaberaba (Participações).

A relativa incerteza sobre a reacção dos agentes económicos ao novo Governo do Presidente Lula da Silva e sua política determinou um acentuado arrefecimento da economia Brasileira no primeiro semestre do ano. Foram no entanto geradas expectativas de estabilidade no programa económico do governo, acompanhadas por um decréscimo na taxa de inflação (2º semestre do ano) e o relançamento de alguns programas de parceria Público-Privadas dos quais há que salientar o novo programa de rodovias Federais.

Ao nível do Estado de São Paulo o governo Alckemin anunciou a 2ª fase do programa rodoviário já para o início de 2004, bem assim como a retoma de antigos projectos ferroviários, com especial relevo para a operação da linha A do metro de São Paulo e do Expresso Guarulhos.

No que respeita à BRAEST Participações Lda., há a referir o aumento substancial dos resultados líquidos como se refere no quadro:

Valores em 10³ de Euros	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	14.675	8.514

Activo Líquido	14.715	9.338
Endividamento Bancário	-----	-----
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	2.215	-----
Resultados Operacionais	322	(127)
Resultados Líquidos	1.464	190
Resultados Financeiros	1.177	318
*Inclui equivalência patrimonial (Triângulo do Sol)		

A Empresa encontra-se hoje dotada de meios humanos e financeiros necessários ao seu desempenho como prestadora de serviços e detentora de participações, assumindo um papel relevante na contratação de serviços locais e em total consonância com a SOMAGUE Engenharia Brasil.

Sobre a Triângulo do Sol - Auto-Estradas, S.A., concessionária que opera no interior do Estado de São Paulo, há que referir uma quebra acentuada de tráfego no 1º semestre de 2003 e uma retoma significativa no 2º semestre quando comparadas com períodos homólogos do ano anterior.

A Empresa conseguiu no entanto equilibrar as suas contas, mercê de uma substancial valorização do IGPM (corrector dos níveis de tarifas), de negociação de um equilíbrio económico-financeiro (por desconto no ónus fixo a pagar ao Estado) e ainda por contenção de custos. Em consequência a receita operacional líquida e resultados brutos cresceram cerca de 12,7% e a evolução dos resultados líquidos foi equivalente (em R\$). Os indicadores económico-financeiros referem-se no seguinte quadro:

Valores em 10 ³ de Euros	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	24.665	20.536
Activo Líquido	80.485	73.793
Endividamento Bancário	19.510	20.034
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	27.487	30.330
Resultados Operacionais	6.730	7.521
Resultados Líquidos	2.615	2.883
Resultados Financeiros	(2.828)	(3.173)

A concessionária Via Norte, S.A., opera numa rede de auto-estradas no interior de São Paulo confluindo num dos seus sublanços um dos sublanços da Triângulo do Sol. Também nesta Empresa se verificaram os condicionalismos que determinaram os resultados da Triângulo do Sol.

Todavia, na primeira metade do ano não se verificaram quebras de tráfego em relação a período homólogo do ano anterior e a retoma da segunda metade do ano foi equivalente à da outra Concessionária. A negociação de um reequilíbrio económico-financeiro com o Governo do Estado, há muito apazada e só realizada em 2003, permitiu alterar significativamente os resultados como se pode verificar no quadro seguinte:

Valores em 10³ de Euros	2003	2002
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	21.590	18.134
Activo Líquido	46.786	38.711
Endividamento Bancário	22.741	19.052
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	24.984	25.823
Resultados Operacionais	6.004	4.865
Resultados Líquidos	1.130	44
Resultados Financeiros	(3.051)	(3.107)

4.3.3.4 IMOBILIÁRIO

4.3.3.4.1 SOMAGUE IMOBILIÁRIA

Em Dezembro de 2003 e no seguimento da estratégia definida pela SOMAGUE para concentrar a actividade imobiliária do Grupo, a SOMAGUE SGPS tomou 100% de uma sociedade veículo já existente no Grupo – a Big Plan – futura SOMAGUE Imobiliária, que adquiriu a totalidade da participação que a SOMAGUE PMG detinha na sociedade Aplicação Urbana II, responsável pelo desenvolvimento imobiliário do projecto das Antas, no Porto.

a) PORTO – ANTAS – APLICAÇÃO URBANA II

A Aplicação Urbana II é detida a 50% pela Amorim Imobiliária, 25% pela Vallehermoso División Promoción, S.A. e 25% pela BIG PLAN – Estratégia Financeira, S.A., tendo como objecto o desenvolvimento e promoção imobiliária das parcelas de terreno 2, 3 e 4 inseridas no Plano de Pormenor das Antas (PPA), no Porto, para a

construção de um centro comercial com um hipermercado, um hotel e habitação de pequena tipologia e diversos empreendimentos de habitação, totalizando uma área de construção acima do solo de 213.622 m2.

Principais desenvolvimentos ocorridos durante o ano 2003 na parcela relativa ao Centro Comercial + Hotel + Habitação de Pequenas Tipologias (Parcelas 4.1 + 4.2):

- Licenciamentos:
 - Obtida autorização Camarária para início da escavação e contenção em Agosto;
 - Em fase adiantada de negociação a emissão de Alvará de Loteamento e Licença de Construção.
- Construção
 - Iniciada a construção e executado cerca de 15% do empreendimento.
- Comercialização:
 - Contratualizada a venda do Hotel e do Hipermercado;
 - Contratualizado o aluguer de 10% do Centro Comercial;
 - Em negociação as principais âncoras.

Nas parcelas destinadas a Habitação, cujo início de construção poderá ocorrer após o Euro 2004, realizaram-se os estudos preliminares necessários à definição do Programa.

b) LISBOA – CLUBE DE FUTEBOL “OS BELENENSES” – RESTELO

A proposta de PARCERIA entre a SOMAGUE, Amorim Imobiliária e o Clube de Futebol “Os Belenenses” foi aprovada em Assembleia Geral de Sócios de 13 de Fevereiro de 2003 e pela Direcção do Clube. Todos os projectos de loteamento foram efectuados e aprovados pelo Clube, prevendo-se a sua apresentação e submissão à Câmara Municipal de Lisboa no início de 2004. A assinatura do Protocolo de Acordo está previsto para o início de 2004.

c) LISBOA – LARGO DO RATO

Terreno com uma capacidade de construção prevista de 5.000 m2 acima do solo para habitação, prometido adquirir à Papelaria Fernandes.

Por indicação da Câmara Municipal de Lisboa procedeu-se à elaboração de loteamento para todos os terrenos inseridos nesta zona, tendo-se submetido o mesmo à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa.

Prevê-se que no ano de 2004, a Big Plan, já como SOMAGUE Imobiliária, passe a ter uma actividade relevante dentro da estratégia de desenvolvimento da actividade imobiliária, incorporando as participações e activos imobiliários sediados ainda na SOMAGUE PMG, tais como Jardins de Braço de Prata – Empreendimentos Imobiliários, S.A., 1.10 – Construção e Empreendimentos Imobiliários, S.A. e espaço Portimão – Sociedade Imobiliária, Lda..

O resultado líquido do exercício foi de ... Euros reflectindo a totalidade dos custos incorridos durante o ano.

4.4 SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Durante o ano de 2003, o volume consolidado de actividade do grupo atingiu os 887 milhões de Euros, a que correspondeu um resultado consolidado positivo antes de impostos e interesses minoritários de 18.6 milhões de Euros, e um resultado líquido consolidado de 8.9 milhões de Euros.

Os activos totais do grupo atingiram 909 milhões de Euros, financiados em cerca de 140 milhões de Euros por capitais próprios.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos principais indicadores económico-financeiros:

	2001	2002	2003
Indicadores Financeiros:			
Capital Próprio	134.5	142.1	138.8
Activo Líquido	683.2	907.0	909.3
Indicadores Económicos:			
Volume Negócios	634.5	778.5	887.4
Resultados Líquidos	8.6	7.2	8.9
Resultados Operacionais	21.8	21.4	23.5
Resultados Extraordinários	2.3	1.5	3.5
Meios Libertos	28.1	30.2	31.5

O ano 2003 ficou marcado pela continuação do crescimento da actividade e dos investimentos financeiros efectuados nas áreas dos serviços, tendo sido possível, através da redução significativa do fundo de maneio, manter o nível do activo total consolidado de 2002 e o respectivo endividamento.

É de salientar o impacto negativo originado ao nível dos capitais próprios durante este exercício e que resultam, essencialmente, da entrada da subsidiária em Moçambique (Sogel) no perímetro de consolidação e do impacto da desvalorização do real face ao euro, por via da forte depreciação do dólar relativamente à moeda europeia.

Ao nível da conta de resultados, apesar do bom desempenho operacional do conjunto das empresas participadas, veio a evolução dos mesmos a ser prejudicada pela inclusão no perímetro de consolidação das Auto-Estradas do Atlântico após a ampliação da participação da SOMAGUE de 9% para 20%, para além do impacto registado no exercício de 2003 da redução dos impostos diferidos nas contas das concessionárias em início de vida e que resulta da redução da taxa de IRC para 25% já aprovada no Orçamento de Estado de 2004.

Lisboa, 11 de Março de 2003

O Conselho de Administração

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2003		2002		Capital próprio e passivo	Notas	2003	2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:									
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de instalação	27	13.768.400	(13.037.075)	731.325	2.089.242	CAPITAL PRÓPRIO:	56 e 58	130.500.000	130.500.000
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	1.783.897	(1.346.347)	437.550	341.241	Capital	58	39.470.047	39.470.047
Propriedade industrial e outros direitos	27	99.359	(38.528)	60.831	-	Prémios de emissão de acções	10 e 58	(35.614.503)	(27.931.583)
Trespases	10 e 27	73.001.103	(17.180.457)	55.820.646	60.118.275	Diferenças de consolidação	58	2.600.444	2.200.444
		88.652.759	(31.602.407)	57.050.352	62.548.758	Reserva legal	58	729.078	729.078
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Terrenos e recursos naturais	27	11.159.175	-	11.159.175	9.084.724	Outras reservas	58	(7.786.323)	(10.190.744)
Edifícios e outras construções	27	40.036.160	(8.528.521)	31.507.639	11.563.475	Resultados transitados	58	8.871.195	7.225.171
Equipamento básico	27	115.371.203	(75.989.549)	39.381.654	40.412.862	Resultado consolidado líquido do exercício	58	138.769.938	142.002.413
Equipamento de transporte	27	27.136.943	(21.072.820)	6.064.123	6.571.800	Total do capital próprio	59	10.640.671	4.919.909
Ferramentas e utensílios	27	5.893.570	(4.764.525)	1.129.045	770.267	INTERESSES MINORITÁRIOS			
Equipamento administrativo	27	17.139.988	(12.985.098)	4.154.890	3.366.897	PASSIVO:			
Outras imobilizações corpóreas	27	3.136.453	(1.577.047)	1.559.406	632.373	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Imobilizado em curso	27	4.371.128	-	4.371.128	15.054.118	Outras provisões para riscos e encargos	46	8.426.388	10.377.665
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	18.735	-	18.735	108.831	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
		224.263.355	(124.917.560)	99.345.795	87.565.347	Empréstimo por obrigações	60	5.190.773	13.299.523
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:									
Partes de capital em empresas associadas	27 e 50	35.916.824	(77.463)	35.839.361	23.992.135	Dívidas a instituições de crédito	60	134.525.566	96.517.524
Empréstimos a empresas associadas	27 e 50	26.468.266	(1.666)	26.466.600	28.838.244	Outros empréstimos obtidos	60	785.693	-
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 50	10.567.426	(1.508.257)	9.059.169	16.288.287	Fornecedores conta retenções		13.932.931	13.146.309
Outros empréstimos concedidos	27 e 50	38.981.530	(777.313)	38.204.217	23.734.594	Adiantamentos de clientes		523.216	558.958
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	-	-	-	3.756.744	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	25.169.715	17.971.094
	46	111.934.046	(2.364.699)	109.569.347	96.610.004	Outros credores		3.244.259	4.591.450
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:									
Cientes, conta corrente	61	7.139.108	-	7.139.108	9.089.743			183.372.153	146.084.858
Outros devedores	53	3.300.000	-	3.300.000	-	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
		10.439.108	-	10.439.108	9.089.743	Empréstimo por obrigações	60	8.108.750	8.108.750
CIRCULANTE:									
EXISTÊNCIAS:									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	64	17.311.104	(54.690)	17.256.414	14.256.208	Dívidas a instituições de crédito	60	75.509.705	149.994.675
Produtos e trabalhos em curso	51 e 65	26.692.291	-	26.692.291	30.234.457	Adiantamentos por conta de vendas		3.848.162	5.002.406
Mercadorias	64	5.152.419	-	5.152.419	6.384.801	Fornecedores, conta corrente		223.582.151	217.615.820
Adiantamentos por conta de compras		2.300.920	-	2.300.920	2.626.117	Fornecedores, títulos a pagar		8.405.294	8.104.486
		51.456.734	(54.690)	51.402.044	53.501.583	Outros accionistas		6.373.914	1.043.630
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:									
Cientes, conta corrente		351.214.910	(190.952)	351.023.958	384.063.303	Adiantamentos de clientes		29.575.811	20.562.711
Cientes, títulos a receber		3.055.040	-	3.055.040	1.780.595	Outros empréstimos obtidos	60	14.865.870	17.466.765
Cientes de cobrança duvidosa		9.516.715	(9.516.715)	-	-	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	8.838.786	15.071.277
Outros accionistas		1.964.074	(48.800)	1.915.274	2.217.957	Estado e outros entes públicos	52	19.420.925	13.421.424
Adiantamentos a fornecedores		4.275.144	-	4.275.144	8.772.919	Outros credores		13.590.833	45.362.613
Estado e outros entes públicos	52	6.679.050	-	6.679.050	6.503.236			412.120.201	501.754.557
Outros devedores	53	51.189.047	(3.825.484)	47.363.563	49.894.544	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	46	427.893.980	(13.581.951)	414.312.029	453.232.554	Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:									
Outros títulos negociáveis	68	8.018	-	8.018	2.746	Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
Outras aplicações de tesouraria	68	1.650.647	-	1.650.647	3.500.000	Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
		1.658.665	-	1.658.665	3.502.746			155.932.688	103.527.129
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:									
Depósitos bancários	68	29.073.197	-	29.073.197	10.414.495	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Caixa	68	2.042.016	-	2.042.016	1.164.864	Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
		31.115.213	-	31.115.213	11.579.359	Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de proveitos	54	116.359.224	-	116.359.224	120.346.105	Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
Custos diferidos	55	13.462.715	-	13.462.715	7.221.156			155.932.688	103.527.129
Impostos diferidos activos	38	4.547.548	-	4.547.548	3.469.176	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
		134.369.487	-	134.369.487	131.036.437	Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
Total de amortizações			(156.519.967)			Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
Total de provisões			(16.001.340)			Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
Total do activo		1.081.783.347	(172.521.307)	909.262.040	908.666.531			155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38	2.631.426	3.007.555
								155.932.688	103.527.129
						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
						Acréscimos de custos	62	43.596.779	35.708.980
						Proveitos diferidos	63	109.704.483	64.810.594
						Impostos diferidos passivos	38		

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2003	2002	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				Vendas de mercadorias		1.279.823	569.153
Mercadorias		1.326.201	876.587	Prestações de serviços		875.237.891	770.485.613
Matérias		107.183.228	114.954.215		36 e 49	876.517.714	771.054.766
	64	108.509.429	115.830.802				
Fornecimentos e serviços externos		616.530.043	505.912.601	Variação da produção	65	(4.546.136)	(207.043)
				Trabalhos para a própria empresa		7.315.469	4.496.684
Custos com o pessoal:				Proveitos suplementares	66	6.578.848	1.798.371
Remunerações		85.560.229	83.742.449	Subsídios à exploração		10.607	41.568
Encargos sociais		23.265.637	20.614.340				
		108.825.866	104.356.789	Outros proveitos e ganhos operacionais		1.547.906	1.297.210
		833.865.338	726.100.192	(B)		887.424.408	778.481.556
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	21.859.113	22.176.636				
Provisões	46	794.934	774.464	Ganhos em empresas associadas	27 e 44	3.465.309	3.646.280
		856.519.385	749.051.292	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	44	404.939	1.266.766
Impostos		5.511.557	4.213.286	Outros juros e proveitos similares	44	15.201.022	11.699.473
Outros custos e perdas operacionais		1.847.530	3.864.538			19.071.270	16.612.519
(A)		863.878.472	757.129.116	(D)		906.495.678	795.094.075
Perdas em empresas associadas	27 e 44	3.038.511	2.528.118				
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	1.336.444	1.345.627	Proveitos e ganhos extraordinários	45	9.141.408	7.349.220
Outros juros e custos similares	44	23.158.321	23.631.757				
		27.533.276	27.505.502				
(C)		891.411.748	784.634.618				
Custos e perdas extraordinários	45	5.666.774	5.889.082				
(E)		897.078.522	790.523.700				
Imposto sobre o rendimento do exercício	38 e 67	8.628.996	5.181.818				
		905.707.518	795.705.518				
Interesses minoritários	59	1.058.373	(487.394)				
(G)		906.765.891	795.218.124				
Resultado consolidado líquido do exercício		8.871.195	7.225.171				
		915.637.086	802.443.295	(F)		915.637.086	802.443.295
				Resultados operacionais:	(B)-(A)	23.545.936	21.352.440
				Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(8.462.006)	(10.892.983)
				Resultados correntes:	(D)-(C)	15.083.930	10.459.457
				Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)	18.558.564	11.919.595
				Resultado líquido do exercício	(F)-(G)	8.871.195	7.225.171

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Vendas e prestações de serviços	36	876.517.714	771.054.766
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(801.972.903)</u>	<u>(694.747.105)</u>
Resultados brutos		74.544.811	76.307.661
Outros proveitos e ganhos operacionais		16.041.420	8.886.929
Custos de distribuição		(245.019)	(525.170)
Custos administrativos		(63.949.808)	(57.461.416)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(2.247.949)</u>	<u>(4.395.425)</u>
Resultados operacionais		24.143.455	22.812.579
Custo líquido de financiamento		(7.957.299)	(11.933.726)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	27 e 44	426.798	1.214.100
Ganhos/(perdas) em outros investimentos		<u>1.945.610</u>	<u>(173.358)</u>
Resultados correntes		18.558.564	11.919.595
Impostos sobre os resultados correntes	38 e 67	<u>(8.628.996)</u>	<u>(5.181.818)</u>
Resultados correntes após impostos		9.929.568	6.737.778
Interesses minoritários	59	<u>(1.058.373)</u>	<u>487.393</u>
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>8.871.195</u>	<u>7.225.171</u>
Resultados por acção		0,34	0,28

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		966.497.351	655.101.681
Pagamentos a fornecedores		(723.901.647)	(580.464.939)
Pagamentos ao pessoal		(109.596.753)	(105.865.326)
Fluxos gerados pelas operações		132.998.951	(31.228.584)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(5.121.750)	(8.396.165)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(11.949.153)	(5.915.511)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		115.928.048	(45.540.260)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		3.873.840	3.271.874
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(4.875.194)	(1.478.353)
Fluxos das actividades operacionais (1)		114.926.694	(43.746.739)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros		25.675.703	-
Imobilizações incorpóreas		-	1.483.432
Imobilizações corpóreas		3.046.997	568.061
Juros e proveitos similares		11.293.694	8.441.425
		40.016.394	10.492.918
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros		(40.915.963)	(47.563.428)
Imobilizações corpóreas		(11.236.407)	(3.441.067)
Imobilizações incorpóreas		(374.452)	(801.960)
		(52.526.822)	(51.806.455)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(12.510.428)	(41.313.537)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		111.813.125	88.587.100
Aumento de capital e prémios de emissão de acções		-	17.500.000
Venda de acções próprias		-	30.562
		111.813.125	106.117.662
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(170.227.832)	-
Juros e custos similares		(21.374.472)	(17.682.084)
Amortizações de contratos de locação financeira		(3.279.347)	(7.329.429)
Dividendos	58	(3.915.000)	(2.360.000)
Aquisição de acções próprias		-	(26.712)
		(198.796.651)	(27.398.225)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(86.983.526)	78.719.437
Efeito da alteração do perímetro de consolidação		2.259.033	3.481.528
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		17.691.773	(2.859.311)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		15.082.105	17.941.416
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	68	32.773.878	15.082.105

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISTA DE ACÇÕES POSSUÍDAS, ADQUIRIDAS E ALIENADAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DA SOMAGUE SGPS EM 2003

(Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho Administração	Total de acções em 31 Dez 02	Aquisições em 2003			Alienações em 2003			Total de acções em 31 Dez 03
		Data	Quantidade	Valor	Data	Quantidade	Valor	
Dr. Diogo A D Vaz Guedes	108.523							108.523

LISTA DE ACCIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, 1/10 DO CAPITAL SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

1. Freman Investments Ltd.....	31,50%
2. Sacyr, SA.....	29,69%
3. Finobra, SGPS	12,40%
4. Ficon, SGPS	9,78%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Accionista	Nº Acções	Dir. Voto
1. Freman Investments Ltd	8.220.593	31,50%
2. Sacyr, S.A.	7.750.000	29,69%
3. Finobra, SGPS, S.A. (dominada pela Sofip, SGPS, S.A.)	3.235.705	12,40%
4. Ficon, SGPS, S.A. (dominada pela Sofip, SGPS, S.A.)	2.552.418	9,78%
5. Fitran, SGPS, S.A. (dominada pela Sofip, SGPS, S.A.)	1.426.441	5,47%
6. Sofip, SGPS, S.A.	1.341.500	5,14%
7. Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes (Orgão da Administração da SOFIP, SGPS, S.A.)	108.523	0,42%
8. Eng. João de Queiroz Vaz Guedes (Orgão da Administração da SOFIP, SGPS, S.A.)	9.327	0,04%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A SOMAGUE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "SOMAGUE SGPS") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração não faz parte deste anexo não são aplicáveis à Empresa e às suas empresas participadas ("Grupo SOMAGUE"), ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são as seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague SGPS:</u>			
- Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Sintra	Empresa mãe	Sociedade gestora de participações sociais
- Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	Sintra	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	Sintra	100%	Consultoria e gestão de infra-estruturas ambientais
- Somague Serviços, SGPS, S.A. ("Somague Serviços")	Sintra	100%	Sociedade gestora de participações sociais
- Somague Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	Sintra	100%	Desenvolvimento de projectos de concessões
- Big-Plan - Estratégia Financeira, S.A. ("Big-Plan")	Sintra	100%	Actividade imobiliária
- PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	Sintra	80%	Construção e exploração de parques de estacionamento
<u>No âmbito da Somague Engenharia:</u>			
- Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A. ("Somague TI")	Sintra	100%	Consultoria informática
- Somague Investimentos - Gestão e Serviços, S.A. ("Somague Investimentos")	Sintra	100%	Projectos imobiliários, serviços de consultoria e gestão de investimentos
- Smart IT - Gestão, Organização de Informação e Consultoria, Lda.	Sintra	60%	Consultoria informática

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague Investimentos:</u>			
- Somague Engenharia Madeira, S.A. ("Somague Madeira")	Funchal	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague Ediçor Engenharia, S.A. ("Somague Ediçor")	Ponta Delgada	100%	Construção civil e obras públicas
- Neopul - Sociedade de Estudos e Construção, S.A. ("Neopul")	Lisboa	80%	Construção civil e obras públicas
- Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	Sintra	100%	Promoção e montagem de negócios
- CVC - Construções de Cabo Verde, SARL ("CVC")	Cabo Verde	57,62%	Construção civil e obras públicas
- Sogel - Sociedade Geral de Empreitadas, Lda. ("Sogel")	Moçambique	100%	Construção civil e obras públicas
- Engigás, Manutenção Industrial e Tecnologias do Gás, S.A. ("Engigás")	Vila Franca de Xira	51,76%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Engibrás - Comercial, Lda. ("Engibrás")	Brasil	98,70%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- TEGAEL - Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A. ("TEGAEL")	Coruche	51%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
<u>No âmbito da Somague Ambiente:</u>			
- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. ("AGS")	Oeiras	100%	Ambiente
- Resil - Engenharia e Manutenção, Lda. ("Resil")	Brasil	99,72%	Concessão de Águas
- Procesl - Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. ("Procesl")	Oeiras	70%	Ambiente
- Cesl Asia - Consultores de Engenharia, S.A. ("Cesl Ásia")	Macau	51%	Ambiente
- CGS - Tratamento de Resíduos, Lda. ("CGS")	Macau	17,85%	Central de incineração
- AGS Macau - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, Lda. ("AGS Macau")	Macau	30,6%	Ambiente
- Macau - Professional Services, Lda. ("MPS")	Macau	40,8%	Consultoria e projectos de engenharia
- Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A. ("Hidurbe")	Porto	100%	Ambiente
- Viveiros do Falcão - Empresa de Agricultura e Jardinagem, S.A. ("Viveiros do Falcão")	Oeiras	51,786%	Prestação de serviços no campo da agricultura, arboricultura e jardinagem
- Focus Facilities Management, Ltd. ("Focus Facilities")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Focus (HK) - Facilities Mgmt Co, Limited ("Focus HK")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- FM 2000 - Organização e Gestão, Serviços, Manutenção, Lda. ("FM 2000")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Y&T - Serviços de Engenharia e Manutenção, Lda. ("Y & T")	Macau	39,02%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- CEI - Companhia de Engenharia e Investimento - Tratamento de Água, Lda. ("CEI - Tratamento de Água")	Macau	30,60%	Ambiente
- YTS - Engenharia de Sistemas, Lda. ("YTS")	Macau	26,01%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Águas de Carrazeda, S.A. ("Águas de Carrazeda")	Carrazeda de Ancíães	75,0%	Concessão de águas / saneamento
- Águas de Mandaguahy, S.A. ("Águas de Mandaguahy")	Brasil	51,58%	Concessão de águas / saneamento
- Sanear - Saneamento de Araçatuba, S.A. ("Sanear")	Brasil	54,13%	Concessão de saneamento
<u>No âmbito da Somague Concessões:</u>			
- Braest Participações, Lda. ("Braest")	Brasil	100%	Gestão de participações em concessões
<u>No âmbito da Somague Serviços:</u>			
- Espaço Seniores - Serviços de Continuidade de Cuidados de Saúde, S.A. ("Espaço Seniores")	Oeiras	100%	Desenvolvimento e gestão de redes de apoio social

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registados na rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 50) ao menor do custo de aquisição ou de realização, suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2003, são os seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Habitar - Sociedade de Construções, Lda. ("Habitar") (a)	Angola	100%	Construção
- Ambigal - Engenharia de Infraestruturas Ambientais, S.A. ("Ambigal") (c)	Lisboa	49,75%	Ambiente
- Engigás - Cabo Verde ("Engigás - Cabo Verde") (b)	Cabo Verde	95,00%	Ambiente
- Logibras ("Logibras") (b)	Brasil	100,00%	Ambiente
- Aquaprotect, Lda. ("Aquaprotect")	Sintra	40,00%	Ambiente
- Meia Serra, ACE ("ACE da Meia Serra") (c)	Funchal	3,77%	Construção
- Assiconstroi, Strabag, ACE (c)	Lisboa	50,00%	Construção
- Vialitoral, S.A. ("Vialitoral") (b)	Funchal	4,80%	Concessionária auto-estradas
- Vianorte, S.A. ("Vianorte") (b)	Brasil	12,36	Concessionária auto-estradas
- Sanesalto - Saneamento, Lda. (c) ("Sanesalto")	Brasil	59,4%	Saneamento de Águas

Estas empresas não foram consolidadas ao abrigo do disposto no Artigo 4º das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

- (a) Esta empresa não foi consolidada dado estar localizada num país onde actualmente existem restrições à movimentação de fundos. O trespassse decorrente da sua compra, está a ser amortizado em vinte anos, sendo as suas perdas registadas em provisões.
- (b) Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.
- (d) Estas empresas encontram-se sem actividade.

3. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas associadas que foram registadas pelo método da equivalência patrimonial, são como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. ("Fingerge")	Lisboa	50%	Energia
- LRTM - Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. ("LRTM")	Macedo de Cavaleiros	50%	Ambiente
- CEI - Companhia Etar das Ilhas e Taipa, Lda. ("CEI")	Macau	15,30%	Exploração de ETAR
- Hidro 4 - Consultores de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente, Lda. ("Hidro 4")	Algés	70%	Ambiente
- Sanambi - Engenharia e Desenvolvimento, Lda. ("Sanambi")	Moçambique	59,50%	Ambiente
- AIA - Consultores para Estudos e Auditorias de Impacto Ambiental, Lda. ("AIA")	Algés	70%	Ambiente
- Etarlima - Tratamento de Efluentes, ACE ("Etarlima") (a)	Viana do Castelo	50%	Exploração ETAR
- Ambiporto - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ambiporto") (a)	Porto	50%	Exploração ETAR
- Águas do Sado - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A. ("Águas do Sado")	Setúbal	40%	Concessão águas / saneamento
- Tratave - Tratamento de Águas Residuais do AVE, S.A. ("Tratave")	Cerzedelo	40%	Concessão saneamento
- Águas da Figueira, S.A. ("Águas da Figueira")	Figueira da Foz	40%	Concessão águas / saneamento
- Águas da Costa de Cascais, S.A. ("Águas de Cascais")	Cascais	30,5%	Concessão águas / saneamento
- Ecobarcelos - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecobarcelos") (a)	Barcelos	50%	Exploração de ETAR
- Águas de Gondomar, S.A. ("Águas de Gondomar")	Gondomar	42,5%	Concessão águas / saneamento
- Oesterota, S.A. ("Oesterota")	Lisboa	25%	Consultoria de projectos
- Auto-Estradas do Oeste, S.A. ("Auto-Estradas do Oeste")	Torres Vedras	20%	Detenção de participação em concessionária de auto-estradas
- GSA - Gestão de Sistemas Ambientais, S.A. ("GSA")	Funchal	50%	Ambiente
- GSU/Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Lda. ("GSU")	Açores	50%	Ambiente

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Triângulo do Sol - Auto-Estradas, S.A. ("Triângulo do Sol")	Brasil	40%	Concessionária de auto-estradas
- Lusoponte, S.A. ("Lusoponte")	Montijo	17,206%	Exploração rodoviária das pontes Vasco da Gama e 25 de Abril
- HSE - Empreendimentos Imobiliários, Lda. ("HSE")	Lisboa	27,50%	Imobiliária
- Soconstroi Engenharia, S.A. ("Soconstroi Engenharia")	Sintra	100%	Imobiliária
- Edimecânica - Engenharia Mecânica e Carros Clássicos dos Açores, Lda. ("Edimecânica")	Ponta Delgada	100%	Engenharia
- Espaço Portimão - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Espaço Portimão")	Lisboa	33,33%	Imobiliária
- 1.10 - Construções e Empreendimentos, S.A. ("1.10 - Construções e Empreendimentos")	Lisboa	33,20%	Imobiliária
- Aplicação Urbana II - Investimento Imobiliário, S.A. ("Aplicação Urbana")	Santa Maria da Feira	25%	Imobiliária
- Tecnasol - FGE, Fundações e Geotecnia, S.A. ("Tecnasol")	Amadora	50%	Fundação e geotecnia
- Maguetecno - Comércio e Serviços, Lda. ("Maguetecno")	Funchal	100%	Comércio Internacional
- Archipelag Aviation, Ltd. ("Archipelag Aviation")	Jersey	100%	Transporte aéreo
- Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Lisboa	10,07%	Consultadoria informática
- Ferropor - Equipamento Ferroviário, Lda. ("Ferropor")	Lisboa	50%	Construção civil e obras públicas
- Satepor - Industrias de Travessas de Betão, S.A. (Satepor)	Lisboa	15%	Construção civil e obras públicas
- Normetro ("Normetro")	Porto	6,59%	Construção

Os investimentos financeiros detidos nestas empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

(a) Estes Agrupamentos Complementares de Empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial e não pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, pelo facto do efeito da sua integração ser imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES

O Grupo possui participações em partes de capital num conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira e dos seus resultados (Nota 50).

5. EMPRESAS REGISTRADAS PELO MÉTODO DA INTEGRAÇÃO PROPORCIONAL

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003 integram, através da SOMAGUE Engenharia, os activos, passivos, proveitos e custos dos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"), na proporção em que esta participa nas referidas entidades, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações financeiras consolidadas anexas englobam as contas dos ACE em que o Grupo participa, como segue:

	Percentagem de participação
- BPC, CBPO, Agroman, Somague, Profabril, Kaiser e Acer, ACE ("ACE do Metro")	50,00%
- Edifer, Soconstroi, Bento Pedroso Construções, Somague e Acciona, ACE ("ACE da Gare do Oriente")	40,00%
- Obras Civis L.N. 2.2, ACE ("ACE da Linha do Norte")	36,10%
- Metrodi - Obras na Linha do Campo Grande Odivelas, ACE ("Metrodi")	35,96%
- Resercavado - Soconstroi, Mesquita, Arnaldo Oliveira - Sistemas de Abastecimento de Água, ACE ("Resercavado")	33,30%
- Lismercado - Construções, Bento Pedroso, Somague, H. Hagen, ACE ("ACE do MARL")	30,00%
- Somague, BPC, Engil, Spie, ACE ("ACE da Linha Amarela")	26,32%
- Somague, Bento Pedroso, Cubiertas, Dragados, ACE ("ACE do Alqueva")	25,00%
- Transmetro - Construção do Metropolitano, ACE ("Transmetro")	47,50%
- Somague, Edifer, MSF, Zagope, Abrantina, Conduril, Construtora do Lena, Construtora do Tâmega e Novopca - Agrupamento para a Concepção, Projecto e Construção das Auto-Estradas do Oeste - Nova Estrada, ACE ("Nova Estrada")	15,00%
- Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE ("ACE da Nova Ponte")	13,33%
- Construtores das Águas da Linha, ACE ("ACE das Águas da Linha")	50,00%
- Engil, Somague - Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Madalena, ACE ("ACE ETAR da Madalena")	33,33%
- Edifer, Soconstroi, ACE ("ACE do Banco de Portugal")	50,00%
- Acessibilidade das Antas - Construção e Obras Públicas, ACE ("ACE - Acessibilidade das Antas")	25,00%
- Infraestruturas das Antas, ACE ("ACE das Infraestruturas das Antas")	33,33%
- Somague, Camilo Sousa Mota, ACE ("ACE Águas de Gondomar")	67,50%

	Percentagem de participação
- Somague, Mesquita - Casa da Música, ACE ("ACE Casa da Música")	60,00%
- Somague, Alberto Couto Alves, ACE ("ACE VL9")	70,00%
- Somague, Mesquita, ACE ("ACE Lipor Construção")	60,00%
- Somague, Mesquita, Hidurbe, ACE (ACE Lipor Exploração")	40,00%
- Somague, Edifer, ACE ("ACE Freeport")	50,00%
- Somague, BPC, Engil, Spie, Sbes, ACE ("ACE da Linha Vermelha")	26,32%
- Construtora de Lena, MSF, Novopca, Somague, Litoral Atlântico, Construtores, ACE ("ACE A17")	25,00%

A Promoceuta – Empreendimentos Imobiliários, Lda., empresa participada em 55%, foi igualmente consolidada pelo método de integração proporcional, pelo facto da sua gestão ser exercida conjuntamente com o outro sócio (Sociedade H. Hagen, S.A.).

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o número médio de empregados das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), foi o seguinte:

Empresa-mãe	6
SOMAGUE Engenharia e participadas	3.721
SOMAGUE Ambiente e participadas	694
SOMAGUE Serviços e participadas	5
SOMAGUE Concessões e participadas	18

	4.444
	=====

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação, decorrentes da aquisição de participações financeiras, estão registadas em capitais próprios ou no activo, na rubrica “Trespases”, consoante a data a que se reportam e a respectiva natureza. Assim, as registadas em capitais próprios correspondem à diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras e a proporção dos capitais próprios das empresas a que aquelas se referem, reportadas a 31 de Dezembro de 1993, data das primeiras demonstrações financeiras consolidadas. Incluem-se também nesta rubrica, valores relativos a datas subsequentes aquela e essencialmente derivados de movimentos em capitais próprios de empresas participadas, bem como o efeito de conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

O movimento verificado nesta rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	27.931.583
Aumento do exercício (Nota 58)	7.862.920

	35.614.503
	=====

O aumento no exercício é essencialmente explicado pelo efeito da primeira consolidação da participada Sogel (aproximadamente 5.600.000 Euros) e por variações patrimoniais ocorridas nas empresas participadas, relacionadas com o efeito cambial apurado na conversão para Euros de demonstrações financeiras das empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira (Nota 58), bem como o efeito de variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial (aproximadamente 393.000 Euros).

As diferenças de consolidação registadas em imobilizações incorpóreas, na rubrica “Trespases”, são como segue:

Empresa	Percentagem de participação	Custo de aquisição	Trespasse	Amortizações acumuladas	Trespasse líquido
Trespases registados na Somague SGPS:					
Soconstroi – Sociedade de Construções, S.A. (“Soconstroi”) (a)	100	43.040.029	28.434.539	9.952.089	18.482.450
Somague Ambiente	100	3.899.303	2.882.533	720.633	2.161.900
Somague Concessões	100	14.095.165	8.412.983	560.866	7.852.117
Big Plan	100	1.564	173.014	4.325	168.689
			<u>39.903.069</u>	<u>11.237.913</u>	<u>28.665.156</u>
Trespases registados em empresas participadas:					
Lusoponte	3,38	7.722.784	7.879.917	551.210	7.328.707
Habitar	100	3.207.764	5.681.457	866.986	4.814.471
Aniser	100	7.362.935	5.868.686	1.075.925	4.792.761
Engigás	51,76	4.578.398	2.765.918	-	2.765.918
Maguetecno	100	623.497	2.242.291	391.669	1.850.622
FM2000	100	2.708.307	2.700.583	1.127.886	1.572.697
Triângulo do Sol	40	3.425.910	1.685.521	648.744	1.036.777
Ediçor	50	4.080.167	1.816.278	817.325	998.953
Hidurbe	100	1.496.394	869.363	25.018	844.345
Braest	100	12.719.851	889.403	214.324	675.079
Viveiros do Falcão	52,00	1.110.708	315.801	16.282	299.519
CVC	57,62	1.066.629	65.866	11.528	54.338
Sogel	100	4.335.646	52.149	4.346	47.803
Aplicação Urbana II	25	137.199	48.813	10.460	38.353
Focus Airport Services	100	182.807	93.997	63.570	30.427
Hidro 4	100	68.270	36.797	33.115	3.682
Espaço Portimão	33,33	6.195	4.084	3.403	681
Edimecânica	100	309.255	3.902	3.545	357
Promoceuta	55	2.743	12.565	12.565	-
Neopul	80	1.042.488	64.643	64.643	-
			<u>2.457.383</u>	<u>462.799</u>	<u>27.155.490</u>
			<u>42.360.452</u>	<u>11.700.712</u>	<u>55.820.646</u>

(a) Empresa objecto de fusão por incorporação na SOMAGUE Engenharia, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

14. ALTERAÇÃO DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação em 2003 face a 2002 teve as seguintes alterações:

- Empresas consolidadas pela primeira vez no exercício de 2003: Sogel, PEVR, Sanear, Águas de Mandaguahy, Engigás, Engibras, TEGAEL.
- Compra de participações financeiras em 2003: No exercício de 2003 o grupo adquiriu 13% do capital da Oesterota, passando a deter esta participada em 25%, a qual em 31 de Dezembro de 2003, foi registada pelo método da equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo participou na constituição da Auto-Estradas do Oeste, na qual detém uma participação de 20% registada pelo método da equivalência patrimonial. Em resultado do processo de reestruturação accionista da Auto-Estradas do Atlântico, S.A., aquela participada passou a deter a totalidade do capital desta concessionária.

- Alienação de participações financeiras em 2003: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foram alienados os investimentos financeiros nas participadas Alcântara Rio, S.A. e Cecime – Cimentos, S.A., detidos em 15 e 20%, respectivamente, registados pelo método da equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2002.

15. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme indicado na Nota 10, a Empresa registou na rubrica “Trespases” os valores relativos às diferenças na aquisição de partes de capital em várias empresas, os quais, na generalidade, estão a ser amortizados num período de vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os critérios de contabilização utilizados na valorização das participações financeiras em empresas associadas são os descritos na Nota 23.d).

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2003, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, celebrados por algumas empresas englobadas na consolidação, ao abrigo dos quais foram cedidos créditos, de 100.145.143 Euros, registados como uma diminuição das contas a receber. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade dessas empresas restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de *factoring*. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003 existiam responsabilidades por letras descontadas e ainda não vencidas de 6.157.090 Euros (Nota 23.h)).

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro 2003, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias bancárias a favor de terceiros, de 442.295.089 Euros. Estas garantias bancárias foram prestadas, essencialmente, para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas participadas referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica de “Interesses minoritários”.

A consolidação das entidades referidas na Nota 5, efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que a Empresa nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas de instalação, de aumentos de capital, despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses (diferenças apuradas em compras de participações financeiras – Notas 10 e 17). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, enquanto que a generalidade dos trespasses são amortizados durante um período de vinte anos (Notas 17 e 23.d)).

b) Imobilizações corpóreas

Na generalidade das empresas incluídas na consolidação, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao valor de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após a data a que se reportam as reavaliações efectuadas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Equipamento administrativo	3 - 20
Outras imobilizações corpóreas	6

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do período contabilístico a que respeitam (Nota 47).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças são registadas na rubrica "Trespases" (Notas 10 e 17). De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas do período e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Diferenças de consolidação". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros em empresas associadas e participadas (Notas 4 e 50) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas encontram-se registados ao valor nominal, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

Foi constituída uma provisão para depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso foi utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de “Acréscimos de proveitos” ou “Proveitos diferidos”, consoante a natureza da diferença (Notas 54 e 63).

Adicionalmente, uma parte dos proveitos das obras é diferida, com a finalidade de fazer face a custos estimados a incorrer durante o período de garantia das mesmas (Nota 63).

O reconhecimento das vendas de empreendimentos imobiliários é efectuado no momento em que legalmente ocorre a transferência de propriedade (escritura de venda), ou excepcionalmente, quando a posse ou riscos inerentes ao imóvel são transmitidos ao promitente comprador e se considera que a venda é irreversível.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

h) Operações de *factoring* e de desconto de letras

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no activo como uma diminuição da rubrica de clientes e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectua a cobrança dos valores em dívida (Nota 21).

As contas a receber de clientes tituladas por letras são registadas na rubrica “Clientes, títulos a receber”. O valor das letras descontadas em instituições financeiras são registados no activo como uma diminuição da rubrica “Clientes, títulos a receber” por contrapartida de disponibilidades.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 54, 55, 62 e 63).

j) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a grandes reparações de equipamentos efectuadas pelas próprias empresas e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

l) Saldos, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio na rubrica “Diferenças de consolidação”. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: (i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos; (ii) taxa de câmbio média do período contabilístico para converter as rubricas da demonstração dos resultados; e (iii) taxas de câmbio históricas para converter as restantes rubricas de capital próprio.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto							Saldo final
	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências e abates	Efeito cambial (Nota 23.1))	
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	15.693.566	55.326	3.142	(1.123)	-	(1.980.485)	(2.026)	13.768.400
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.284.854	199.805	304.610	-	-	(705)	(4.667)	1.783.897
Propriedade industrial e outros direitos	32.172	327	66.700	-	-	-	160	99.359
Trespases	74.066.151	-	1.514.399	(448.919)	-	(1.766.055)	(364.473)	73.001.103
	<u>91.076.743</u>	<u>255.458</u>	<u>1.888.851</u>	<u>(450.042)</u>	<u>-</u>	<u>(3.747.245)</u>	<u>(371.006)</u>	<u>88.652.759</u>
Imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	9.084.724	213.558	12.088	-	-	1.848.805	-	11.159.175
Edifícios e outras construções	18.041.149	5.730.697	3.641.608	(117.926)	-	12.744.302	(3.670)	40.036.160
Equipamento básico	111.337.834	3.215.438	9.583.406	(6.207.322)	-	(2.285.534)	(272.619)	115.371.203
Equipamento de transporte	25.428.289	3.220.598	2.248.385	(2.379.725)	-	(1.298.220)	(82.384)	27.136.943
Ferramentas e utensílios	3.468.387	2.503.525	573.277	(70.385)	-	(558.139)	(23.095)	5.893.570
Equipamento administrativo	14.506.512	1.585.333	1.744.068	(159.025)	-	(345.962)	(190.938)	17.139.988
Outras imobilizações corpóreas	906.667	112.716	477.561	(15.867)	-	1.750.497	(95.121)	3.136.453
Imobilizações em curso	15.054.118	143.864	4.502.769	-	-	(15.295.515)	(34.108)	4.371.128
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	108.831	-	14.191	-	-	(104.287)	-	18.735
	<u>197.936.511</u>	<u>16.725.729</u>	<u>22.797.353</u>	<u>(8.950.250)</u>	<u>-</u>	<u>(3.544.053)</u>	<u>(701.935)</u>	<u>224.263.355</u>
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas associadas	24.069.598	(5.269.165)	17.760.784	(618.344)	2.020.109	(1.928.805)	2.687	35.916.824
Empréstimos a empresas associadas	28.839.910	(7.562.663)	14.429.838	-	-	(9.238.821)	2	26.468.266
Títulos e outras aplicações financeiras	16.513.966	(22.604)	366.532	(5.682.964)	(363.980)	(282.743)	39.219	10.567.426
Outros empréstimos concedidos	24.499.437	-	17.884.241	(12.628.547)	-	9.225.835	564	38.981.530
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	3.756.744	-	-	(3.756.744)	-	-	-	-
	<u>97.679.655</u>	<u>(12.854.432)</u>	<u>50.441.395</u>	<u>(22.686.599)</u>	<u>1.656.129</u>	<u>(2.224.534)</u>	<u>42.472</u>	<u>111.934.046</u>

Amortizações acumuladas e provisões								
Rubricas	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Reforço	Alienações	Transferências e abates	Efeito cambial	Outras variações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	13.604.324	41.243	1.396.436	(1.123)	(2.001.779)	(2.026)	-	13.037.075
Despesas de investigação e de desenvolvimento	943.613	178.325	216.158	-	12.893	(4.642)	-	1.346.347
Propriedade industrial e outros direitos	32.172	-	6.357	-	-	(1)	-	38.528
Trespases	13.947.876	-	4.825.070	(236.930)	(1.275.092)	(80.467)	-	17.180.457
	<u>28.527.985</u>	<u>219.568</u>	<u>6.444.021</u>	<u>(238.053)</u>	<u>(3.263.978)</u>	<u>(87.136)</u>	<u>-</u>	<u>31.602.407</u>
Imobilizações corpóreas:								
Edifícios e outras construções	6.477.674	701.295	1.375.062	(9.601)	(15.748)	(161)	-	8.528.521
Equipamento básico	70.924.972	1.735.252	9.830.017	(4.755.946)	(1.551.537)	(194.737)	1.528	75.989.549
Equipamento de transporte	18.856.489	2.742.804	2.314.661	(1.971.466)	(829.555)	(40.113)	-	21.072.820
Ferramentas e utensílios	2.698.120	1.975.778	404.857	(68.784)	(234.388)	(11.058)	-	4.764.525
Equipamento administrativo	11.139.615	1.003.124	1.275.264	(98.812)	(152.604)	(181.489)	-	12.985.098
Outras imobilizações corpóreas	274.294	83.869	215.230	(8.279)	1.014.200	(2.267)	-	1.577.047
	<u>110.371.164</u>	<u>8.242.122</u>	<u>15.415.091</u>	<u>(6.912.888)</u>	<u>(1.769.632)</u>	<u>(429.825)</u>	<u>1.528</u>	<u>124.917.560</u>
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas associadas	77.463	-	-	-	-	-	-	77.463
Empréstimos a empresas associadas	1.666	-	-	-	-	-	-	1.666
Títulos e outras aplicações financeiras	225.679	-	1.282.578	-	-	-	-	1.508.257
Outros empréstimos concedidos	764.843	-	12.470	-	-	-	-	777.313
	<u>1.069.651</u>	<u>-</u>	<u>1.295.048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.364.699</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram abatidas diversas despesas de instalação, as quais se encontravam totalmente amortizadas.

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 na rubrica de trespases, resulta essencialmente da aquisição de uma participação adicional de 11,76% no capital da Engigás.

A diminuição ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 na rubrica de trespases, resulta da alienação da participação financeira de 15% do capital da Alcântara Rio por 1.995.192 Euros, de que resultou uma mais valia de 1.384.164 Euros (Nota 45).

As transferências e abates registados na rubrica de trespases têm a seguinte composição:

Consolidação da Sogel pela primeira vez em 2003	(1.961.363)
Trespasse relacionado com a aquisição de 0,09% da Lusoporte	195.308

	(1.766.055)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2002, o investimento financeiro na Sogel estava registado ao custo de aquisição, enquanto que em 31 de Dezembro de 2003 as demonstrações financeiras daquela participada foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, tendo sido efectuada uma correcção ao valor do investimento financeiro registado em exercícios anteriores por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital".

Os aumentos ocorridos nas rubricas de "Investimentos financeiros" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Auto Estradas do Oeste	15.866.511
Triângulo do Sol	1.091.600
Águas de Alenquer	600.000
Lusoporte	202.673

	17.760.784
	=====

O aumento relativo às Auto-Estradas do Oeste, inclui 11.039.831 Euros, correspondente a uma diferença de compra negativa, gerada na sua aquisição, registada em proveitos diferidos e a ser reconhecida em resultados em vinte anos (Nota 63).

Empréstimos a empresas associadas:

Habitar	9.065.682
Finerge	3.173.856
Águas de Gondomar	1.112.304
Águas de Cascais	966.372
Outros	111.624

	14.429.838
	=====

Títulos e outras aplicações financeiras:

Tenemetro	249.660
Jardins de Braço de Prata	90.024
Outros	26.848

	366.532
	=====

Outros empréstimos concedidos:

Auto Estradas do Oeste	9.132.600
Aplicação Urbana II	3.052.518
Oesterota	2.384.208
Espaço Portimão	1.463.141
Tenemetro	826.065
Vianorte	323.777
1.10 – Construções e Empreendimentos	220.000
Vialitoral	179.122
Lusoponte	159.536
Outros	143.274

	17.884.241
	=====

As alienações de investimentos financeiros ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, registadas na rubrica “Partes de capital em empresas associadas” foram as seguintes:

GHP	468.427
Outros	91.135
Cecime	58.782

	618.344
	=====

Em resultado da alienação das participações financeiras detidas na Cecime e GHP, a Empresa registou mais e menos valias de 614.953 Euros e 48.428 Euros, respectivamente (Nota 45).

As alienações ocorridas em “Títulos e outras aplicações financeiras” no total de 5.682.964 Euros, dizem respeito à Auto-Estradas do Atlântico e Alcântara Rio nos montantes de 4.934.767 Euros e 748.197 Euros, respectivamente. Em resultado da alienação destas participações a Empresa registou mais valias nos montantes de 294.491 Euros e 1.384.164 Euros, respectivamente (Nota 45).

As diminuições registadas na rubrica “Outros empréstimos concedidos” no total de 12.628.547 Euros dizem respeito essencialmente à alienação de suprimentos na Auto-Estradas do Atlântico e ao reembolso de empréstimos à Espaço Portimão nos montantes de 10.578.555 Euros e 1.992.992 Euros, respectivamente.

A diminuição ocorrida em “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” diz respeito à regularização de um adiantamento relativo à aquisição de 11,01% do capital da Auto-Estradas do Atlântico, posteriormente vendida à Auto-Estradas do Oeste.

As transferências ocorridas nas rubricas de “Investimentos financeiros” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Oesterota	(1.680.039)
Trespasse da Lusoponte	(195.308)
Outros	(53.458)

	(1.928.805)
	=====

Empréstimos a empresas associadas:

Aplicação Urbana II	(4.524.459)
Espaço Portimão	(4.389.422)
1.10 – Construções e Empreendimentos	(300.000)
Jardins Braço de Prata	(24.940)

	(9.238.821)
	=====

Outros empréstimos concedidos:

Aplicação Urbana II	4.524.459
Espaço Portimão	4.389.422
1.10 – Construções e Empreendimentos	300.000
Jardins Braço de Prata	24.940
Via Norte	86.329
Outras	(99.315)

	9.225.835
	=====

As alterações de perímetro ocorridas nas rubricas de “Investimentos financeiros” no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Sogel	(3.339.712)
Aquaprotec	651.634
Engigás	(1.315.614)
Sanear	(1.467.843)
Sanesalto	(11.967)
Engibras	(2.694)
Oesterota	60.020
Outros	157.011

	(5.269.165)
	=====

Empréstimos a empresas associadas:

Sogel	(6.786.533)
PEVR	(776.130)

	(7.562.663)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2003, a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas associadas, tem o seguinte impacto:

Rubricas	Ganhos em empresas associadas (Nota 44)	Perdas em empresas associadas (Nota 44)	Diferenças de consolidação (Nota 58)	Provisão para riscos e encargos (Nota 46)	Outros custos / proveitos	Investimentos financeiros
Partes de capital em empresas associadas:						
Tecnasol	439.029	-	(178.617)	-	-	260.412
Soconstrói Engenharia	-	(672)	-	-	-	(672)
HSE	3.452	-	-	(816)	-	2.636
1.10 - Construções e Empreendimentos	-	(10.900)	-	-	-	(10.900)
Espaço Portimão	-	(615)	-	380	-	(235)
Aplicação Urbana II	-	(132.463)	(298)	134.792	-	2.031
ACE Banco de Portugal	-	(4.762)	-	4.762	-	-
Normetro	-	(57)	-	57	-	-
Maguetecno	226.188	-	-	(226.188)	-	-
Cecime	-	(133.300)	-	-	-	(133.300)
Edimecânica	-	(18.697)	-	-	(58.793)	(77.490)
Big Plan	-	(4.416)	-	4.416	-	-
Complexo Tivane	-	-	(481)	-	-	(481)
Triângulo do Sol	1.031.467	-	(484.546)	-	-	546.921
Lusoponte	871.291	-	(143.655)	-	-	727.636
Autoestradas do Oeste	-	(1.273.463)	-	-	-	(1.273.463)
CEI	-	(7.348)	(6.888)	-	-	(14.236)
Oesterota	-	-	-	1.740.059	-	1.740.059
Finerge	695.173	(101.525)	98.595	-	-	692.243
Sanambi	-	(2.137)	18.179	(16.042)	-	-
LRTM	1.291	-	(1.098)	-	-	193
Tratave	7.847	(532)	-	-	-	7.315
Águas da Figueira	38.444	-	-	-	-	38.444
Águas de Cascais	14.878	(91.367)	129.080	(41.352)	-	11.239
Ambiporto	557	-	-	-	-	557
Águas de Gondomar	55.246	(297.011)	-	-	-	(241.765)
Engigás (a)	-	(189.872)	(84.750)	-	-	(274.622)
Hidro 4	-	(23.142)	-	-	-	(23.142)
Sanesalto	-	-	-	-	-	-
Etarlima	785	-	-	-	-	785
Águas de Mandaguary	-	-	-	-	-	-
Águas do Sado	-	(369.479)	261.734	107.745	-	-
Águas de Alenquer	-	(12.291)	-	-	-	(12.291)
Ecobarcelos	6.438	-	-	(6.438)	-	-
GSU	30.165	-	-	(14.640)	-	15.525
GSA	36.710	-	-	-	-	36.710
	<u>3.458.961</u>	<u>(2.674.049)</u>	<u>(392.745)</u>	<u>1.686.735</u>	<u>(58.793)</u>	<u>2.020.109</u>
Títulos e outras aplicações financeiras:						
Archipelag Aviation	-	(147.710)	-	-	-	(147.710)
Vortal	-	(216.270)	-	-	-	(216.270)
Satepor	6.348	-	-	-	(6.348)	-
Ferropor	-	(482)	-	-	482	-
	<u>6.348</u>	<u>(364.462)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.866)</u>	<u>(363.980)</u>
	<u>3.465.309</u>	<u>(3.038.511)</u>	<u>(392.745)</u>	<u>1.686.735</u>	<u>(64.659)</u>	<u>1.656.129</u>

(a) Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial até 30 de Setembro de 2003. Após esta data e, em resultado da aquisição adicional de 11,76% do capital da Engigás, a mesma passou a ser consolidada pelo método integral.

As diferenças de consolidação resultam essencialmente de variações ocorridas directamente nos capitais próprios de empresas participadas, decorrentes de variações nas taxas de câmbio relativas a demonstrações financeiras expressas em divisas (Triângulo do Sol), registo pela primeira vez em 2003 de impostos diferidos (Lusoponte), bem como gratificações de balanço e diferenças entre os resultados estimados de 2002 utilizados na consolidação daquele exercício e os resultados definitivos (Nota 10).

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Conforme referido na Nota 60, em 31 de Dezembro de 2003 existem financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação, garantidos por hipoteca de terrenos de valor equivalente aos capitais mutuados.

Em 31 de Dezembro de 2003, as acções detidas na Lusoponte encontram-se penhoradas em benefício dos bancos financiadores e do Banco Europeu de Investimento, como garantia dos financiamentos concedidos a essa participada. Encontram-se penhoradas, como garantia da sua aquisição, 1.200.000 acções da SOMAGUE Concessões, em benefício do banco financiador. Adicionalmente, encontram-se penhoradas 900.000 acções da SOMAGUE Concessões, como garantia da aquisição de 3,23% do capital da Lusoponte.

No âmbito de um contrato de abertura de crédito estabelecido com uma instituição financeira encontram-se penhoradas as acções detidas na PEVR, correspondentes à totalidade do seu capital, como forma de assegurar os meios financeiros à construção de dois parques públicos de estacionamento.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e as prestações de serviços relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, distribuem-se da seguinte forma:

	<u>Percentagem</u>	<u>Montante</u>
Continente	79,47	696.568.436
Madeira	6,75	59.190.004
Açores	6,19	54.249.469
Internacional	7,59	66.509.805
		<u>876.517.714</u>

38. IMPOSTOS DIFERIDOS

As diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o Rendimento.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

O encargo do imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 corresponde essencialmente a:

	<u>Base fiscal</u>	<u>Imposto</u>
Reconciliação da taxa de imposto		
Resultado antes de impostos	18.558.563	
Diferenças temporárias	2.932.723	
Diferenças permanentes	7.551.394	
	<u>29.042.680</u>	
Encargo normal de impostos		9.584.084
Tributação autonoma		971.229
Efeito de diferenças de taxa de imposto		(476.819)
Efeito das alterações de perímetro		(791.414)
Imposto diferido		(908.560)
Efeito da redução de taxa de IRC 2004		250.476
Imposto do exercício		<u>8.628.996</u>

As diferenças permanentes referem-se, essencialmente, à anulação dos efeitos do excesso de estimativa para IRC, método da equivalência patrimonial, amortizações não aceites como custos fiscais, nomeadamente trespasses, menos valias fiscais na alienação de participações financeiras e benefícios fiscais pela criação líquida de emprego.

Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos activos:

	Saldo inicial	Alterações de perímetro	Efeito do exercício	Diferenças de consolidação	Alteração de taxa	Saldo final
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	678.340	-	(47.411)	-	(104.667)	526.262
Provisões para investimentos financeiros	295.661	-	349.816	-	(107.579)	537.898
Provisões para outros riscos e encargos	1.960.930	-	874.444	4.155	(471.403)	2.368.126
Grau de acabamento em obras	437.262	-	(138.647)	-	(34.096)	264.519
Reporte de prejuízos	96.983	791.414	(33.205)	848	(5.297)	850.743
	<u>3.469.176</u>	<u>791.414</u>	<u>1.004.997</u>	<u>5.003</u>	<u>(723.042)</u>	<u>4.547.548</u>

Os impostos diferidos activos de 2.368.126 Euros, relacionados com provisões para outros riscos e encargos incluem 1.026.844 Euros, relacionados com uma variação patrimonial negativa, resultante da consolidação pela primeira vez no exercício de 2003 da Sogel. Adicionalmente, a Empresa registou um imposto diferido activo de 697.290 Euros, correspondente ao prejuízo de 2003 desta participada.

A coluna “Alterações de perímetro” no montante de 791.414 Euros, diz essencialmente respeito a impostos diferidos activos registados pela participada Águas de Mandaguahy, consolidada pela primeira vez no exercício de 2003.

Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos passivos:

	Saldo inicial	Efeito do exercício	Alteração de taxa	Saldo final
Contratos de locação financeira	32.101	(10.474)	(3.605)	18.022
40% aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corporeo	206.164	(6.167)	(33.333)	166.664
Mais valias não tributadas por reinvestimento	2.019.686	(84.201)	(300.777)	1.634.708
Grau de acabamento	749.604	197.279	(134.851)	812.032
	<u>3.007.555</u>	<u>96.437</u>	<u>(472.566)</u>	<u>2.631.426</u>

O imposto diferido activo relativo ao “Método do grau de acabamento em obras” resulta do facto de se ter considerado como proveitos fiscais as revisões de preços na sua totalidade.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 ascenderam a 775.658 Euros.

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

As empresas englobadas na consolidação procederam em anos anteriores à reavaliação de imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro.

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Perdas em empresas associadas (Nota 27)	3.038.511	2.528.118
Juros suportados	14.885.389	14.316.760
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.088.941	4.042.773
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46) (a)	1.336.444	1.345.627
Outros custos e perdas financeiros (b)	6.183.991	5.272.224
	<u>27.533.276</u>	<u>27.505.502</u>
Resultados financeiros	<u>(8.462.006)</u>	<u>(10.892.983)</u>
	<u>19.071.270</u>	<u>16.612.519</u>
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	3.465.309	3.646.280
Juros obtidos	10.869.204	7.697.680
Rendimentos de imóveis	404.939	1.269.033
Diferenças de câmbio favoráveis	2.346.626	1.523.024
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.572.256	1.511.773
Outros proveitos e ganhos financeiros	412.936	964.729
	<u>19.071.270</u>	<u>16.612.519</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

<i>Warrants</i>	836.506
Sociedades Anónimas Desportivas	329.760
Habitar	41.396
Outros	128.782
	<u>1.336.444</u>
	=====

A provisão para a Habitar foi registada por contrapartida da provisão para outros riscos e encargos (Nota 46) e as restantes provisões foram registadas por contrapartida da provisão para investimentos financeiros (Nota 46).

(b) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Garantias bancárias e seguros de crédito	2.690.700
Comissões de factoring	1.084.405
Juros e encargos com contratos de locação financeira	977.244
Despesas com papel comercial	805.717
Serviços bancários	236.449
Outros	389.476
	<u>6.183.991</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	1.031.284	666.570
Perdas em imobilizações	791.580	2.195.254
Multas e penalidades	850.865	115.871
Perdas em existências	38.471	102.695
Insuficiência de estimativa de imposto	95.598	23.965
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.154.899	2.215.475
Outros custos e perdas extraordinários	704.077	569.252
	<u>5.666.774</u>	<u>5.889.082</u>
Resultados extraordinários	<u>3.474.634</u>	<u>1.460.138</u>
	<u>9.141.408</u>	<u>7.349.220</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	6.650	9.631
Benefícios e penalidades contratuais	44.648	1.151
Indemnizações	472.209	-
Ganhos em imobilizações	4.578.330	254.756
Ganhos em existências	20.750	7.671
Redução de provisões (Nota 46)	434.725	1.968.842
Excesso de estimativa de imposto	254.513	1.873.972
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.172.991	1.527.550
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.156.592	1.705.647
	<u>9.141.408</u>	<u>7.349.220</u>

A rubrica “Perdas em imobilizações” inclui 287.010 Euros e 48.428 Euros, correspondentes à perda na alienação das participações na LCM e GHP, respectivamente (Nota 27).

A rubrica “Ganhos em imobilizações” inclui os seguintes ganhos obtidos na alienação de participações financeiras (Nota 27):

Alcântara Rio	1.384.164
Engigás	918.945
Cecime	614.953
Auto-Estradas do Atlântico	294.491
	<u>3.212.553</u>
Outros	<u>1.357.777</u>
	<u>4.578.330</u>
	=====

A mais valia relativa à Engigás corresponde à parcela alienada aos accionistas minoritários da Neopul (empresa detida pelo grupo em 80%).

Os outros ganhos no valor de 1.357.777 Euros, respeitam essencialmente a mais valias obtidas na alienação de imobilizações corpóreas.

A rubrica “Excesso de estimativa de imposto” resultou, essencialmente, das diferenças entre os resultados estimados dos ACE's participados, considerados na determinação da estimativa de imposto do exercício anterior, e os resultados fiscais efectivamente apurados pelos mesmos, apropriados ao abrigo do regime de transparência fiscal.

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Alteração perímetro (Notas 14 e 27)	Aumentos	Reduções (Nota 45)	Equivalência patrimonial (Nota 27)	Transferências	Efeito cambial (Notas 23.II)	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	13.010.757	75.395	519.675	(28.272)	-	6.993	(2.597)	13.581.951
Provisões para investimentos financeiros	1.069.651	-	1.295.048	-	-	-	-	2.364.699
Provisões para perdas estimadas em existências	8.451	61.727	-	-	-	(15.488)	-	54.690
Provisões para riscos e encargos:								
Provisão para pensões	155.755	-	-	-	-	-	-	155.755
Provisão para impostos	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para processos judiciais em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para outros riscos	10.221.910	(3.387.799)	275.259	(406.453)	1.686.735	(119.019)	-	8.270.633
	<u>24.466.524</u>	<u>(3.250.677)</u>	<u>2.089.982</u>	<u>(434.725)</u>	<u>1.686.735</u>	<u>(127.514)</u>	<u>(2.597)</u>	<u>24.427.728</u>

Os custos com provisões registados no exercício de 2003 de 794.934 Euros, correspondem aos aumentos das provisões para dívidas de cobrança duvidosa e para outros riscos de 519.675 Euros e 275.259 Euros, respectivamente.

O aumento das provisões para investimentos financeiros inclui provisões para *warrants* e acções de Sociedades Anónimas Desportivas nos montantes de 836.506 Euros e 329.760 Euros, respectivamente.

A redução na rubrica "Provisões para outros riscos" refere-se, essencialmente, à diminuição da estimativa de perdas em obras em curso. Em 31 de Dezembro de 2003, esta provisão tem o seguinte detalhe:

Provisão para processos judiciais em curso	699.749

<u>Provisões para investimentos financeiros:</u>	
Habitar	1.972.972

<u>Provisão para capitais próprios negativos de empresas participadas:</u>	
Oesterota	1.740.059
Maguetecno	1.423.688
ACE do Banco Portugal	961.939
Águas do Sado	894.019
Aplicação Urbana II	134.792
Sanambi	100.025
Espaço Portimão	380
Normetro	57

	5.254.959

Outros riscos e encargos	342.953

Total de provisões para outros riscos e encargos	8.270.633
	=====

A provisão para investimentos financeiros da Habitar (empresa participada registada ao custo), corresponde aos resultados negativos gerados por aquela nos últimos exercícios.

A provisão para outros riscos e encargos de 342.953 Euros diz essencialmente respeito a provisões registadas por ACE's, integrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, pelo método de consolidação proporcional (Nota 5).

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme indicado na Nota 23.c), os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, são registados pelo método financeiro. Em 31 de Dezembro de 2003, está registado em imobilizado corpóreo um montante de 43.547.714 Euros relativo ao valor de aquisição destes bens e na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” o montante de 34.008.501 Euros, dos quais 19.570.118 Euros são relativos a contas a pagar às locadoras e encontram-se classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2003, as responsabilidades das empresas do Grupo, como locatárias, relativas à parcela de capital das rendas vincendas em contratos de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

2005	2.574.865
2006	2.101.124
2007	2.092.434
2008	1.937.691
2009 e seguintes	10.864.005

	19.570.118
	=====

49. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em quatro segmentos principais: construção, imobiliário, concessões e ambiente.

Segmento da construção: inclui a execução de obras públicas e privadas;

Segmento imobiliário: inclui a montagem de operações e o acompanhamento de negócios de projectos imobiliários de habitação social e ainda a compra e venda de imóveis;

Segmento das concessões: tem por objecto o desenvolvimento de projectos de concessões podendo envolver a respectiva exploração, concepção, financiamento, construção e prestação de serviços de consultoria no âmbito desses projectos;

Segmento do ambiente: inclui a prestação de serviços de consultoria em projectos de sistemas de salubridade, concepção, construção e operação de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e na exploração de infra-estruturas de tratamento e distribuição de água.

Em 31 de Dezembro de 2003, a principal informação relativa a cada um destes segmentos é a seguinte:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Eliminações	Consolidado
Réditos							
Vendas externas	829.693.759	16.112.327	37.293.011	3.966.327	358.984	-	887.424.408
Vendas inter-segmentais	1.254.729	-	1.694.618	2.231.759	2.094.951	(7.276.057)	-
Réditos totais	830.948.488	16.112.327	38.987.629	6.198.086	2.453.935	(7.276.057)	887.424.408
Resultados							
Resultados segmentais operacionais	22.327.071	1.322.025	3.632.698	349.100	(4.532.835)	447.877	23.545.936
Gastos de juros	(16.224.778)	(1.594.695)	(2.195.150)	(1.948.202)	(3.139.749)	1.944.253	(23.158.321)
Proveitos de juros	12.399.150	513.164	1.404.408	1.666.941	2.015.294	(2.392.996)	15.605.961
Parte de lucro líquidos em associadas	(349.984)	(303.285)	(207.170)	629.295	(678.502)	-	(909.646)
Impostos sobre lucros	(7.525.629)	(280.975)	(1.272.076)	(88.701)	538.385	-	(8.628.996)
Resultados de actividades ordinárias							(17.091.002)
Resultados extraordinárias	477.246	1.605.770	4.662.408	327.396	76.730	(3.674.916)	3.474.634
Interesses minoritários	942.869	-	761.730	-	-	(646.226)	1.058.373
Resultado líquido							(14.674.741)
Outras informações							
Activos do segmento	674.934.153	50.772.990	58.084.630	37.182.028	67.647.645	(71.019.412)	817.602.033
Investimento em associadas	23.920.066	45.510	7.072.401	35.632.656	24.989.374	-	91.660.007
Activos totais consolidados	698.854.219	50.818.500	65.157.031	72.814.684	92.637.019	(71.019.412)	909.262.041
Passivos do segmento	601.170.054	40.318.091	53.386.957	50.221.012	87.696.822	(72.941.501)	759.851.434
Dispêndios de capital fixo (aquisições)	20.798.769	18.607	1.476.625	99.307	11.934	-	22.405.242
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	16.795.947	91.464	1.901.936	654.326	2.415.440	-	21.859.113

Em 31 de Dezembro de 2003, os réditos de vendas, os activos líquidos totais e os investimentos totais repartidos por mercados geográficos são como segue:

	<u>Construção</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Ambiente</u>	<u>Concessões</u>	<u>Outros serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Réditos de vendas por mercados geográficos	829.693.759	16.112.327	37.293.011	3.966.327	358.984	887.424.408
Portugal	784.980.656	16.112.327	17.548.509	1.508.219	358.984	820.508.695
Brasil	8.476.980	-	3.093.106	2.458.108	-	14.028.194
Macau	-	-	16.651.396	-	-	16.651.396
Marrocos	2.104.318	-	-	-	-	2.104.318
Cabo Verde	13.009.893	-	-	-	-	13.009.893
Moçambique	1.259.568	-	-	-	-	1.259.568
Angola	19.862.344	-	-	-	-	19.862.344

	<u>Construção</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Ambiente</u>	<u>Concessões</u>	<u>Outros serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Activos líquidos segmentais	696.734.931	50.785.415	60.199.090	72.112.071	29.430.534	909.262.040
Portugal	637.279.153	50.785.415	46.208.599	58.052.484	29.430.534	821.756.185
Brasil	12.165.626	-	6.790.134	14.059.587	-	33.015.347
Macau	-	-	7.200.357	-	-	7.200.357
Marrocos	3.729.925	-	-	-	-	3.729.925
Cabo Verde	15.109.232	-	-	-	-	15.109.232
Angola	21.978.567	-	-	-	-	21.978.567

	<u>Construção</u>	<u>Imobiliário</u>	<u>Ambiente</u>	<u>Concessões</u>	<u>Outros serviços</u>	<u>Consolidado</u>
Investimentos	20.798.769	18.607	1.476.625	99.307	11.934	22.405.242
Portugal	17.291.052	18.607	867.539	99.307	11.934	18.288.439
Brasil	334.565	-	20.035	-	-	354.600
Macau	-	-	589.051	-	-	589.051
Cabo Verde	1.522.826	-	-	-	-	1.522.826
Angola	1.650.326	-	-	-	-	1.650.326

50. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Nome	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço
Partes de capital em empresas associadas:				
Auto-Estradas do Oeste	72.965.636	20%	4.826.680	14.593.047
Triângulo do Sol	24.665.143	40%	3.425.610	9.852.900
Tecnasol	12.942.050	50%	2.200.537	3.990.444
Lusoponte	47.389.088	17,21%	11.180.284	2.146.146
Finerge	3.069.089	50,00%	416.446	1.534.545
Águas de Gondomar	2.940.006	42,50%	1.062.499	1.249.503
Aquaprotec				650.000
Águas de Alenquer	1.469.272	40,00%	600.000	587.709
Águas da Figueira	3.322.141	40%	599.994	530.780
Edimecânica	217.776	100%	309.255	217.776
Tratave	361.796	40%	249.399	144.718
LRTM	269.704	50%	37.410	134.852
GSA	157.651	50%	25.000	78.826
Ambigal		49,75%	99.760	66.533
Tegael Marrocos		90,0%		53.943
Hidro 4	20.193	100%	68.275	20.193
GSU - Açores	31.050	50%	25.000	15.525
Águas de Cascais	7.020.025	30,50%	1.630.396	11.239
Somaguinter	n.d.	50%	-	10.930
CEI	19.176	50%	272.938	9.588
Ferropor			4.400	3.677
Ambiporto		50%	-	3.388
1.10 - Construções e Empreendimentos	8.301	33,2%	-	2.755
HSE		27,5%	-	2.636
Soconstroi - Engenharia	2.168	100%	9.996	2.168
Engigás - Cabo Verde				1.634
Etariima		50%	-	865
Complexo Tivane				504
Águas do Sado (Nota 46)	1.450.578 (a)	40%	1.795.672	-
Sanambi (Nota 46)	(117.675)	85%	20.326	-
Oesterota	521.733 (b)	25%	60.020	-
Habitar	2.541.741 (c)	100%	6.507.226	-
Espaço Portimão (Nota 46)	(435)	33,33%	-	-
Aplicação Urbana II (Nota 46)	76.095 (d)	25%	-	-
Maguetecno (Nota 46)	(1.423.688)	100%	623.497	-
				<u>35.916.824</u>
Empréstimos a empresas associadas:				
Habitar				9.065.682
Finerge				5.343.945
Águas de Cascais				4.051.635
Águas de Gondomar				2.532.631
Tecnasol				2.480.582
Águas da Figueira				1.518.077
Águas do Sado				1.474.048
Falcão Agrícola				1.666
				<u>26.468.266</u>

Nome	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço
Títulos e outras aplicações financeiras:			
Partes de capital em empresas participadas:			
Vianorte	12,36%	2.383.370	2.383.370
Vialitoral	12,8%	2.061.000	2.061.000
Itaberaba	7,2%	506.248	506.248
Tenemetro	30%	249.660	249.660
Outras		14.486	14.486
			<u>5.214.764</u>
Partes de capital em outras empresas:			
Kinectics	10%	1.000.000	1.000.000
Archipelag Aviation	100%	1.758.811	533.434
Futebol Clube do Porto	n/d	500.000	500.000
União de Leiria Futebol Clube	n/d	199.519	199.519
Boavista Futebol Clube	1%	110.000	110.000
Assicarp - Carpintarias Industriais, Lda.	100%	199.519	106.486
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	10%	-	100.000
Pirites Alentejanas	58%	64.270	64.270
Altabeira	23%	57.985	57.985
Vortal	10%	503.391	43.061
Logibrás			34.416
Marítimo - SAD	n/d	32.422	32.422
Fundação Cultural do Centro	10%	24.940	24.940
Alverca Futebol SAD	n/d	-	24.938
Satepor - Indústria de Travessas de Betão, S.A.			21.348
Imosal	n/d	16.327	16.327
Sanesalto			12.123
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola)	90%	9.128	9.128
Bomba H	10%	4.988	4.988
Tegael (Outros)			3.000
Engibrás			2.729
Laboratórios de Engenharia Civil			2.494
Outros			<u>78.137</u>
			<u>2.981.745</u>
Outros títulos:			
SOMAGUE Warrants			<u>2.370.917</u>
			<u>10.567.426</u>
Outros empréstimos concedidos:			
Auto-Estradas do Oeste			9.132.600
Lusoponte			8.531.769
Aplicação Urbana II			7.576.978
Oesterota			4.121.552
Espaço Portimão			3.852.570
Via Litoral			1.350.000
Vialitoral			1.079.122
Tenemetro			826.065
Archipelag Aviation			677.223
Assiconstrói / Amadeu Gaudêncio			671.568
1.10 - Construções e Empreendimentos, S.A.			520.000
Vianorte			454.000
Bomba H			51.412
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			24.940
Altabeira			12.470
Outros			<u>99.261</u>
			<u>38.981.530</u>
Total de investimentos financeiros			
Provisão para investimentos financeiros			<u>111.934.046</u>
Investimentos financeiros líquidos			<u>(2.364.699)</u>
			<u>109.569.347</u>

(a) Os capitais próprios da Águas do Sado incluem prestações suplementares de 3.685.124 Euros.

(b) Os capitais próprios da Oesterota incluem prestações suplementares de 7.481.968 Euros.

(c) Empresa registada ao custo, deduzida de uma provisão correspondente às perdas estimadas na realização do investimento (Nota 46).

(d) Os capitais próprios da Aplicação Urbana incluem prestações suplementares de 700.000 Euros.

51. PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica compõe-se como segue:

PMG – Imobiliário	23.392.464
Transmetro	2.320.755
Somague Ambiente - Valor dos Projectos em curso	924.498
Somague Serviços – Projectos em curso	54.574
	<u>26.692.291</u>

52. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.793.658	6.691.388
Contribuições para a Segurança Social	159.454	1.952.621
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	-	2.909.317
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	3.362.035	6.727.186
Outros	363.903	1.140.413
	<u>6.679.050</u>	<u>19.420.925</u>

A rubrica de IRC a pagar está líquida de pagamentos por conta bem como de retenções na fonte efectuadas por terceiros.

53. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo
Bento Pedroso Construções, S.A.	6.133.417
Habitar	4.942.486
ACE Alqueva	3.293.610
Soconstrói - Engenharia, Lda.	2.132.641
Pesna - Sociedade de Construções, Lda.	1.906.518
Obriverca	1.795.672
Gleba-Sociedade Construções Lda.	1.222.685
Sachwert Rendite - Fonds Europa GMBH & Co. KG	1.063.437
Tegael Irlanda	820.124
ACE Águas de Gondomar	620.113
Martifer, Lda	577.150
Lurgi entsorgung	427.683
ACE Obras Civis - L.N. 2.1	358.733
Asanfer - António dos Santos	325.790
CCAN (Consórcio Construtor Vianorte)	297.270
Aplicação Urbana II	262.384
Tecnorocha, S.A.	261.201
Bombardier Transportation	247.438
ACE Linha Vermelha	215.007
ACE Aguas da Linha	195.752
Nogueira da Costa & Pereira Lda.	194.085
Dustrimetall - Metalurgica, Lda.	183.534
SIME	139.100
Ensul Empreendimentos Norte Sul, S.A.	123.876
Avon Lippiatt Hobbs	119.075
ACE Metro	58.361
Resiba	52.210
Emparque	28.948
Procme	28.948
Outros	12.051.427
Outros devedores de sucursais e ACE's:	
Sucursais	9.981.365
ACE'S	1.129.007
	<u>51.189.047</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(3.825.484)</u>
	<u>47.363.563</u>
	Médio e longo prazo
Gleba	<u>2.750.000</u>
Pesna - Soc. de Construções, Lda.	<u>550.000</u>
	<u>3.300.000</u>
	<u>50.663.563</u>

54. ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos executados e não facturados (Nota 23 f)):

Transmetro	48.951.219
Somague Engenharia	29.664.688
Ediçor	10.435.158
Somague Engenharia Madeira	4.329.075
ACE do Alqueva	3.594.738
Engigás	1.841.325
CVC	1.661.424
ACE da Metro	1.605.199
Somague PMG	1.575.873
ACE da Novaestrada	1.394.953
Sogel	1.334.212
ACE das Infraestruturas das Antas	1.231.806
Neopul	1.038.293
ACE da Lipor Construção	835.549
ACE da Linha Vermelha	608.414
ACE das Águas de Gondomar	590.043
Viveiros do Falcão	509.871
Águas de Carrazeda	384.373
AGS	336.459
ACE da Obras Civis L.N. 2,1	311.142
Cesl Ásia	302.715
ACE VL9	270.383
ACE Acessibilidade das Antas	142.226
Engibrás	132.060
ACE do Marl	91.926
ACE da Casa da Música	40.357
ACE das Águas da Linha	36.358
ACE da A17	34.388
MPS	24.047
ACE da Etar da Madalena	18.654
Juros a receber	2.964.562
Outros	67.733
	<u>116.359.224</u>

A rubrica de “Juros a receber” diz respeito a juros de suprimentos a facturar às associadas.

55. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos com propostas para concursos de adjudicação de obras e de concessões (a)	5.343.922
Custos com empreendimentos / projectos imobiliários (b)	498.798
Custos com Projectos	490.171
Seguros	316.182
Juros	762.134
Benfeitorias	45.992
Licenças	84.038
Outros:	
Sanear	3.415.712
Mandaguahy	1.110.684
Sucursais	456.521
AGS	153.770
P&M	96.888
A. Carrazeda	32.775
Outros	655.128
	<u>13.462.715</u>

(a) Estes montantes respeitam, essencialmente, a custos com propostas ganhas, que estão a ser reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a percentagem de acabamento das obras, e ainda a custos com propostas relativas a projectos e obras de grande dimensão a que o Grupo está a concorrer e cujo desfecho o Conselho de Administração antecipa vir a ser positivo.

(b) Estes custos respeitam a despesas diversas com empreendimentos/projectos imobiliários, que serão reconhecidos como custo na data da respectiva comercialização.

56. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa era constituído por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

57. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2003 eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito as seguintes entidades:

Freman Investments, Ltd.	31,50%
Grupo Sacyr Vallehermoso, S.A.	29,69%

Em 11 de Dezembro de 2003 foi celebrado um acordo entre a Sofip, Freman Investments e Sacyr Vallehermoso que tem em vista a aquisição pela Sacyr Vallehermoso da totalidade da participação no capital da SOMAGUE detida por essas entidades. Esta aquisição encontra-se sujeita à verificação até 31 de Dezembro de 2004 de determinadas condições com carácter suspensivo.

58. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Aplicação de resultados	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	130.500.000
Prémios de emissão de acções	39.470.047	-	-	39.470.047
Diferenças de consolidação (Notas 10 e 27)	(27.931.583)	(7.682.920)	-	(35.614.503)
Reserva legal	2.200.444	-	400.000	2.600.444
Outras reservas	729.078	-	-	729.078
Resultados transitados	(10.190.744)	-	2.404.421	(7.786.323)
Resultado consolidado líquido do exercício	7.225.171	8.871.195	(7.225.171)	8.871.195
	<u>142.002.413</u>	<u>1.188.275</u>	<u>(4.420.750)</u>	<u>138.769.938</u>

Prémios de emissão de acções: Os valores englobados nesta rubrica correspondem a ágios pagos pelos accionistas na realização de capital. Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Abril de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, distribuição de dividendos e gratificações à gestão nos montantes de 400.000 Euros, 2.404.421 Euros, 3.915.000 Euros e 505.750 Euros, respectivamente.

59. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 e na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	<u>Resultado</u>	<u>Capitais próprios</u>
<u>Somague SGPS:</u>		
PEVR	(21.466)	(75.904)
<u>Somague Engenharia:</u>		
CVC	173.377	361.944
Neopul	163.132	1.848.028
Smart IT	(18.400)	141.600
Engibrás	-	25.775
Tegael	-	2.518.691
Engigás	-	1.934.273
<u>Somague Ambiente:</u>		
Cesl Asia	340.071	1.469.874
CGS	23.525	188.527
AGS Macau	81.483	134.388
Procesl	77.384	361.563
MPS	27.380	47.818
Focus	18.387	26.114
Águas de Mandaguahy	387.687	(9.983)
Sanear	4.991	1.254.739
RESIL	34	14.399
Águas de Carrazeda	(29.462)	229.269
Viveiros do Falcão	(169.750)	169.556
	<u>1.058.373</u>	<u>10.640.671</u>

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, nos interesses minoritários foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	4.919.909
Interesses minoritários do exercício	1.058.373
Alterações de perímetro (Nota 14)	4.662.389

Saldo em 31 de Dezembro de 2003	10.640.671
	=====

60. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos por obrigações (a)	8.108.750	-
Empréstimos por obrigações com "warrants" (b)	-	5.190.773
	<u>8.108.750</u>	<u>5.190.773</u>
Contas correntes caucionadas	16.800.789	17.331.910
Papel comercial (c)	-	86.000.000
Empréstimos bancários (d)	17.691.668	20.747.292
Descobertos bancários (e)	39.971.347	-
Financiamentos externos (f)	956.031	10.446.364
Outros financiamentos	89.870	-
	<u>75.509.705</u>	<u>134.525.566</u>
Instituto Nacional de Habitação (g)	14.865.870	-
Outros empréstimos obtidos	-	785.693
	<u>98.484.325</u>	<u>140.502.032</u>

(a) Empréstimo obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2003 era de 2,75%. O reembolso do empréstimo será efectuado em Abril de 2004.

(b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com "warrants" no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2003 era de 1,786%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.

(c) O empréstimo de papel comercial classificado a médio e longo prazo é composto pelas emissões seguintes:

Empréstimo sob a forma de "Papel comercial grupado", no valor global de 50.750.000 Euros, está a ser utilizado pela SOMAGUE SGPS no montante de 38.250.000 Euros e pela SOMAGUE Engenharia no montante de 12.500.000 Euros. Foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 20 de Março de 2003, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 31 de Dezembro de 2003 era de 2,31%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 30 de Março de 2008.

Emissão subscrita em 29 de Dezembro de 2003, no valor de Euro. 15.000.000, com data de reembolso de 6 de Janeiro de 2004, a qual em 31 de Dezembro de 2003 vencia juros à taxa média anual de 2,314%. O período de vigência deste contrato terminará em 15 de Janeiro de 2009 durante o qual são realizadas emissões.

Emissão subscrita em 02 de Dezembro de 2003 no valor de 15.000.000 Euros com data de reembolso em 2 de Março de 2004, a qual em 31 de Dezembro de 2003 vencia juros a uma taxa média anual de 2,26%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 30 de Março de 2008.

Emissão subscrita em 19 de Dezembro de 2003 no valor de 5.250.000 Euros, com data de reembolso em 19 de Março de 2004, a qual em 31 de Dezembro de 2003 vencia juros a uma taxa média anual de 2,50%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 21 de Dezembro de 2006.

A classificação destas emissões no médio e longo prazo resulta da existência de compromisso para a renovação sucessiva dos mesmos durante todo o período dos contratos programas.

(d) A rubrica de empréstimos bancários inclui os seguintes contratos:

Empréstimo bancário no montante de 16.100.000 Euros relativo a um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado à aquisição de 1.200.000 acções do capital da SOMAGUE Concessões e cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto

de 2004, pelo que o montante de 4.025.000 Euros se encontra registado em curto prazo. Este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da SOMAGUE Concessões.

Em 16 de Maio de 2003 foi celebrado um contrato de financiamento no montante de 4.000.000 Euros destinado ao reembolso do empréstimo obrigacionista emitido em 27 de Abril de 1997. Este empréstimo vence juros trimestralmente à taxa Euribor a 90 dias, acrescida de 1,75%. O capital será amortizado no vencimento do contrato que ocorrerá em 16 de Agosto de 2004.

- (e) Os descobertos bancários, as contas correntes caucionadas e os financiamentos a curto prazo vencem juros às taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) O financiamento externo foi concedido pelo Banco Espírito Santo por um prazo de doze anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 1995, até ao limite de 12.000.000 de Dólares dos Estados Unidos da América. Os juros deste financiamento são calculados semestral e postecipadamente, utilizando-se a taxa Libor a 180 dias, acrescida de um ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2003 era de 1,17%. O reembolso do capital é efectuado em vinte prestações semestrais, iguais e sucessivas, encontrando-se em dívida o reembolso das últimas 6 prestações, como segue:

2005	956.028
2006	956.028

	1.912.056
	=====

- (g) O financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação enquadra-se no sistema actualmente em vigor de construção a preços controlados, devendo ser reembolsado sempre que se regista a venda de uma fracção financiada, e vence juros de acordo com as condições do sistema.

61. CLIENTES CONTA CORRENTE – MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Governo da República de Cabo Verde - Ministério de	
Infra-estruturas e Transportes	1.912.056
Ministério de Obras Públicas de Angola	5.225.571
Outros	1.481

	7.139.108
	=====

O montante relativo à conta a receber do Governo da República de Cabo Verde, relativa à obra "Porto do Maio e da Boavista" encontra-se garantido em 85% através de um seguro de crédito concedido pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., e vence como segue:

2005	956.028
2006	956.028

	1.912.056
	=====

62. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos	24.350.442
Encargos com férias e subsídios de férias	11.348.392
Sucursais	2.609.384
Juros a liquidar	750.050
Seguros	313.851
Custos estimados para fecho de projectos	69.252
Outros	4.155.408

	43.596.779
	=====

63. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos diferidos em obras em curso (Nota 23.f))	76.919.830
Estimativa de custos a incorrer no período de garantia (Nota 23.f))	10.901.833
Diferença de compra - Auto-Estradas do Oeste (Nota 27)	11.285.908
Escrituras a realizar de empreendimentos	3.344.028
Mais valia referente ao contrato de relocação financeira (a)	2.375.467
Juros	1.500.000
Outros	3.374.417
	<u>109.701.483</u>

(a) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi efectuada uma operação de relocação financeira de um terreno sito no Linhó, destinado à construção da actual sede e ao futuro desenvolvimento de um projecto imobiliário. A mais valia resultante do referido contrato foi diferida, sendo reconhecida durante o prazo do contrato ou na medida em que venham a ser realizadas vendas imobiliárias.

64. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2003, tem a seguinte composição:

Existências iniciais	20.649.460
Alterações do perímetro de consolidação (Nota 14)	5.644.378
Variação cambial	(24)
Compras	104.679.138
Existências finais	<u>(22.463.523)</u>
	<u>108.509.429</u>

65. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2003 a demonstração da variação da produção é como segue:

Existências iniciais	(30.234.457)
Variação cambial	23.511
Existências finais	26.692.291
Obras em curso registadas em acréscimos de proveitos	<u>(1.027.481)</u>
	<u>(4.546.136)</u>

66. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 31 de Dezembro de 2003 esta rubrica engloba valores respeitantes à recuperação de encargos suportados com propostas para concursos por conta dos consorciados e à cedência de equipamentos a ACE's.

67. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. Face à sua forma jurídica e objecto social, a Empresa está abrangida pela legislação fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais. Os ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, sendo os dividendos recebidos dessas empresas participadas excluídos de tributações de acordo com a nova redacção do artigo 45.º do Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2003 a Empresa enquanto sociedade dominante e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas

concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção pelo novo regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a situação fiscal da Empresa e das suas participadas, está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até ao exercício de 2000, inclusive, cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as respectivas declarações fiscais dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados de, aproximadamente, 18.200.000 Euros. Face ao enquadramento fiscal de excepção referente a juros de mora verificado no final do exercício de 2002, uma daquelas empresas participadas decidiu pagar parte das liquidações adicionais resultante das correcções supra referidas no valor de 1.400.000 Euros, o qual foi registado como uma conta a receber do Estado. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram reclamadas desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

68. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, é como segue:

	2003	2002
Numerário	2.042.016	1.164.864
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	29.073.197	10.414.495
	31.115.213	11.579.359
Títulos negociáveis	8.018	3.500.000
Outras aplicações de tesouraria	1.650.647	2.746
	1.658.665	3.502.746
	32.773.878	15.082.105

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, existem descobertos bancários de 39.971.347 Euros e 93.042.965 Euros, respectivamente.

69. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em "Custos administrativos"), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiras à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em "Ganhos em filiais e associadas" e de provisões para aplicações financeiras que o Grupo registou em "Perdas em outros investimentos".

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

**Ao Accionista da
SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão, do exercício de 2003 preparado pelo Conselho de Administração da Empresa. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, que inclui duas ênfases, uma das quais relacionada com a realização de investimentos financeiros e contas a receber de entidades sediadas em países africanos e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e principais empresas englobadas na consolidação o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 11 de Março de 2004

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (“Empresa”) as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 909.262.040 Euros e capitais próprios de 138.769.938 Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 8.871.195 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras consolidadas anexas incluem investimentos financeiros, contas a receber de empresas participadas e de terceiras entidades de, aproximadamente, 12.382.000 Euros, 12.234.000 Euros e 12.775.000 Euros, respectivamente (12.326.000 Euros e 14.341.000 Euros e 4.189.000 Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2002), relacionados com empresas participadas e entidades sediadas em países africanos. A realização destes montantes depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da capacidade daquelas entidades efectuarem os referidos pagamentos.

7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório por nós emitido, datado de 13 de Março de 2003, não inclui reservas e inclui três ênfases sendo uma similar à descrita no parágrafo 6 acima e duas não aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 11 de Março de 2004

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO DE 2003

Senhores Accionistas,

Durante o ano de 2003, o volume de negócios da SOMAGUE atingiu 887 milhões de euros, a que correspondeu um resultado antes de impostos e interesses minoritários de 18,6 milhões de euros e um resultado líquido de 8,9 milhões de euros.

Num ano caracterizado pela estagnação da economia portuguesa, a SOMAGUE viu crescer a sua actividade em 14%, os seus resultados antes de impostos em 55% e os resultados líquidos em 23%, apresentando, assim, um bom desempenho operacional, para além do reforço da sua posição estratégica nas concessões rodoviárias (ampliação para 20% da participação nas Auto-Estradas do Atlântico), nas águas (duas novas concessões atribuídas em Paços de Ferreira e Barcelos) e na energia (arranque e início de construção de 45 Mw).

O ano ficará igualmente marcado pelo acordo celebrado entre os accionistas de referência da sociedade e cuja concretização em 2004 a fará integrar o 4º grupo ibérico de construção e serviços, reforçando as capacidades nos mercados em que já actua e potenciando a intervenção em áreas específicas de competência como, por exemplo, as águas, nos mercados naturais da SacyrVallehermoso - Espanha e América Latina.

A SOMAGUE Engenharia teve um ano excepcionalmente positivo em 2003, obtendo um crescimento significativo num sector estagnado, destacando-se a conclusão atempada dos estádios do Sport Lisboa e Benfica, Futebol Clube do Porto e do Boavista Futebol Clube, a aceleração dos trabalhos do Metro do Porto, a plena integração e desenvolvimento da componente ferroviária através da Neopul e ainda, já no final do ano, a tomada de controlo maioritário na Engigás, que permitirá alargar as competências existentes de prestador de serviços às “utilities” de gás, energia, saneamento e telecomunicações e dispondendo já de contratos relevantes no Brasil e na Irlanda.

A nível internacional, a SOMAGUE Engenharia implementou em 2003 um plano de redução da actividade em Moçambique, que se encontrava praticamente concluído no final de 2003, concentrando assim as suas atenções em Angola e no Brasil.

Ao nível dos serviços e durante o ano 2003, a SOMAGUE Concessões e Serviços ampliou para 20% a participação detida na Auto-Estradas do Atlântico e assinou, em parceria com a Transdev, o contrato de operação do Metro de Tenerife.

Na área do ambiente, merece especial destaque o início de operação da concessão de Águas de Alenquer e a adjudicação de duas novas concessões em Paços de Ferreira e Barcelos, para além de terem sido apresentadas propostas para mais quatro concessões sobre as quais a AGS mantém fundadas expectativas de vir a ser adjudicatária.

Na área de energia, operou-se em 2003 uma reestruturação da composição accionista da Finerge, mantendo a SOMAGUE a anterior posição de 50%, de forma a reforçar a capacidade daquela empresa no desenvolvimento acelerado dos projectos em que se encontra envolvida e que lhe permitiu atingir o final de 2003 com 69 Mw em operação, prevendo alcançar em 2004 e 2005 uma potência instalada de 103 e 234 Mw, respectivamente.

No imobiliário, a SOMAGUE vendeu em 2003 os 15% que detinha no projecto Alcântara Rio, em Lisboa e procedeu a uma reestruturação desta área de negócio, na qual passará a actuar através da SOMAGUE Imobiliária, com objectivos claros de vir a tornar-se um dos principais actores do sector em Portugal, situação potenciada pelas relações accionistas com a Vallehermoso, o maior promotor imobiliário de Espanha.

Durante o ano de 2003 foi possível manter o activo total da SOMAGUE ao nível dos valores de 2002 e reduzir o endividamento, apesar do importante esforço de investimento efectuado nos serviços, por via de uma redução importante no fundo de maneo e dos recursos financeiros libertados pelas operações.

Ao nível da conta de resultados, apesar do bom desempenho operacional do conjunto das empresas participadas, veio a evolução dos mesmos a ser prejudicada pela inclusão no perímetro de consolidação das Auto-Estradas do Atlântico após a ampliação da participação da SOMAGUE de 9% para 20%, para além do impacto negativo registado no exercício de 2003 da redução dos activos por impostos diferidos nas contas das concessionárias em início de vida resultante da redução da taxa de IRC para 25% já aprovada no Orçamento de Estado de 2004.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No final de 2003, o activo global da SOMAGUE SGPS era de 220 milhões de euros, estando financiado por 138,8 milhões de euros de capitais próprios, 55.5 milhões de euros de passivo de médio e longo prazo e 25,4 milhões de euros de passivo de curto prazo.

Os principais movimentos no activo da empresa ao longo do ano de 2003 foram os seguintes:

- a) Prestação de suprimentos e às participadas SOMAGUE Ambiente e SOMAGUE Concessões e Serviços no valor aproximado de 5,5 milhões de euros que se destinaram integralmente ao financiamento das participações daquelas sociedades no desenvolvimento dos respectivos planos de negócio;
- b) Transferência da participação e créditos detidos sobre a SOMAGUE PMG para a SOMAGUE Engenharia, no âmbito da redefinição do enquadramento da intervenção na área imobiliária, que passará a estar concentrada na sociedade Big Plan, futuramente SOMAGUE Imobiliária.

Após a consolidação dos resultados obtidos nas empresas participadas, a SOMAGUE SGPS apresenta em 2003 um resultado líquido positivo de 8.871 mil Euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

No relatório de 2002 afirmava-se explicitamente, no início deste capítulo, que “A SOMAGUE pretende ser uma empresa portuguesa de referência no domínio da Engenharia e dos Serviços, com uma base accionista ibérica liderada por portugueses e desenvolvendo a sua actividade especialmente nos mercados de Portugal, Brasil, Angola e Macau/China”.

No final do mesmo capítulo podia ainda ler-se “(...) não deixa de ser previsível que num horizonte de relativo curto prazo, o Conselho de Administração terá de equacionar diferentes alternativas de financiamento do crescimento da SOMAGUE e de as apresentar, se for caso disso, aos Accionistas”.

De facto, todo o desenvolvimento da SOMAGUE foi orientado pelo objectivo claro de a tornar uma empresa líder, em dimensão e excelência, na Engenharia e nos Serviços, estratégia ambiciosa e que resultou, ao longo dos últimos 10 anos e em virtude dos sucessos alcançados na área dos serviços, na insuficiência permanente dos fundos gerados pelas operações no financiamento do crescimento da empresa.

As alterações ocorridas no mercado de capitais após 1998, levaram a que empresas com as características da SOMAGUE vissem reduzidas as capacidades de recorrer directamente ao mercado primário, obrigando-as a encontrar no seu núcleo accionista, no crescimento do endividamento ou em associações com outras empresas a solução para o financiamento de quem queria e podia crescer a um ritmo acelerado.

Acreditando sempre na insustentabilidade de estratégias de crescimento não alicerçadas numa estrutura financeira saudável, a SOMAGUE veio a celebrar uma parceria estratégica com participação accionista da Sacyr em 2000, seguindo um caminho de colaboração conjunta e de

integração operacional que resultou, no final de 2003, na celebração, ao nível dos accionistas de referência, de um acordo de integração das duas sociedades.

O acordo celebrado foi, assim, a solução para a questão do desenvolvimento da SOMAGUE e, por essa via, só faz sentido nessa mesma óptica, isto é, na continuação do crescimento acelerado de uma empresa portuguesa que foi capaz de se tornar referência nas actividades e mercados onde actua.

Isto significará:

- 1) Na construção, consolidar a liderança da SOMAGUE Engenharia no mercado interno, desenvolver a sua presença nos mercados de Angola e Brasil e, em áreas de especialidade, desenvolver os negócios já hoje existentes nos mercados de Espanha e Chile;
- 2) No Ambiente, especialmente águas, resíduos e energia, para além de reforçar o envolvimento no mercado nacional, deverá esta área centralizar, ao nível de todo o Grupo Sacyr Vallehermoso, os investimento e a operação nestes domínios também em Espanha, América Latina e Brasil, para além de se manter a tradicional permanência no território de Macau;
- 3) Na SOMAGUE Concessões e Serviços, será mantida inalterada a estratégia de participação em todos os novos concursos de concessões rodoviárias em Portugal e no Brasil, a disponibilidade para a ampliação das posições detidas em concessões já existentes e o interesse na montagem de negócios ao nível das parcerias público/privadas ou através de outras formas que possam incluir financiamento e operação, relativamente a outras infra-estruturas, designadamente ferroviárias.
- 4) No Imobiliário, área onde a SOMAGUE vinha mantendo uma presença mais discreta baseada na participação em projectos articulados com outros promotores, irão ser criadas as condições para o desenvolvimento de uma nova sociedade, SOMAGUE Imobiliária, que irá assumir-se como promotor independente e que, também baseada na experiência da Vallehermoso – maior promotor de Espanha – terá como objectivo vir a tornar-se uma empresa de referência no mercado português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 8.871.195 (oito milhões, oitocentos e setenta e um mil cento e noventa e cinco euros). Tendo em conta os dividendos distribuídos nos anos anteriores e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	500.000 euros
Para Dividendos	2.610.000 euros
Para Resultados Transitados	5.761.195 euros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos terminar sem deixar de reiterar aos Senhores Accionistas e Investidores, bem como aos nossos Banqueiros, Fornecedores e Clientes, o nosso agradecimento pela sua confiança, e bem assim deixar uma palavra de apreço ao Fiscal Único pelo seu acompanhamento e dedicação ao desenvolvimento da empresa.

Finalmente, aos quadros e colaboradores da empresa e suas participadas, gostaríamos de lhes expressar o nosso profundo agradecimento pelo empenho, dinamismo e dedicação que têm posto no desempenho das suas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2004

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	2003		2002		Capital próprio e passivo	Notas	2003	2002
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital			
Despesas de instalação	10	7.407.703	(7.407.703)	-	408.966		36 e 40	130.500.000	130.500.000
Trespases	10	39.903.069	(11.237.913)	28.665.156	30.482.970	Prémios de emissão de acções	40	39.470.047	39.470.047
		<u>47.310.772</u>	<u>(18.645.616)</u>	<u>28.665.156</u>	<u>30.891.936</u>	Ajustamentos de partes de capital	10 e 40	(65.841.378)	(58.158.458)
Imobilizações corpóreas:						Reserva legal			
Equipamento de transporte	10	32.485	(32.485)	-	41.849	Outras reservas	40	2.600.444	2.200.444
Equipamento administrativo	10	74.399	(42.186)	32.213	32.340	Resultados transitados	40	729.078	729.078
		<u>106.884</u>	<u>(74.671)</u>	<u>32.213</u>	<u>74.189</u>	Resultado líquido do exercício	40	22.440.552	20.036.131
Investimentos financeiros:						Resultado líquido do exercício			
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	124.132.503	-	124.132.503	135.085.939	Total do capital próprio		<u>138.769.938</u>	<u>142.002.413</u>
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	50.090.288	-	50.090.288	45.692.644	PASSIVO:			
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	10.930	(10.930)	-	42.028	PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Empréstimos a empresas associadas	16	-	-	-	776.130	Outras provisões para riscos e encargos	34	<u>2.575.871</u>	<u>695.404</u>
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	2.370.917	(986.086)	1.384.831	2.221.340	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
	34	<u>176.604.638</u>	<u>(997.016)</u>	<u>175.607.622</u>	<u>183.818.081</u>	Empréstimos por obrigações	48	5.190.773	13.299.523
CIRCULANTE:						Dívidas a instituições de crédito			
Dívidas de terceiros - Curto prazo:							48	<u>50.325.000</u>	<u>51.015.853</u>
Clientes, conta corrente	16	4.213.195	-	4.213.195	4.870.883			<u>55.515.773</u>	<u>64.315.376</u>
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	17.392	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Estado e outros entes públicos	49	4.489	-	4.489	9.746	Empréstimos por obrigações	48	8.108.750	8.108.750
Accionistas		24.448	-	24.448	24.448	Dívidas a instituições de crédito	48	8.692.403	5.728.196
Outros devedores	16	10.257.885	-	10.257.885	3.014.370	Fornecedores, conta corrente		821.333	343.709
		<u>14.500.017</u>	<u>-</u>	<u>14.500.017</u>	<u>7.936.839</u>	Estado e outros entes públicos	49	3.861.245	538.683
Depósitos bancários e caixa:						Accionistas		22.385	20.494
Depósitos bancários	52	16.729		16.729	17.681	Adiantamentos de clientes		-	92.166
Caixa	52	429		429	777	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	16	9.282	20.040
		<u>17.158</u>		<u>17.158</u>	<u>18.458</u>	Outros credores	16	262.644	250.507
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						<u>21.778.042</u> <u>15.102.545</u>			
Acréscimos de proveitos	50	23.907		23.907	23.907	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Custos diferidos	50	515.748		515.748	483.756	Acréscimos de custos	50	391.586	458.647
Impostos diferidos activos	6	355.237		355.237	150.236	Impostos diferidos passivos	6	685.848	823.017
		<u>894.892</u>		<u>894.892</u>	<u>657.899</u>	<u>1.077.434</u> <u>1.281.664</u>			
Total de amortizações						Total do passivo			
(18.720.287)						<u>80.947.120</u> <u>81.394.989</u>			
(997.016)						Total do capital próprio e do passivo			
Total de provisões						<u>219.717.058</u> <u>223.397.402</u>			
239.434.361 (19.717.303) 219.717.058 223.397.402									

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2003	2002	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2003	2002
Fornecimentos e serviços externos		1.959.435	1.705.786	Prestações de serviços (B)	16	2.094.951	2.094.951
Custos com o pessoal:				Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	14.862.032	12.209.783
Remunerações		826.892	814.748	Outros juros e proveitos similares	16 e 45	2.015.150	1.657.171
Encargos sociais		118.611	148.123			<u>16.877.182</u>	<u>13.866.954</u>
		<u>945.503</u>	<u>962.871</u>	(D)		<u>18.972.133</u>	<u>15.961.905</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	2.411.209	2.834.272	Proveitos e ganhos extraordinários	46	182.369	334.089
Impostos		453.475	256.707				
Outros custos e perdas operacionais		25.809	24.591				
(A)		<u>5.795.431</u>	<u>5.784.227</u>				
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1.005.736	534.152				
Provisões para aplicações financeiras	34	836.509	-				
Juros e custos similares	45	3.094.145	2.707.031				
		<u>4.936.390</u>	<u>3.241.183</u>				
(C)		<u>10.731.821</u>	<u>9.025.410</u>				
Custos e perdas extraordinários	46	100.583	22.068				
(E)		<u>10.832.404</u>	<u>9.047.478</u>				
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 49	(549.097)	23.345				
(G)		<u>10.283.307</u>	<u>9.070.823</u>				
Resultado líquido do exercício		8.871.195	7.225.171				
		<u>19.154.502</u>	<u>16.295.994</u>	(F)		<u>19.154.502</u>	<u>16.295.994</u>
				Resultados operacionais:	(B)-(A)	<u>(3.700.480)</u>	<u>(3.689.276)</u>
				Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	<u>11.940.792</u>	<u>10.625.771</u>
				Resultados correntes:	(D)-(C)	<u>8.240.312</u>	<u>6.936.495</u>
				Resultados antes impostos:	(F)-(E)	<u>8.322.098</u>	<u>7.248.516</u>
				Resultado líquido do exercício	(F)-(G)	<u>8.871.195</u>	<u>7.225.171</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Prestações de serviços	16	2.094.951	2.094.951
Custo das prestações de serviços	51.a)	<u>(5.309.521)</u>	<u>(5.280.215)</u>
Resultados brutos		<u>(3.214.570)</u>	<u>(3.185.264)</u>
Outros proveitos operacionais		81.786	312.021
Custos de distribuição		(70.549)	(124.833)
Custos administrativos		(389.552)	(354.588)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(25.809)</u>	<u>(24.591)</u>
Resultados operacionais		<u>(3.618.694)</u>	<u>(3.377.255)</u>
Custo líquido de financiamento	51.b)	(1.078.995)	(1.049.860)
Ganhos em filiais e associadas	45 e 51.b)	13.856.296	11.675.631
Perdas em outros investimentos	34 e 51.b)	<u>(836.509)</u>	<u>-</u>
Resultados correntes		<u>8.322.098</u>	<u>7.248.516</u>
Impostos sobre os resultados correntes	6 e 49	<u>549.097</u>	<u>(23.345)</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>8.871.195</u></u>	<u><u>7.225.171</u></u>
Resultado por acção		0,340	0,277

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		2.660.473	322.474
Pagamentos a fornecedores		(1.464.418)	(1.736.851)
Pagamentos ao pessoal		(1.435.471)	(1.736.394)
Fluxos gerados pelas operações		(239.416)	(3.150.771)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(1.795.229)	(8.396.165)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		2.832.220	9.272.577
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		797.575	(2.274.359)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		30.644	66.197
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(100.583)	(22.068)
Fluxos das actividades operacionais (1)		727.636	(2.230.230)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros	10 e 52	23.031.230	2.000.000
Imobilizações corpóreas		38.361	-
Juros e proveitos similares	45	2.015.150	1.656.833
Dividendos	52	3.915.000	2.360.000
		28.999.741	6.016.833
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros	10 e 52	(16.777.700)	(30.244.087)
Imobilizações corpóreas		(7.800)	-
		(16.785.500)	(30.244.087)
Fluxos das actividades de investimento (2)		12.214.241	(24.227.254)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		7.334.147	16.100.000
Aumento de capital e prémios de emissão de acções		-	17.500.000
Venda de acções próprias		-	30.562
		7.334.147	33.630.562
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(13.169.543)	(2.326.392)
Juros e custos similares		(3.182.023)	(2.451.643)
Amortizações de contratos de locação financeira		(10.758)	(13.468)
Dividendos	40	(3.915.000)	(2.360.000)
Aquisição de acções próprias		-	(26.712)
		(20.277.324)	(7.178.215)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(12.943.177)	26.452.347
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(1.300)	(5.137)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		18.458	23.595
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	52	17.158	18.458

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”) foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações financeiras noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras incluem o efeito de consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (excluindo interesses minoritários) em aproximadamente 689.545.000 Euros e 678.904.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos em aproximadamente 896.483.000 Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) **Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas de instalação, de aumentos de capital e trespasses (diferenças apuradas na compra de participações financeiras). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, excepto os trespasses que são amortizados, essencialmente, durante um período de vinte anos (Notas 3.d) e 9)).

b) **Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 e 4

c) **Locação financeira**

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) **Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método.

Nas aquisições de partes de capital em empresas do grupo realizadas até 31 de Dezembro de 1996, as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica “Ajustamentos de partes de capital”. A partir daquela data, as diferenças apuradas na compra das participações financeiras em empresas do grupo passaram a ser registadas na rubrica de “Trespases” (Nota 3.a)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas em cada período pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e por outras variações de capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição e os empréstimos concedidos a empresas do grupo ao valor nominal. As perdas estimadas na realização dessas participações financeiras e empréstimos encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 10).

e) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

g) Ganhos e perdas apurados na variação de participações em empresas do grupo

Os ganhos ou perdas resultantes de variações na participação no capital em empresas do grupo ou associadas, são registados na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,50%. Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

Nos termos do art. 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e

cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados, no montante de, aproximadamente 18.200.000 Euros. Face ao enquadramento fiscal de excepção referente a juros de mora verificado no final do exercício de 2002, uma daquelas empresas participadas decidiu pagar parte das liquidações adicionais resultantes das correcções supra referidas, no valor de 1.400.000 Euros, o qual foi registado como uma conta a receber do Estado. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram reclamadas, desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	8.322.098	
Diferenças temporárias	836.509	
Diferenças permanentes	(11.222.474)	
	<u>(2.063.867)</u>	
Encargo normal de imposto		(681.076)
Efeito da tributação pelo lucro consolidado		425.172
Tributação autónoma		48.977
Efeito da alteração de taxa		(66.122)
Impostos diferidos		<u>(276.048)</u>
Encargos do exercício		<u>(549.097)</u>

As diferenças permanentes referem-se, essencialmente, aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização dos investimentos financeiros (Nota 49) e à amortização de trespasses (Notas 9 e 10).

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto, são como segue:

	Saldo inicial	Efeito do exercício	Alteração de taxa	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Provisões para investimentos financeiros	49.360	276.048	(54.234)	271.174
Provisões para outros riscos e encargos	100.876	-	(16.813)	84.063
	<u>150.236</u>	<u>276.048</u>	<u>(71.047)</u>	<u>355.237</u>
Passivos por impostos diferidos:				
Mais valias não tributadas por reinvestimento	823.017	-	(137.169)	685.848

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 6 pessoas.

9. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme referido na Nota 3.a), as diferenças apuradas na aquisição de participações financeiras são amortizadas, essencialmente, em vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aumentos	Alienações	Transferências	
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>						
Despesas de instalação	7.407.703	-	-	-	-	7.407.703
Trespases	39.730.055	-	-	-	173.014	39.903.069
	<u>47.137.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>173.014</u>	<u>47.310.772</u>
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Equipamento de transporte	116.183	-	-	(83.698)	-	32.485
Equipamento administrativo	66.599	-	7.800	-	-	74.399
	<u>182.782</u>	<u>-</u>	<u>7.800</u>	<u>(83.698)</u>	<u>-</u>	<u>106.884</u>
<u>Investimentos financeiros (Nota 16):</u>						
Partes de capital em empresas do grupo	135.085.939	4.138.843	1.564	(14.962.857)	(130.986)	124.132.503
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 52)	45.692.644	-	16.776.136	(13.154.622)	776.130	50.090.288
Partes de capital em empresas associadas	52.958	-	-	-	(42.028)	10.930
Empréstimos a empresas associadas	776.130	-	-	-	(776.130)	-
Títulos e outras aplicações financeiras	2.370.917	-	-	-	-	2.370.917
	<u>183.978.588</u>	<u>4.138.843</u>	<u>16.777.700</u>	<u>(28.117.479)</u>	<u>(173.014)</u>	<u>176.604.638</u>
<u>Amortizações e provisões</u>						
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Saldo final		
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>						
Despesas de instalação	6.998.737	408.966	-	7.407.703		
Trespases	9.247.085	1.990.828	-	11.237.913		
	<u>16.245.822</u>	<u>2.399.794</u>	<u>-</u>	<u>18.645.616</u>		
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Equipamento de transporte	74.334	3.487	(45.336)	32.485		
Equipamento administrativo	34.259	7.927	-	42.186		
	<u>108.593</u>	<u>11.414</u>	<u>(45.336)</u>	<u>74.671</u>		
<u>Investimentos financeiros (Nota 16):</u>						
Partes de capital em empresas associadas	10.930	-	-	10.930		
Títulos e outras aplicações financeiras	149.577	836.509	-	986.086		
	<u>160.507</u>	<u>836.509</u>	<u>-</u>	<u>997.016</u>		

As alienações ocorridas em "Partes de capital em empresas do grupo" no total de 14.962.857 Euros, dizem respeito a 100% da participação na SOMAGUE PMG e a 20% da participação na SOMAGUE Concessões nos montantes de 9.876.607 Euros e 5.086.250 Euros, respectivamente.

Os trespases resultantes da aquisição de partes de capital em empresas participadas foram determinados como segue:

Empresas	Valor de compra	Capital próprio na data de aquisição	Percentagem de participação	Trespasse
Soconstro - Sociedade de Construções, S.A. (a)	43.040.029	14.605.490	100%	28.434.539
Somague - Concessões e Serviços, S.A.	13.953.506	5.540.523	20%	8.412.983
Somague Ambiente, SGPS, S.A.	3.899.303	1.016.770	21,5%	2.882.533
Big - Plan - estratégia Financeira, S.A.	1.564	(171.450)	100%	173.014
				<u>39.903.069</u>

(a) Empresa objecto de fusão por incorporação na SOMAGUE Engenharia, S.A., durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo em 31 de Dezembro de 2003, teve o seguinte impacto:

Empresas	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Perdas em empresas do grupo (Nota 45)	Provisões (Nota 34)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos (Nota 52)	Investimentos financeiros
Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	11.600.425	-	-	(6.443.705)	(3.915.000)	1.241.720
Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	1.587.606	-	-	(69.435)	-	1.518.171
Somague Serviços, SGPS, S.A. ("Somague Serviços")	-	(899.664)	1.385.194	(485.531)	-	(1)
Somague - Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	1.049.241	-	-	(385.776)	-	663.465
Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	624.760	-	-	(38.694)	-	586.066
Parque de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	-	(85.865)	303.616	(259.779)	-	(42.028)
Big Plan - Estratégia Financeira, S. A. ("Big Plan")	-	(20.207)	191.657	-	-	171.450
	<u>14.862.032</u>	<u>(1.005.736)</u>	<u>1.880.467</u>	<u>(7.682.920)</u>	<u>(3.915.000)</u>	<u>4.138.843</u>

Os movimentos verificados na rubrica "Ajustamentos de partes de capital" resultam, essencialmente, de:

(i) efeito cambial apurado na conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira e (ii) variações ocorridas nos capitais próprios das empresas do grupo, nomeadamente uma variação ocorrida na SOMAGUE Engenharia que resulta essencialmente do facto desta participada ter registado no exercício de 2003 pela primeira vez, pelo método da equivalência patrimonial, uma participada sua que vinha sendo registada ao custo (aproximadamente 5.600.000 Euros).

Os aumentos e alienações indicados na rubrica "Empréstimos a empresas do grupo", encontram-se discriminados na Nota 52.

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Percentagem	Valor dos capitais próprios	Valor de balanço
<u>Partes de capital em empresas do grupo:</u>			
Somague Engenharia	100%	101.545.921	101.545.921
Somague Concessões	80%	22.973.192	18.378.554
Somague Ambiente	100%	4.208.028	4.208.028
Somague Serviços	100%	(1.774.828)	-
PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	80%	(379.520)	-
Big-Plan - Estratégia Financeira, S.A. ("Big-Plan")	100%	(191.656)	-
			<u>124.132.503</u>
<u>Empréstimos a empresas do grupo:</u>			
Somague Ambiente			22.014.362
Somague Concessões			17.759.925
Big-Plan			8.359.871
Somague Serviços			1.180.000
PEVR			776.130
			<u>50.090.288</u>
<u>Partes de capital em empresas associadas:</u>			
Somaguinter, Lda.	50%	10.930	10.930
<u>Títulos e outras aplicações financeiras:</u>			
Somague Warrants			<u>2.370.917</u>
Provisões para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)			<u>(997.016)</u>
			<u>175.607.622</u>

Os empréstimos a empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2003 venciam juros à taxa Euribor a 12 meses, acrescidos de um "spread" de 1,5% e não tinham prazo de reembolso definido.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003 e as principais transacções efectuadas com as empresas do grupo durante o exercício findo naquela data, são os seguintes:

	Somague Engenharia	Somague Concessões	Somague Ambiente	Big Plan	Somague Serviços	Outras empresas	Total
Saldos:							
Clientes, conta corrente	771.621	1.254.464	1.758.350	75.700	773	352.287	4.213.195
Fornecedores, conta corrente	137.057	-	1.465	-	-	47.758	186.280
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	9.282	-	-	-	-	-	9.282
Outros devedores	3.303.081	-	399.820	-	5.114.376	278.903	9.096.180
Outros credores	113.400	-	-	10.774	-	12.868	137.042
Transacções:							
Fornecimentos e serviços externos	204.428	-	1.098	-	-	33.432	238.958
Prestações de serviços	2.094.951	-	-	-	-	-	2.094.951
Proveitos financeiros (Nota 45)	82.484	773.817	830.162	75.700	21.465	182.090	1.965.718

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2003, encontram-se penhoradas a favor de entidades financeiras 2.100.000 acções representativas do capital da SOMAGUE Concessões. Estes títulos foram dados como garantia às seguintes transacções: (i) 1.200.000 acções relativas ao financiamento obtido pela Empresa para a aquisição de 20% do capital da SOMAGUE Concessões (Nota 48); e (ii) 900.000 acções relativas à aquisição pela SOMAGUE Concessões de 3,23% do capital da Lusoponte.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a favor de terceiros, no montante de 28.929 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos (Nota 10)	Reduções	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros	160.507	836.509	-	997.016
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para complementos de reforma	155.756	-	-	155.756
Provisões para processos judiciais em curso	150.015	-	-	150.015
Provisão para outros riscos (Nota 10)	389.633	1.880.467	-	2.270.100
	695.404	1.880.467	-	2.575.871

A provisão para investimentos financeiros refere-se à actualização ao valor de mercado dos *warrants* em carteira (Nota 16).

A provisão para complementos de reforma refere-se ao valor estimado relativo a compromissos assumidos pela Empresa em relação ao pagamento de complementos de reforma a dois ex-administradores.

A provisão para processos judiciais em curso é calculada com base no julgamento do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, relativamente ao desfecho final dos processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2003.

A provisão para outros riscos refere-se à participação nos capitais próprios negativos de empresas participadas (Nota 16).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa era representado por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2003, eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito as seguintes entidades:

Freman Investments, Ltd.	31,50 %
Grupo Sacyr Vallehermoso, S.A.	29,69 %

Em 11 de Dezembro de 2003 foi celebrado um acordo entre a Sofip, Freman Investments e Sacyr Vallehermoso que tem em vista a aquisição pela Sacyr Vallehermoso da totalidade da participação no capital da SOMAGUE detida por essas entidades. Esta aquisição encontra-se sujeita à verificação até 31 de Dezembro de 2004 de determinadas condições com carácter suspensivo.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Transferências	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	130.500.000
Prémios de emissão de acções	39.470.047	-	-	39.470.047
Ajustamentos de partes de capital (Nota 10)	(58.158.458)	(7.682.920)	-	(65.841.378)
Reserva legal	2.200.444	-	400.000	2.600.444
Outras reservas	729.078	-	-	729.078
Resultados transitados	20.036.131	-	2.404.421	22.440.552
Resultado líquido do exercício	7.225.171	8.871.195	(7.225.171)	8.871.195
	<u>142.002.413</u>	<u>1.188.275</u>	<u>(4.420.750)</u>	<u>138.769.938</u>

Prémio de emissão de acções: Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Abril de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, na distribuição de dividendos e em gratificações à gestão nos montantes de 400.000 Euros, 2.404.421 Euros, 3.915.000 Euros e 505.750 Euros, respectivamente.

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 ascenderam a 775.658 Euros.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.530.081	2.437.848
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	1.005.736	534.152
Diferenças de câmbio desfavoráveis	70	984
Provisões para investimentos financeiros (Nota 34)	836.509	-
Outros custos e perdas financeiros	563.994	268.199
	<u>4.936.390</u>	<u>3.241.183</u>
Resultados financeiros	<u>11.940.792</u>	<u>10.625.771</u>
	<u>16.877.182</u>	<u>13.866.954</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	14.862.032	12.209.783
Juros obtidos (Nota 16)	2.015.150	1.628.915
Diferenças de câmbio favoráveis	-	337
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	27.919
	<u>16.877.182</u>	<u>13.866.954</u>

A rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui 537.463 Euros relativos a despesas com papel comercial.

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	71.204	16.324
Multas e penalidades	200	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	14.430	5.744
Outros custos e perdas extraordinários	14.749	-
	<u>100.583</u>	<u>22.068</u>
Resultados extraordinários	<u>81.786</u>	<u>312.021</u>
	<u>182.369</u>	<u>334.089</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações	14.681	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	15.963	36.767
Excesso de estimativa para imposto	151.725	267.892
Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	29.430
	<u>182.369</u>	<u>334.089</u>

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2003, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimo por obrigações (a)	8.108.750	-	8.108.750
Empréstimo por obrigações com warrants (b)	-	5.190.773	5.190.773
Papel comercial (c)	-	38.250.000	38.250.000
Empréstimos bancários (d)	8.025.000	12.075.000	20.100.000
Descobertos bancários	667.403	-	667.403
	<u>16.801.153</u>	<u>55.515.773</u>	<u>72.316.926</u>

- (a) Empréstimo obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2003 era de 2,75%. O reembolso do empréstimo será efectuado em Abril de 2004.

- (b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com “warrants” no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2003 era de 1,786%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.
- (c) O empréstimo sob a forma de “Papel comercial grupado”, no valor global de 50.750.000 Euros, está a ser utilizado pela SOMAGUE SGPS no montante de 38.250.000 Euros, foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 20 de Março de 2003, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 31 de Dezembro de 2003 era de 2,31%. Este empréstimo encontra-se classificado em médio e longo prazo uma vez que existe um compromisso com as instituições bancárias colocadoras em se proceder a emissões sucessivas durante o período do programa (cinco anos).
- (d) Os empréstimos bancários de médio e longo prazo no montante de 20.100.000 Euros discriminam-se como segue:

Contrato no montante de 16.100.000 Euros, celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado ao financiamento da aquisição de 1.200.000 acções do capital social da SOMAGUE Concessões (Nota 10) e à cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2004. Conforme referido na Nota 30, este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da SOMAGUE Concessões.

Contrato no montante de 4.000.000 Euros, celebrado em 16 de Maio de 2003 destinado ao reembolso do empréstimo obrigacionista emitido em 27 de Abril de 1997. Este empréstimo vence juros trimestralmente à taxa Euribor a 90 dias, acrescida de 1,75%. O capital será amortizado no vencimento do contrato que ocorrerá em 16 de Agosto de 2004.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas	4.489	3.735.064
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares	-	29.390
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	74.850
Contribuições para a Segurança Social	-	21.941
	<u>4.489</u>	<u>3.861.245</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo credor do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas inclui:

Estimativa de imposto	5.675.762
Pagamento por conta	(1.795.230)
Retenções na fonte	(145.468)
	<u>3.735.064</u>

Este valor foi apurado no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, conforme referido na Nota 6 e corresponde às seguintes empresas:

Somague Engenharia	3.110.373
Somague PMG	2.585
Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A.	122.538
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	(17.992)
Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A.	118.433
Somague SGPS	17.922
Somague Ambiente	395.618
Somague Serviços	(3.639)
Big Plan	(10.774)
	<u>3.735.064</u>

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

<u>Acréscimos de proveitos:</u>	
Regularização de prémios de seguro	<u>23.907</u>
<u>Custos diferidos:</u>	
Encargos financeiros - papel comercial	478.338
Custos com publicidade	<u>37.410</u>
	<u>515.748</u>
<u>Acréscimos de custos:</u>	
Encargos financeiros vencidos e a pagar	264.073
Encargos com férias e subsídios de férias	85.458
Fornecimentos e serviços externos	<u>42.055</u>
	<u>391.586</u>

51. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, seguro do edifício, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em "Custos administrativos"), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em "Ganhos em filiais e associadas" e de provisões para aplicações financeiras que a Empresa registou em "Perdas em outros investimentos".

52. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	2003	2002
Numerário	429	777
Depósitos bancários	16.729	17.681
Caixa e seus equivalentes	<u>17.158</u>	<u>18.458</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, existiam descobertos bancários de 667.403 Euros e 5.728.196 Euros, respectivamente.

Os fluxos financeiros com a aquisição e alienação de partes de capital, bem como os relativos a operações de outra natureza com empresas do grupo foram como segue:

Pagamentos:

Aquisição de partes de capital:
Big-Plan

1.564

Empréstimos a empresas do grupo:

Big-Plan

8.359.872

Somague Concessões

1.200.000

Somague Ambiente

5.936.264

Somague Serviços

1.280.000

16.776.136

16.777.700

Recebimentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

Somague PMG

6.294.490

Somague Engenharia

4.987.980

Somague Concessões

1.672.152

Somague Serviços

200.000

13.154.622

Dividendos:

Somague Engenharia

3.915.000

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o respectivo anexo. Adicionalmente, procedemos a uma revisão do Relatório de Gestão do exercício de 2003, preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, que inclui três ênfases, uma das quais relacionada com a realização de investimentos financeiros e contas a receber de entidades sediadas em países africanos e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 11 de Março de 2004

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 219.717.058 Euros e capitais próprios de 138.769.938 Euros, incluindo um resultado líquido de 8.871.195 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários, em

aproximadamente, 689.545.000 Euros e 678.904.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 896.483.000 Euros.

7. As demonstrações financeiras anexas incluem investimentos financeiros em empresas participadas que detêm participações e contas a receber de entidades sediadas em países africanos de, aproximadamente, 37.391.000 Euros (30.856.000 Euros em 31 de Dezembro de 2002). A realização deste montante depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da sua capacidade de efectuar aqueles pagamentos.

8. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório por nós emitido, datado de 13 de Março de 2003, não inclui reservas e inclui duas ênfases, similares às descritas nos parágrafos 6 e 7 acima e duas não aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 11 de Março de 2004

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Manuel de Abreu Castelo Branco

Secretário

João Carlos Caeiro Silvestre

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Diogo Alves Dinis Vaz Guedes

Vice-Presidentes

José Manuel Loureda Mantiñán

José Seixas de Queiroz Vaz Guedes

Luis del Rivero Asensio

Vogais

João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães

Luís Miguel Dias da Silva Santos

Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Ricardo Martín Lucas

Roberto Marques Pinto da Silveira

FISCAL ÚNICO

Freire, Loureiro & Associados (SROC)

Representada por Carlos Manuel Pereira Freire, ROC

Suplente

António Dias & Associados (SROC)

António Marques Dias, ROC

Secretário da Sociedade

Miguel Peter Gomes Tönnies

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO NA SOMAGUE DAS PRÁTICAS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

CAP I. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Descrição da repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial.

A SOMAGUE está organizada, desde o final de 1993, a partir de uma sociedade gestora de participações – SOMAGUE SGPS, anteriormente denominada Sociedade de Empreitadas SOMAGUE, S.A..

A Sociedade Gestora detém participações directas em quatro sociedades, a partir das quais e com elevado grau de independência se desenvolvem as quatro áreas fundamentais de negócio em que o Grupo está inserido:

- a) SOMAGUE Engenharia – que engloba toda a actividade de construção desenvolvida pela SOMAGUE, quer directamente, quer através das diversas participadas que actuam em segmentos específicos de mercado, nas Regiões Autónomas e no mercado internacional – Cabo Verde, Moçambique, Angola e Brasil;
- b) SOMAGUE Ambiente – Sociedade Gestora de Participações Sociais que congrega e gere todas a actividade da SOMAGUE na área do ambiente, em Portugal e no Exterior (Brasil e Macau) e com participações em empresas de consultadoria (Procesl), águas e saneamento (AGS), Resíduos Sólidos (Hidurbe), Espaços Verdes (Viveiros de Falcão), Energias Renováveis (Finerge) e na Cesi-Ásia;
- c) SOMAGUE Concessões e Serviços – entidade que desenvolve fundamentalmente, directamente e através das suas participadas, a intervenção da SOMAGUE na área das concessões rodoviárias, ferroviárias e gestão de infra-estruturas, já com participações relevantes em concessões rodoviárias em Portugal e no Brasil;
- d) SOMAGUE Imobiliária – onde se insere, desde o final de 2003, toda a actuação da SOMAGUE no Imobiliário;

Aos Conselhos de Administração da SOMAGUE SGPS e destas quatro sociedades cabe, de facto, a coordenação de toda a actividade do Grupo, correspondendo à SGPS a definição da estratégia, a aprovação dos planos de actividade sectoriais e providenciar a afectação dos recursos adequados à implementação dos mesmos, cabendo às quatro sociedades principais garantir essa mesma implementação no quadro alargado de participações que cada uma gere.

Os Conselhos de Administração das sociedades, que não a SOMAGUE SGPS, funcionam de forma autónoma e sempre coordenados por um ou mais elementos da SOMAGUE SGPS que asseguram, de uma forma geral, a Presidência e as Vice-Presidências destas sociedades, sendo os restantes administradores específicos de cada área de negócios.

O Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS é constituído por nove elementos, um Presidente e três Vice-Presidentes, todos eles acumulando esses lugares com funções de administração em sociedades detentoras de participações qualificadas no capital da SOMAGUE SGPS, e cinco vogais, todos gestores profissionais envolvidos na gestão das diferentes áreas de negócio e nas actividades de controlo, em que apenas um deles está relacionado com um detentor de participações qualificadas na Sociedade.

2. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente:

Ao longo do ano de 2003 a cotação das acções da SOMAGUE manteve-se estável, variando entre 8,97 € e 9.64€, tendo-se transaccionado um número reduzido de acções – 210.991.

Em 11 de Dezembro de 2003, os accionistas de referência da SOMAGUE anunciaram um acordo, divulgado publicamente como facto relevante, do qual resultará a concentração no Accionista SacyrVallehermoso de aproximadamente 94% do capital da SOMAGUE e dos respectivos direitos de voto.

Na sequência deste acordo, a SacyrVallehermoso irá lançar uma OPA do qual já foi tornado público o respectivo anúncio preliminar, com vista à aquisição dos aproximadamente 6% remanescentes do capital da SOMAGUE, ao preço de 9.8 €, por acção.

Durante o ano de 2003 não foram transaccionadas acções próprias.

Durante o ano de 2003 foram pagos dividendos relativos à distribuição de resultados do exercício anterior, no total de 3.915.000 €, o que representou um dividendo líquido por acção de 0,12 € ou 0,105 € consoante o accionista fosse residente ou não, no território nacional.

3. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade e indicação do valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos meses.

A SOMAGUE SGPS não distribuiu dividendos relativamente aos anos de 1998 e 1999, interrompendo uma prática consistente do passado de distribuição anual de um valor próximo dos 25%.

Esta interrupção esteve relacionada com a apresentação de resultados negativos em 1998 e com a natureza dos resultados de 1999 decorrentes, essencialmente, de operações extraordinárias não recorrentes.

Relativamente aos anos 2000 e 2001, a empresa retomou o critério anterior, procedendo a uma distribuição de um dividendo bruto de 0.10 euros por acção, ou seja, 27% do resultado obtido em 2001, tendo em 2002 subido esse valor para 0.15 euros por acção.

Para o ano de 2003, o Conselho de Administração da SOMAGUE propõe o valor de 0,1€ por acção, correspondente, aproximadamente, a 30% dos resultados apurados neste exercício.

4. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício:

No âmbito da parceria realizada com a Sacyr no ano 2000, foi efectuada uma emissão de 2.500.000 warrants autónomos que foram integralmente subscritos pelos administradores da SOMAGUE SGPS e da SOMAGUE Engenharia, abrangendo assim 14 pessoas, nos termos e proporções definidas pelas órgãos próprios para o efeito.

Esses warrants conferiam aos seus detentores o direito a subscrever igual número de acções, durante o mês de Maio 2002, ao preço de 7 euros por acção.

Durante 2003, os accionistas Sofip e Sacyr adquiriram a totalidade destes warrants aos seus detentores, ao preço de 0.1 euros por warrant, tendo exercido integralmente os direitos de subscrição inerentes. Em consequência, foram emitidas 2.500.000 novas acções da Sociedade de que resultou um encaixe para a Sociedade de 17.5 milhões de euros.

Após este Plano, nenhum outro foi implementado.

5. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro lado, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

Não existem negócios entre a SOMAGUE e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, à excepção de operações pontuais de cedência de meios técnicos e humanos entre as construtoras SOMAGUE e Sacyr, sem valor significativo, bem como de negócios ou operações realizadas em condições normais de mercado e próprios da actividade corrente da sociedade.

6. Indicações relativas ao Gabinete de Apoio ao Investidor:

A SOMAGUE dispõe de um site www.SOMAGUE.pt que contém informação detalhada sobre a actividade do Grupo e uma área específica com informação financeira onde são oportunamente divulgados todos os documentos de prestação de contas, trimestrais, semestrais e anuais, para além dos comunicados emitidos.

Nesse mesmo site está identificado um gabinete virtual de apoio ao investidor, com e-mail dedicado investidor@SOMAGUE.pt que é destinado ao Gabinete do Representante das Relações com o Mercado o qual tem respondido, pela mesma via, a todas as questões que têm sido colocadas.

As relações com os investidores estão centralizadas no Representante para as Relações com o Mercado – Dr. Luis Miguel Dias da Silva Santos, que é, simultaneamente, administrador da SOMAGUE SGPS e responsável pela coordenação de toda a área financeira e controlo de gestão do Grupo SOMAGUE.

Os elementos preparatórios da Assembleia Geral estão disponíveis no site da SOMAGUE.

7. Indicação da composição da comissão de remunerações:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada por uma Comissão composta por três accionistas, eleita pela Assembleia Geral nos termos do artº 18º dos Estatutos da Sociedade.

A Comissão de Remunerações é composta pelos accionistas Fitran SGPS, Ficon, SGPS e Finobra SGPS.

8. Honorários dos auditores:

Durante o exercício de 2003, o montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, suportada pela sociedade e/ou pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo, ascendeu a 462.000 Euros. Este montante respeita aos trabalhos realizados em todas as empresas consolidadas pelo método integral e repartiu-se, em termos percentuais, na prestação dos seguintes serviços:

a)	Serviços de revisão legal de contas	66%
b)	Outros serviços de garantia de fiabilidade	0%
c)	Serviços de consultoria fiscal	25%
d)	Outros serviços	9%

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de Maio de 2002.

CAPÍTULO II. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

Nos termos do artigos nono a décimo terceiro, inclusive, dos estatutos, a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas que provem possuir 100 ou mais acções devidamente inscritas em contas de valores mobiliários escriturais com, pelo menos, 15 dias de antecedência sobre aquele em que a assembleia deva reunir em primeira convocatória, mantendo a titularidade das mesmas ao tempo da Assembleia Geral, devendo tal facto ser comprovado pela instituição financeira onde se encontram inscritas as acções, nos termos legais.

Os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao mínimo exigido podem participar e intervir na Assembleia Geral se se agruparem de modo a completarem aquele número de acções, fazendo-se representar por um dos agrupados.

A representação voluntária de qualquer accionista em Assembleia Geral pode ser cometida, tratando-se de pessoa singular, a qualquer outro accionista ou a pessoa a quem lei imperativa o permita, sendo as pessoas colectivas representadas por quem para o efeito nomearem, devendo, em qualquer dos casos, os correspondentes instrumentos de representação ser entregues na sede da sociedade, dirigidos ao

Presidente da Mesa da Assembleia Geral com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data marcada para a reunião, sob pena de poderem não ser aceites.

Atendendo ao disposto no artigo 22º do Código de Valores Mobiliários, o direito de voto sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos pode ser exercido por correspondência.

Para o efeito, os accionistas deverão enviar para a sede da sociedade carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da qual conste de forma inequívoca o sentido de voto relativamente a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos. Contudo, a sociedade não contém um modelo para o seu exercício.

As cartas deverão conter a assinatura reconhecida notarialmente, ou ser autenticadas pelo secretário da sociedade.

De acordo com a prática societária, devidamente documentada nas convocatórias das reuniões da Assembleia Geral, só poderão ser consideradas as cartas que dêem entrada na sede da sociedade até às 17 horas do penúltimo dia anterior ao da realização da Assembleia Geral.

Não está prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

De acordo com o disposto no artigo décimo terceiro, número dois, a cada grupo de mil acções corresponde um voto, sendo transitoriamente aplicáveis os limites inferiores fixados em lei imperativa.

CAPÍTULO III. REGRAS SOCIETÁRIAS

1. Descrição dos procedimentos internos adoptados, para o controlo do risco na actividade da sociedade:

A SOMAGUE detém ao nível da SOMAGUE Engenharia (construtora), empresa com maior dimensão e volume de transacções dentro do Grupo, um departamento de auditoria interna, que também presta apoio às restantes áreas quando solicitado.

2. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição, designadamente, limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de accionistas e acordos parassociais:

Quanto aos limites ao exercício dos direitos de voto, nos termos do artigo décimo terceiro, número quatro, não serão contados, mesmo nas deliberações para que a lei ou os estatutos exijam maioria qualificada, os votos:

- a) emitidos por um accionista na parte em que excedam 30% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;
- b) emitidos por um conjunto de accionistas quando estes se encontrem entre si em qualquer das situações previstas no número cinco do artigo 13º dos estatutos da Sociedade, na parte em que excedam 30% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, sendo, neste caso, a redução proporcional à participação de cada um dos accionistas no capital social.

A sanção aplicável em virtude da violação deste limite encontra-se estatuída no número onze do mesmo preceito, nos termos do qual, sem prejuízo de os accionistas indemnizarem a sociedade pelos danos causados e das demais consequências previstas nos estatutos, os direitos de voto inerentes às acções de que os mesmos sejam titulares ficarão suspensos pelo período de dois anos.

A sociedade tem conhecimento da existência de um acordo parassocial tornado público, assinado pelos accionistas Finobra, Ficon, Fitran e Sacyr, em que as partes definem as participações máximas que poderão deter na sociedade e estabelecem condições de preferência sobre uma eventual alienação das mesmas.

Para além disso e como atrás descrito, foi oportunamente efectuado o anúncio prévio de OPA sobre as acções remanescentes da SOMAGUE, correspondente a aproximadamente 6% do capital social, na

sequência do acordo celebrado em 11 de Dezembro entre os accionistas de referência da sociedade e que e que representam aproximadamente 94% do capital e dos respectivos direitos de voto.

CAPÍTULO IV. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. A caracterização do órgão de administração, designadamente no que respeita a:

a) Identidade de membros que compõem o órgão de administração, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos, e os membros independentes dos não independentes;

O Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS foi eleito por 4 anos na Assembleia Geral realizada em 24 de Abril de 2001 e tem a seguinte composição:

Presidente :	Dr. Diogo Vaz Guedes
Vice Presidentes:	Eng. José Manuel Loureda (não executivo) Dr. José Vaz Guedes Eng. Luis del Rivero (não executivo)
Vogais:	Eng. João Vasconcelos Guimarães Dr. Luís Silva Santos Dr. Nuno Ribeiro da Silva Eng. Ricardo Martín Lucas Dr. Roberto da Silveira

O Conselho de Administração engloba, assim, quatro membros (Presidente e os 3 Vice-Presidentes) que igualmente desempenham cargos de administração em accionistas detentores de participações qualificadas na SOMAGUE e cinco gestores profissionais responsáveis pelas diversas áreas de negócio. Não existem, assim, administradores independentes nos termos recomendados no Regulamento a que se refere este Relatório, isto é, não relacionados com a direcção da empresa e com os accionistas.

b) Cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2003:

a) Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes

Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Sofip, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Fitran, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Finobra, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Ficon, S.A.
Vogal do Conselho de Administração do Banco Privado Português, S.A.
Vice Presidente da Direcção da ANEOP

b) Eng. José Manuel Loureda Mantiñán

Vice Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Presidente de Sacyr Vallehermoso, S.A.
Presidente de Vallehermoso División de Promoción, S.A.U.
Consejero de Sacyr, S.A.U.
Vicepresidente de Itínere Infraestructuras, S.A.
Consejero de Ena Infraestructuras, C.E.S.A.
Vicepresidente de Sacyr Gestión, S.A.U.

c) Dr. José Seixas de Queiroz Vaz Guedes

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração SOMAGUE Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Sofip, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Fitran, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Finobra, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Ficon, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Triângulo do Sol, S.A. (Brasil)

d) Eng. Luis del Rivero

Vice Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vicepresidente Primero y Consejero Delegado de Sacyr Vallehermoso, S.A.
Presidente de Ena Infraestructuras, C.E.S.A.
Consejero de Sacyr, S.A.U.
Consejero de Vallehermoso División de Promoción, S.A.U.
Consejero de Itínere Infraestructuras, S.A.
Consejero de Sacyr Gestión, S.A.U.
Consejero de Testa Inmuebles en Renta, S.A.

e) Eng. Ricardo Martín Lucas

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Termague, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE TI, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Neopul, SA

f) Eng. João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Lusoponte, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Triângulo do Sol, S.A. (Brasil)

g) Dr. Luís Miguel Dias da Silva Santos

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE TI, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da AGS, SA
Vogal do Conselho de Administração da Cesl-Ásia, S.A. (Macau)
Gerente da Soconstroi Engenharia, Lda.

h) Dr. Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, SGPS, S.A..
Presidente do Conselho de Administração da TEGAEL, S.A..
Presidente do Conselho de Administração da FINERGE, S.A..
Presidente do Conselho de Administração da ENGIBRÁS, LTDA. (Brasil)
Presidente do Conselho de Administração da ENGIGÁS, S.A
Vogal do Conselho de Administração da Cesl-Ásia, S.A. (Macau)

i) Dr. Roberto Marques Pinto da Silveira

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, SGPS, S.A.
Gerente da Soconstroi Engenharia, Lda.
Administrador Único da Big-Plan Estratégia Financeira, S.A.
Administrador da Imolusa, Sociedade Imobiliária, SA
Presidente do Conselho de Administração da Seniores, SA

2. Composição da Comissão Executiva, funções e competências em matéria de gestão:

Nos termos do Regulamento de Gestão, foi criada uma Comissão Executiva na SOMAGUE SGPS em reunião do seu Conselho de 9 de Julho de 2002, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Diogo Vaz Guedes
Vogais: Dr. José Vaz Guedes
Eng. João Vasconcelos Guimarães
Dr. Luís Silva Santos
Dr. Nuno Ribeiro da Silva
Eng. Ricardo Martín Lucas
Dr. Roberto da Silveira

O Presidente da Comissão Executiva, o Dr José Vaz Guedes e o Eng. Ricardo Martín Lucas, estão directamente relacionados com accionistas detentores de participações qualificadas na sociedade, o mesmo não se aplicando aos quatro restantes.

A repartição de funções, independentemente de outras tarefas específicas a que possam estar cometidos, são as seguintes:

Dr. Diogo Vaz Guedes – Coordenação dos Conselhos da SOMAGUE SGPS, Ambiente, Concessões e SOMAGUE Imobiliária
Dr. José Vaz Guedes – Coordenação da actividade da SOMAGUE no Brasil
Eng. Ricardo Martín Lucas – Coordenação da Actividade da SOMAGUE Engenharia e suas participadas
Eng. João Vasconcelos Guimarães – Coordenação da actividade da SOMAGUE Concessões e Serviços, designadamente das participadas relacionadas com concessões rodoviárias e com os novos concursos na área dos transportes
Dr. Luís Silva Santos – Coordenador da área financeira do Grupo
Dr. Nuno Ribeiro da Silva – Coordenador da actividade da SOMAGUE Ambiente, com destaque para as participadas relacionadas com concessões municipais de águas e saneamento e energia
Dr. Roberto da Silveira – Acompanhamento de projectos especiais

3. Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração:

a) Regulamento de Gestão do órgão de administração:

Existe um Regulamento de Gestão formal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, aprovado em Março de 2000 e que abrange, nomeadamente os seguintes pontos:

- a) Princípios gerais de actuação dos administradores;
- b) Reservas de competência do Conselho de Administração, designadamente a realização de investimentos, desinvestimentos e outras prestações de capital às sociedades directamente participadas da SOMAGUE SGPS, para além da aprovação dos documentos de prestação de contas;
- c) Existência de maiorias qualificadas de administradores para a aprovação de matérias de desenvolvimento estratégico e as relacionadas com a alínea anterior;
- d) Definição de regras para o preenchimento dos lugares de administradores das empresas directamente participadas;
- e) Possibilidade e regras de constituição da Comissão Executiva da SOMAGUE SGPS;
- f) Regras quanto à periodicidade das reuniões do Conselho de Administração;
- g) Necessidade da unanimidade dos administradores para a alteração deste regulamento de gestão.

Não existem delimitações de competências entre o Presidente do órgão de administração e o Presidente da comissão executiva.

Sendo na sua maior parte coincidentes os elementos que compõem o órgão de administração e a comissão executiva, a prestação da informação aos membros do órgão de administração sobre as matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva é normalmente efectuada nas reuniões plenárias daquele órgão.

b) Incompatibilidades do órgão de administração:

No domínio das incompatibilidades, o artigo décimo nono - A dos estatutos determina que o exercício de funções de administrador da sociedade é incompatível:

- a) Com o exercício de funções, a qualquer título, em outra entidade com o mesmo objecto das sociedades por aquela participadas, com sede em Portugal, ou que em Portugal tenha filial ou sucursal;
- b) Com a titularidade, directa ou indirecta, de participação superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto em outra entidade com o mesmo objecto das sociedades por aquela participadas, com sede em Portugal, ou que em Portugal tenha filial ou sucursal;
- c) Com o exercício de funções, a qualquer título, em qualquer entidade que prossiga interesses estratégicos de natureza comercial ou industrial, conflituantes com as actividades compreendidas no objecto das sociedades por aquela participadas.

As incompatibilidades supra referidas determinam o imediato impedimento do exercício das funções de administrador na sociedade suspendendo-se todos os seus poderes, direitos e deveres, excepto os deveres que não pressuponham o exercício efectivo de funções; a verificação do impedimento por mais de três meses sem que lhe seja posto termo, determina a perda automática do cargo.

Exceptuam-se do supra disposto:

- a) O exercício de funções a qualquer título, em sociedades nas quais a sociedade tenha, directa ou indirectamente, participação, desde que a designação ou contratação haja sido efectuada com o acordo da sociedade ou de sociedade por si dominada, em sociedades com quem tenha sido estabelecido um acordo formal de parceria estratégica ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta;
- b) A titularidade de participações em sociedades nas quais a sociedade tenha, directa ou indirectamente, participação, em sociedades com quem tenha sido estabelecido um acordo formal de parceria estratégica ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta;
- c) A designação que venha a ser efectuada, ainda que abrangida pelas incompatibilidades previstas no número um, desde que aprovada pela Assembleia Geral em deliberação tomada por maioria de dois terços dos votos emitidos.

e) Número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa.

O Conselho de Administração reúne periodicamente ao longo do ano e a Comissão Executiva duas vezes ao mês, tendo, no ano de 2003 sido realizadas 6 reuniões do Conselho de Administração e 22 da Comissão Executiva.

4. Política de remunerações, incluindo os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada por uma Comissão composta por três accionistas, eleita pela Assembleia Geral nos termos do artº 18º dos Estatutos da Sociedade.

Não existe actualmente em vigor qualquer plano explícito de incentivos à gestão, estando a remuneração variável dependente de proposta expressa dos accionistas em sede de Assembleia Geral.

5. Remunerações dos administradores executivos:

Durante o ano de 2003, as remunerações atribuídas à totalidade dos administradores executivos da SOMAGUE SGPS ascenderam a 1.791.273 euros, dos quais 505.750 euros corresponderam à gratificação aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral de 2003 relativamente aos resultados de 2002.

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem quaisquer remunerações

CAPÍTULO 0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Indicação discriminada das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades adoptadas e não adoptadas. Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra. A não adopção de recomendações deve ser devidamente explicada.

Face à dimensão da SOMAGUE e à estrutura organizacional implementada não se considerou necessário constituir comissões específicas, nem deter um sistema autónomo de controlo interno dos riscos. Na SOMAGUE não existem administradores independentes no Conselho de Administração que não tenham funções executivas nas diversas empresas do Grupo.

Não existem na SOMAGUE códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos similares, para além dos descritos nos pontos anteriores.

EXTRACTO DA ACTA

“Extracto da Acta Número Sessenta”

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de 2004, reuniu, pelas doze horas e trinta minutos, a Assembleia Geral da SOMAGUE SGPS, S.A., na respectiva sede social sita em Rua da tapada da Quinta de Cima, Linhó, Sintra, na sequência de convocatória publicada no Jornal Correio da Manhã de 22 de Março de 2004, Boletim de Cotações da Euronext Lisboa nº. 18.228 de 18 de Março de 2004 e Diário da República III Série, nº. 73 de 26 de Março de 2004, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar, discutir e deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas, simples e consolidadas, do exercício de 2003 apresentados pelo Conselho de Administração, incluindo os pareceres do fiscal único;
2. Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Dr. Manuel Castelo Branco, constatada, por motivo inadiável, a ausência do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, designou, nos termos previstos no número quatro do artigo 374º do Código das Sociedades Comerciais, para cumprimento daquelas funções a accionista Ficon SGPS, S.A., representada pelo Senhor Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes. Seguidamente declarou o Senhor Presidente da Mesa aberta a sessão, dando as boas vindas aos presentes e declarando verificar-se pela análise da lista de presenças encontrarem-se presentes ou devidamente representados accionistas detentores de noventa e cinco por cento do capital social da sociedade, com direito a voto, considerando assim encontrar-se a assembleia em condições de poder validamente reunir e deliberar sobre os assuntos constantes da acima transcrita Ordem de Trabalhos.

Entrados no ponto primeiro da Ordem dos Trabalhos, e dispensada unanimemente a leitura da Convocatória por ser do conhecimento de todos os accionistas presentes, deu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Diogo Alves Diniz Vaz Guedes, que procedeu a avaliação do percurso desenvolvido pela SOMAGUE ao longo dos últimos dez anos, destacando os sucessos obtidos e a aposta acertada numa estratégia de diversificação, situação que permitiu à empresa viver o seu melhor ano de sempre em 2003 e preparar-se para o início de um novo ciclo no seguimento dos acordos estabelecidos e que permitirão à SOMAGUE vir a integrar um grande grupo ibérico. Foi ainda destacada a importância crescente da área imobiliária, com a criação da SOMAGUE Imobiliária, que privilegiará a angariação de uma carteira estável de terrenos para o respectivo desenvolvimento imobiliário, numa óptica sustentada e de médio e longo prazo.

Concluída a intervenção mencionada e por não pretender mais ninguém fazer uso da palavra, colocou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à votação os documentos de prestação de contas, incluindo o Parecer do fiscal único, primeiramente na forma simples e de seguida na forma consolidada, sendo, em ambos os casos, aqueles documentos de prestação de contas aprovados por unanimidade.

Entrados na apreciação do ponto Dois da Ordem de Trabalhos referiu o Senhor Presidente da Assembleia Geral terem dado entrada na Mesa duas propostas para aplicação de resultados, emanando uma do Conselho de Administração da sociedade e outra conjuntamente das accionistas Sofip e SACYR, com os teores que seguidamente se transcrevem:

Do Conselho de Administração “O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 8.871.195 (oito milhões oitocentos e setenta e um mil cento e noventa e cinco euros), tendo em conta os dividendos distribuídos nos anos anteriores e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	500.000 Euros
Para Dividendos	2.610.000 Euros
Para Resultados Transitados	5.761.195 Euros

Das accionistas Sofip e Sacyr: “Tendo em conta o desempenho da SOMAGUE ao longo dos quatro últimos exercícios e o trabalho desenvolvido pela sua equipa de gestão em anos tão difíceis para o sector, propõe-se que a proposta de aplicação de resultados efectuada pelo Conselho de Administração seja alterada da seguinte forma:

Para Reserva Legal	500,000 Euros
Para Dividendos	2.610,000 Euros
Para Resultados Transitados	5.251.195 Euros
Para gratificação à Gestão	510.000 Euros“

Considerando as propostas apresentadas pelas accionistas Sofip e SACYR o Senhor Presidente submeteu-as alternativamente à votação, denominando a proposta do Conselho de Administração como Proposta A e a proposta das accionistas Sofip e SACYR como Proposta B. Sujeita a votação, foi a Proposta B, apresentada pelas accionistas Sofip e SACYR, aprovada por unanimidade.

Não pretendendo nenhum accionista usar da palavra neste âmbito, colocou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à votação a proposta de aplicação de resultados das accionistas Sofip e Sacyr, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Entrados no ponto terceiro da Ordem de Trabalhos procedeu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à leitura de uma proposta apresentada pelo accionista Sofip com a seguinte redacção: “Propõe-se a aprovação de um voto de louvor a todos os membros da Administração e Fiscalização da Sociedade pela forma como geriram e fiscalizaram os negócios da Sociedade durante o exercício de dois mil e três.” Posta, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a transcrita proposta à votação, foi a mesma aprovada com a abstenção do accionista Senhor Dr. Diogo Alves Diniz Vaz Guedes.

Terminados os trabalhos, foi proposto pelo representante da accionista Freman Investments um voto de louvor à Mesa pelo forma como conduziu os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, deu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelas treze horas e quinze minutos, os trabalhos por encerrados, dos mesmos se lavrando a presente acta.